

Sumário

5

Carta do editor

Economia em destaque

6

Conjunturas brasileira e baiana no 1º trimestre de 2008

Carla do Nascimento, Elissandra de Britto, João Paulo Caetano Santos, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

Entrevista

24

Desenvolvimento sustentável: a trilha além dos números

José Eli da Veiga

Artigos

28

Diagnósticos antigos, dilemas atuais: perspectivas para a caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia

André Pomponet

46

Controvérsias sobre efetividade da intervenção do Estado no desenvolvimento local

Christian Luiz da Silva

36

Perdas na produção de grãos no estado da Bahia

Arno P. Schmitz, Angélica Antunes

54

Análise das Mesorregiões de Xingó e Metade Sul do Rio Grande do Sul no âmbito da PNDR

Márcio Araújo Silva

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

RONALD DE ARANTES LOBATO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Jair Sampaio Soares Junior, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Marcus Verhine, Roberto Fortuna Carneiro

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto, João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Carla Janira Souza do Nascimento, Joseanie Aquino Mendonça, Patrícia Cerqueira, Rosângela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca – Cobi

REVISÃO

Luiz Fernando Sarno

PRODUÇÃO EDITORIAL E GRÁFICA

Coordenação de Disseminação de Informações – Codin

Márcia Santos (coordenadora), Dóris Serrano, Elisabete Cristina Barretto, Julio Vilela, Mariana Oliveira, Nando Cordeiro, Ramon Brandão.

FOTOS

Agecom, Ricardo Soubhia

DESIGN GRÁFICO/EDITORIAÇÃO/ILUSTRAÇÕES

Nando Cordeiro

IMPRESSÃO

EGBA

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

62

Elementos de interpretação do "Ciclo Sistêmico de Acumulação" norte-americano

Pedro Eduardo Santana
Tupinambá

68

Que vantagem Maria leva? Mulheres no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador em 2007

Ana Margaret Simões,
Luiz Chateaubriand
Cavalcanti dos Santos

Ponto de vista

72

PAC: um exemplo de planejamento governamental

Eva Maria Cella Dal
Chiavon

Investimentos na Bahia

78

"Extração de Minerais não-Metálicos" deverá gerar R\$ 3,8 bilhões em investimentos industriais até 2012

82
Livros

84
Conjuntura Econômica Baiana

Indicadores Conjunturais

95

Indicadores Econômicos

101

Indicadores Sociais

110

Finanças Públicas

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, V.1- (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos
Econômicos e Sociais da Bahia, 2008

Trimestral

ISSN 1413-1536

CDU – 338(813.8)



Av. Luiz Viana Filho, 435 – 4ª Avenida – 2º and. – CAB
Cep: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

↘ Crie seu cartograma no SideGeo



O site da SEI oferece uma nova ferramenta de integração de mapa georreferenciado do Estado com informações do Banco de Dados da instituição. O SideGeo permite ao usuário criar seu próprio cartograma, espacializando informações de seu interesse. Podem ser feitas pesquisas nas áreas social, econômica, geoambiental e de infra-estrutura. A ferramenta permite medir distâncias entre pontos localizados no território baiano, observar as coordenadas de um ponto escolhido, visualizar a divisão por Territórios de Identidade ou por Regiões Econômicas, averiguar os números da agropecuária, indústria e população da região pesquisada, entre outras informações.

Acesse www.sei.ba.gov.br e crie seu mapa.

Carta do editor

A economia brasileira, ao trilhar o desenvolvimento econômico, trouxe avanços estruturais na qualidade de vida da sua população, constatados pelos indicadores econômicos. Entretanto, alguns gargalos ainda são encontrados, de forma que se faz necessária uma avaliação sobre até que ponto as políticas governamentais têm promovido o avanço do Brasil à categoria de país emergente. Nesta perspectiva, questiona-se sobre qual será a trajetória a ser seguida a fim de que as políticas implementadas no país reduzam as desigualdades tanto internamente, como em relação aos outros países, tais quais as existentes entre os estados, de maneira que uma melhor distribuição de renda, inserção social e cultural levem ao desenvolvimento econômico desejado.

Partindo dessa premissa, a revista Conjuntura & Planejamento (C&P) de nº 159 traz a contribuição de autores como Christian Luiz da Silva – *Controvérsias sobre efetividade da intervenção do Estado no desenvolvimento local*; Arno P. Schmitz e Angélica Antunes – *Perdas na produção de grãos no Estado da Bahia*; Márcio Araújo Silva – *Análise das mesorregiões de Xingó e Metade Sul do Rio Grande do Sul: características e constatações no âmbito da política nacional de desenvolvimento regional – PNDR*; e André Pomponet – *Diagnósticos antigos, dilemas atuais: perspectivas para caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia*. Em linhas gerais, busca-se uma melhor compreensão sobre o papel do Estado como agente indutor do crescimento econômico, diante das desigualdades regionais existentes.

No artigo de Silva, a preocupação é avaliar os limites de intervenção do Estado e seu impacto para o bem-estar da sociedade. Schmitz e Antunes chamam atenção para a necessidade de se verificar o nível de perdas de grãos e seus impactos na absorção de mão-de-obra, especialmente do plantio à colheita no Estado da Bahia. Márcio Araújo Silva aborda o debate a respeito das desigualdades existentes entre as Mesorregiões de Xingó, no Nordeste, e a da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MSRS). Já o artigo de Pomponet, analisa os avanços ocorridos no nordeste semi-árido da Bahia com a atividade de caprinocultura, apresentando-a como uma alternativa para a geração de emprego e renda capaz de induzir o desenvolvimento local.

Na seção de entrevista, tem-se a explanação inédita do professor José Eli da Veiga sobre a crise alimentar no mundo e suas repercussões. De maneira perspicaz, o professor presenteia os leitores da C&P com uma abordagem clara e didática sobre essa crise mundial dos alimentos, sua relação com a questão dos biocombustíveis e a inserção do Brasil nesse contexto. Na seção Ponto de Vista, Eva Maria faz uma explanação sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ressaltando a sua importância como planejamento governamental na promoção do desenvolvimento do país.

Assim, mais uma vez, a revista Conjuntura & Planejamento busca, por meio de seus artigos, enriquecer o debate sobre os problemas e medidas que afetam a economia brasileira, em especial a economia baiana.

Conjunturas brasileira e baiana no 1º trimestre de 2008

Carla do Nascimento, Elissandra de Britto,
João Paulo Caetano Santos, Joseanie Aquino Mendonça,
Patrícia Cerqueira, Rosangela Ferreira Conceição*





Os indicadores dos grandes setores da economia brasileira – agricultura, indústria e comércio – apresentaram taxas positivas nos primeiros meses de 2008. No entanto, já se percebe uma redução gradual no crescimento de dois desses setores: indústria e comércio. Ao mesmo tempo, a demanda continua crescendo acima da produção de bens, mas em um ritmo mais lento. Em parte, este desaquecimento, principalmente em determinados segmentos do varejo, é reflexo da elevação dos preços e da pressão dos bens importados.

Nesse contexto, dois aspectos são relevantes no período em análise: a recente elevação dos preços dos alimentos e a manutenção do aumento no nível das importações.

No que se refere ao impacto dos preços dos alimentos, deve-se ressaltar que as pressões inflacionárias são preocupantes em economias como a brasileira, nas quais os gastos elevados com alimentos afetam principalmente as camadas sociais mais baixas. O cenário atual – com estoques mais baixos e a demanda crescendo mais que a produção – é propício para que as autoridades governamentais adotem políticas econômicas que incentivem a produção em longo prazo. Nesse sentido, os níveis de

* Economistas e técnicos da Coordenação de Análise Conjuntural da SEI.
cac@sei.ba.gov.br

capacidade instalada elevados confirmam a necessidade de mais investimentos, principalmente na indústria de transformação.

Ao investigar o IPCA, índice de preços oficial do Governo Federal para medição das metas inflacionárias, contratadas com o FMI desde julho de 1999, observa-se que em 2008 ele registrou taxa 0,55% em abril, 0,48% em março, 0,49% em fevereiro, ante 0,25% em abril de 2007. No primeiro quadrimestre do ano, a variação do IPCA atingiu 2,08%, comparativamente a 1,51% no mesmo período de 2007. Considerando-se apenas o grupo de *alimentos e bebidas*, ele apresentou incremento de 1,29% no mês de abril; em 2008 este grupo já acumula acréscimo de 4,4%. No entanto, ressalta-se que este aumento ainda é bastante gradual, apesar de crescente.

Assim, diante desse ambiente de pressão altista dos preços, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) decidiu (nos dias 16 e 17 de abril) aumentar a taxa Selic em 0,5%, passando-a para 11,75% ao ano. Essa foi a primeira elevação dos juros desde maio de 2005 (BANCO CENTRAL, 2008).

Ao mesmo tempo, o nível de importações continua crescendo em ritmo mais acelerado do que as exportações, em razão tanto do fortalecimento do real como do maior nível de atividade econômica no País, a despeito das elevadas cotações de diversas *commodities* pertencentes à pauta exportadora. Destaca-se aqui o crescimento das importações de bens de capital de 44,7% no primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período de 2007, juntamente com a produção de insumos da construção civil (crescimento de 9,6% no primeiro trimestre). O aspecto favorável desses indicadores é que eles confirmam a expansão dos investimentos na economia brasileira.

Ao considerar as expectativas dos resultados do PIB trimestral, que será divulgado pelo IBGE em junho, grande parte dos analistas econômicos acredita em desaceleração no primeiro trimestre, mas concluem que isso não terá grande impacto no PIB anual, uma vez que a demanda mantém-se acelerada, principalmente por conta dos investimentos.

Esses aspectos repercutem diretamente nas economias subnacionais, em especial na economia baiana. Os

indicadores que mostram a performance das economias nacional e baiana em 2008 estão apresentados nas seções seguintes.

INDÚSTRIA REDUZ RITMO DE CRESCIMENTO

O comportamento registrado no primeiro trimestre na indústria brasileira foi positivo, como pode ser verificado nos dados referentes ao mês de março, divulgados na PIM – Pesquisa Industrial Mensal (2008) do IBGE.

A taxa da indústria geral (extrativa e transformação) de 6,3%, no período de janeiro a março de 2008, frente a igual período de 2007, resulta do desempenho positivo observado na maioria dos segmentos pesquisados.

Considerando-se as categorias de uso, o setor de *bens de capital* foi o que apresentou maior dinamismo, com taxa de 17,1%. Entre os subsetores que o compõem, os maiores acréscimos vieram de *bens de capital para peças agrícolas* (246,4%), *agrícolas* (53,8%), *para transporte* (29,0%) e de *energia elétrica* (15,2%).

A categoria *bens de consumo duráveis* registrou taxa de 13,6%, também acima da média geral, com acréscimo de 20,3% no setor *automobilístico*, de 19,3% na produção de *outros equipamentos de transporte* e de 13,5% na de *materiais eletro-eletrônicos e de comunicação*.

A produção de *bens intermediários* apresentou acréscimo de 6,0%, com destaque para a subcategoria de *insumos industriais básicos* (6,6%). O grupamento de *peças e acessórios para equipamentos de transporte industrial*, que acumulou acréscimo de 13,1% no período, também contribuiu para a *performance* positiva desta categoria.

A indústria de *bens de consumo semi e não duráveis* (1,2%) teve seu resultado influenciado, sobretudo, por *alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico* (1,3%).

Ao se considerar a indústria da Bahia, observa-se que a produção também apresentou resultados positivos para o primeiro trimestre de 2008, mas a *performance* da

atividade no estado foi muito aquém do esperado e está abaixo da média nacional. Enquanto a indústria do País apresentou taxa de 6,3%, a indústria baiana acumulou apenas o percentual de 3,7% no período. Comparada às demais unidades federativas pesquisadas, a indústria da Bahia encontra-se na penúltima posição, com resultado positivo acima, apenas, da indústria de Santa Catarina, que apresentou taxa de 2,2% no período. O resultado da indústria baiana foi inclusive menor que o do Nordeste, que registrou incremento de 5,9% no período. Esta região foi principalmente impulsionada pela produção industrial de Pernambuco, que apresentou acréscimo de 13,7% no período. Tal desempenho vem sendo influenciado principalmente pela produção de *alimentos e bebidas*, *produtos químicos* e *produção de álcool*.

De acordo com os dados da PIM, no primeiro trimestre de 2008 a indústria baiana (extrativa e de transformação) apresentou variação positiva de apenas 3,7%, com resultados positivos em oito das nove atividades investigadas. Os maiores impactos positivos foram assinalados por *celulose, papel e produtos de papel* (22,3%), *metalurgia básica* (8,3%) e *produtos químicos* (1,4%). Em sentido oposto, a pressão negativa veio de *alimentos e bebidas*, com taxa de -1,2%.

O resultado positivo da indústria de *celulose e papel* no trimestre deve-se, principalmente, à produção de celulose ao longo do ano. O segmento obteve recuperação no mês de dezembro, quando atingiu a significativa taxa de 38,2%. Tal evento deve-se, em parte, às recentes unidades ampliadas e duplicadas de grandes empresas do setor, favorecendo o aumento da capacidade produtiva de celulose no estado. Dentre outros aspectos positivos, ressaltam-se os elevados preços internacionais da celulose, que estimulam o aumento da oferta do produto, graças ao crescimento da demanda global e à oferta restrita dos produtores do Hemisfério Norte.

A indústria *metalúrgica* obteve acréscimo (8,3%), principalmente por conta do aumento na produção de vergalhões de aço ao carbono e lingotes, blocos e tarugos ou placas de aço ao carbono. Esse acréscimo na produção deve-se à dinâmica do setor no período recente. Segundo o Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (INDA), no Brasil as vendas de aços planos fecharam o 1º trimestre com alta de 24,7% em relação ao mesmo período de 2007. Os principais

responsáveis por esse volume expressivo de vendas foram os setores de *máquinas e equipamentos industriais* (50,2%), *agrícola e rodoviário* (17,6%), *automobilístico* (29,9%) e *construção civil* (9,8%) (ESTATÍSTICAS ..., 2008).

Foi determinante para o resultado positivo de 1,4% no setor de *produtos químicos* o incremento da produção de polietileno linear e policloreto de vinila (PVC), que são resinas termoplásticas consideradas da segunda geração da cadeia petroquímica. Grande parte do resultado do segmento deve-se ao aumento na demanda doméstica de resinas termoplásticas no período, impulsionada pelo crescimento da economia brasileira, com destaque para os setores agrícola, automobilístico, da construção civil e de eletroeletrônicos, e pelo aumento da renda disponível. Ademais, as plantas de resinas já operam na capacidade máxima de utilização. Por outro lado, o principal desafio do segmento refere-se à valorização do real em relação ao dólar, que tem beneficiado as importações de manufaturados e de resinas, especialmente as importações provenientes dos EUA, onde a baixa atividade econômica vem estimulando as exportações de resinas termoplásticas.

O aumento na produção do segmento de *borracha e plástico* (9,5%) deve-se ao incremento na produção de embalagens plásticas e tubos, canos e mangueiras plásticas. O desempenho desse segmento está fortemente associado à estabilidade econômica, que tem contribuído para o aumento do consumo de alimentos, em especial entre as classes mais baixas, o que, conseqüentemente, impulsiona a demanda por embalagens plásticas. As principais incertezas quanto ao futuro do setor estão relacionadas à alta do preço do petróleo, que exerce forte pressão sobre os custos, e a competição com as embalagens de papel.

A indústria de *minerais não-metálicos* deve seu incremento (6,3%) à produção de ladrilhos e placas de cerâmica e granito talhado ou serrado. Os incrementos no setor refletem o aquecimento no mercado imobiliário, a melhoria na renda da população, o que favorece o consumo "formiga" das camadas mais baixas, e o grande volume de obras públicas no estado, seja por parte dos governos federal, estadual ou municipal. Destacam-se também as inúmeras construções de empreendimentos



comerciais nos últimos meses, como shoppings centers, lojas de departamentos etc.

Em relação ao *refino de petróleo* e à *produção de álcool*, a estabilidade observada no setor (0,2% no trimestre) deveu-se ao pequeno acréscimo no processamento de óleo diesel e outros óleos combustíveis e asfalto de petróleo.

No setor de *veículos automotores* ocorreu aumento de 1,6% na fabricação de automóveis no primeiro trimestre, sendo produzidas 49 mil unidades, produção superior à registrada em igual período do ano passado, quando houve paralisação parcial na unidade produtora. A empresa tem capacidade produtiva de cerca de 250 mil veículos/ano. No cenário nacional, observa-se que as montadoras continuam em ritmo acelerado, registrando expansão no nível de produção, enquanto as exportações têm sido reduzidas para compensar o aquecimento do mercado interno.

O segmento de *alimentos e bebidas* foi o único a apresentar resultado negativo no período (-1,2%), principalmente em razão da menor produção de óleo de soja em bruto e farinhas e *pellets* da extração de óleo de soja. Os derivados de soja, apesar de apresentarem estimativas favoráveis para a produção agrícola do estado para a

safra 2008 e também obterem elevadas cotações no mercado internacional, foram os principais responsáveis pelo recuo na produção industrial do setor de alimentos e bebidas, principalmente em decorrência da elevada base de comparação no mesmo período do ano de 2007, quando o setor cresceu 17,8%, influenciado pela produção de derivados de soja.

O setor de *extração mineral* do estado, segundo dados da PIM, apresentou, no trimestre, acréscimo na extração de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado do aumento na extração de gás natural e óleos brutos de petróleo.

No que se refere ao emprego industrial, segundo a PIMES – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (2008) do IBGE, a indústria baiana registrou aumento de 2,4% no nível de pessoal ocupado assalariado, para o primeiro trimestre de 2008, em confronto com 2007. No Brasil, observou-se aumento de 3,0% para este indicador. Entre as regiões pesquisadas pelo IBGE, o Sudeste foi a que apresentou a maior taxa de ocupação na indústria (3,7%). E a região Sul, a menor taxa (1,7%). A região Nordeste registrou aumento de 3,2% no total de ocupados assalariados na indústria e foi impulsionada principalmente pelo estado de Pernambuco, que apresentou incremento de 4,7% no período.

No total do País, em termos setoriais, dentre os segmentos que apresentaram incremento no total de pessoal assalariado destacam-se: *máquinas e equipamentos* (4,0%), *meios de transporte* (11,1%), *máquinas e aparelhos eletroeletrônicos e de comunicação* (13,6%) e *produtos de metal* (9,4%). Em contraposição, as pressões negativas na composição da taxa geral foram exercidas, sobretudo, por *calçados e artigos de couro* (-11,2%) e *vestuário* (-4,0%).

Na Bahia, os ramos que apresentaram os maiores aumentos no total de pessoas ocupadas assalariadas foram: *máquinas e equipamentos* (34,3%), *calçados e couro* (8,1%), *minerais não-metálicos* (18,7%) e *vestuário* (11,9%). Negativamente, destacam-se os segmentos *produtos químicos* (-20,3%), *têxtil* (-10,0%), *fumo* (-23,1%) e *produtos de metal* (-5,9%).

As expectativas para as indústrias brasileira e baiana para os próximos trimestres mostram-se favoráveis para os principais setores, diante do quadro da conjuntura nacional e de outras características da conjuntura nacional, como a demanda interna aquecida, o aumento da massa salarial, do consumo das famílias e da expansão dos investimentos para diversificação da matriz industrial e da pauta de exportações. A esse cenário agregam-se ainda as medidas adotadas pelo governo de incentivo fiscal à instalação de novas indústrias no estado.

AVANÇO DAS IMPORTAÇÕES COMPROMETE SALDO COMERCIAL

No comércio exterior, apesar de se constatar expansão no fluxo comercial brasileiro e baiano nos quatro primeiros meses de 2008, representado pela corrente de comércio, os dados apontam tendência de queda no saldo comercial brasileiro e, para a Bahia, uma situação estável, em comparação ao igual período do ano anterior. Ainda com relação à expansão do fluxo comercial, está associada a uma série de fatores tais como: elevação de preços de *commodities*, variação cambial, aquecimento da demanda interna e externa (Índia e China), aumento de produção, dentre outros. Cada um destes fatores tem afetado de forma diferenciada a balança comercial, elevando ou reduzindo tanto exportações quanto importações.

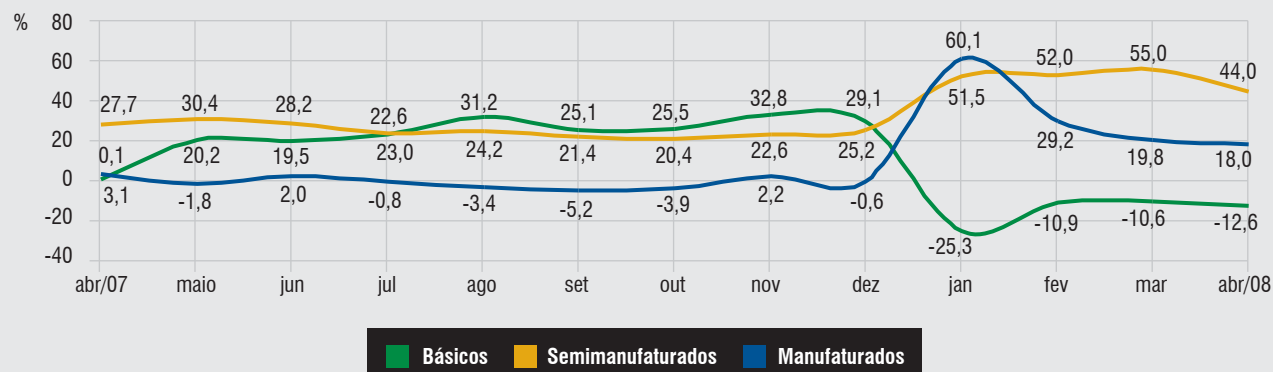
Na atual conjuntura, cabe destacar, particularmente, os efeitos da variação cambial, do aquecimento da demanda interna e da elevação dos preços das *commodities*. No caso da variação cambial, na medida em que o dólar tem se desvalorizado ante o real, verifica-se uma menor propensão às exportações e, por outro lado, maior propensão às importações; essa maior propensão às importações é reforçada pelo aumento da demanda interna – crescimento do consumo das famílias, que em 2007 foi de R\$ 1,5 trilhão, correspondendo a 60,9% do PIB¹. Por outro lado, o aumento no preço das *commodities* tem colaborado para o crescimento das exportações brasileiras e baianas. Esse aumento nos preços das *commodities* é decorrente de dois fatores: o primeiro refere-se à demanda externa, puxada, sobretudo, pelo crescimento da Índia e da China; o segundo refere-se a um processo especulativo que atinge diretamente os preços do petróleo e dos alimentos.

De acordo com os dados da balança comercial brasileira, as exportações registram expansão de 13,6% nos quatro primeiros meses de 2008 em relação ao mesmo período de 2007, com valor total de US\$ 52 bilhões. Já as importações registraram expansão de 35,1%, com total importado de US\$ 48,2 bilhões. No período, o saldo comercial brasileiro ficou em US\$ 4,6 bilhões, equivalente a apenas 35,7% do saldo verificado no mesmo período do ano anterior, o que demonstra a deterioração do *superávit* comercial brasileiro.

Na Bahia, os dados apontam situação semelhante à verificada no Brasil, sendo que em relação ao saldo comercial, verifica-se uma pequena variação positiva em relação ao mesmo período do ano anterior, com tendência de estabilidade. Entre janeiro e abril de 2008, as exportações baianas cresceram 22,0%, totalizando US\$ 2,6 bilhões, enquanto que as importações registram crescimento de 25,9%, totalizando US\$ 2,12 bilhões. Com esses resultados, o saldo comercial baiano registrou *superávit* de US\$ 485 milhões no período. Esse saldo é US\$ 33,9 milhões superior ao do mesmo período do ano anterior.

¹ PIB a preços de mercado.

Gráfico 1
Exportações por Fator Agregado
Bahia, abr./2007 - abr./2008



Fonte: MDIC-SECEX

Elaboração: CAC-SEI

*Variação acumulada no ano

Analisando-se as exportações por *fator agregado*, percebe-se que, no período avaliado, a maior expansão ocorreu na categoria *semimanufaturados* (44,0%), ao passo que as exportações de produtos da categoria *manufaturados* cresceram 18,0%. Por outro lado, as exportações de *básicos* apresentaram queda de 12,6% – resultado principalmente da redução nos embarques de soja e derivados. O Gráfico 1 apresenta a variação anual das exportações baianas por fator agregado.

Ainda com relação às exportações baianas, os cinco principais produtos exportados até o mês de abril foram: *fuel-oil*, pasta química, catodos de cobre refinado, automóveis com motor a explosão e benzeno. Juntos, esses cinco produtos responderam por 52,5% de tudo o que foi exportado pela Bahia, fato que denota a alta concentração da pauta de exportações, ou seja, baixa diversificação do setor exportador baiano.

Como exposto inicialmente, as importações, tanto brasileiras quanto baianas, têm crescido a taxas maiores do que as exportações. Tomando-se como referência os setores das Contas Nacionais, verificam-se algumas diferenças comportamentais entre as importações brasileiras e baianas. Enquanto no conjunto do Brasil o crescimento das importações ocorre de forma quase que balanceada, na medida em que as categorias *bens de capital*, *intermediários* e *de consumo* registraram crescimento próximo

dos 40,0%, na Bahia tal equilíbrio não é verificado, uma vez que, enquanto a categoria *bens de capital* registrou queda de 22,7%, a de *bens intermediários* cresceu 8,9% e a de *bens de consumo*, 28,2%.

Finalmente, cabe destaque para as importações de *combustíveis e lubrificantes*, as quais cresceram 54,8% no Brasil e 126,8% na Bahia. Essas taxas refletem diretamente os aumentos no preço do petróleo e de seus derivados. Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 1. Esses resultados refletem que as importações em nível nacional estão sendo realizadas como resposta às políticas de crescimento econômico, o que não ocorre de forma direta na Bahia.

Tabela 1
Importações por Setores de Contas Nacionais
Brasil e Bahia: 2007 - 2008

Categorias de uso	Brasil			Bahia		
	2008*	2007*	Var(%)	2008*	2007*	Var(%)
Bens de capital	13.380	9.458	41,5	308,9	399,5	-22,7
Bens intermediários	20.724	14.616	41,8	870	799	8,9
Bens de consumo	5.118	3.688	38,8	215	167	28,2
Combustíveis e lubrificantes	8.946	5.780	54,8	732	323	126,8

Fonte: MDIC-SECEX

Elaboração CAC-SEI

* Acumulado no ano de janeiro a abril

Tendo como referência a atual conjuntura, e a perspectiva de que a mesma se mantenha estável ao menos até o final desse ano, espera-se que a balança comercial brasileira feche o ano de 2008 com *superávit* bem abaixo do registrado no ano passado. Já para a balança comercial baiana, a expectativa é de que o *superávit* se situe próximo ao de 2007.

VAREJO BAIANO APRESENTA TAXAS TRIMESTRAIS SATISFATÓRIAS

O comportamento do varejo brasileiro no primeiro trimestre de 2008 é animador. Essa premissa parte do fato de que o comércio se mantém com taxas positivas, embora a base de comparação seja elevada. Segundo dados da PMC – Pesquisa Mensal de Comércio (2008), divulgada pelo IBGE, as vendas alcançaram variações de 11,4% sobre março do ano anterior, 12,0% para o primeiro trimestre e 10,2% no acumulado dos últimos 12 meses.

Esse desempenho continua sendo atribuído a fatores conjunturais como a recuperação de rendimento dos consumidores, a valorização cambial, a ampliação dos prazos de parcelamento das compras e a permanência de uma maior oferta de crédito. A melhoria no quadro geral da economia contribui para manter o ritmo de expansão dos negócios, sendo observado em vinte e cinco estados brasileiros.

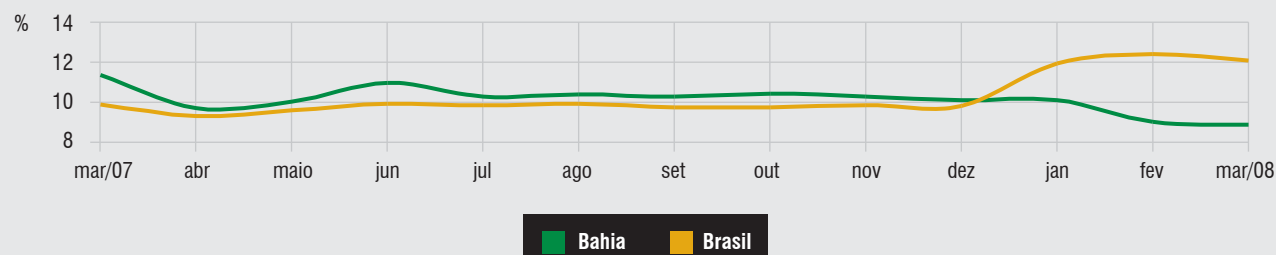
O comércio varejista baiano também registrou resultado positivo, embora abaixo da média nacional. A taxa de 8,5%

no mês de março expressa uma suave melhora no ritmo de vendas após a taxa de 7,8% observada em fevereiro. Nos três primeiros meses de 2008, a expansão atingiu o patamar de 8,8% no volume de vendas, em relação a igual período do ano anterior. As sucessivas variações positivas levaram o varejo a acumular nos últimos 12 meses uma taxa de 9,4%. No entanto, mesmo com todos os resultados positivos dos indicadores, observa-se uma redução no ritmo de crescimento do comércio varejista no estado, conforme ilustra o Gráfico 2. Os fatores que contribuem para este arrefecimento no setor são: elevada base de comparação do ano de 2007, elevação dos preços dos produtos alimentícios e, conseqüentemente, a queda nas vendas de *hiper* e *supermercados*.

Contudo, verifica-se que na Bahia ocorreram algumas particularidades que provocaram uma melhora nos negócios, como o aumento do emprego formal no estado, levando a uma recuperação de rendimento dos consumidores. Além de um considerável número de turistas que permaneceram na capital do estado e em alguns municípios do interior aproveitando o final do verão, contribuindo para impulsionar os negócios em determinados segmentos como, por exemplo, *outros artigos de uso pessoal e doméstico*.

De acordo com os dados da PMC, considerando a trimestralidade, sete de um total de oito ramos de atividade que compõem o volume de vendas apresentaram desempenhos positivos no período, com exceção do segmento de *hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo*, que registrou variação negativa de 0,3%,

Gráfico 2
Volume de vendas no comércio varejista*
Brasil e Bahia, mar./2007 - mar./2008



Fonte: PMC-IBGE

Elaboração: CAC-SEI

*Variação acumulada no ano

conforme pode ser observado na Tabela 2. Essa taxa contraria o comportamento observado para o setor no contexto nacional, que atingiu incremento de 8,9%.

Por atividade, levando-se em consideração a contribuição para o resultado global do varejo baiano, os principais destaques para o trimestre foram os segmentos: *combustíveis e lubrificantes* (14,8%); *móveis e eletrodomésticos* (21,6%); *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (25,2%); *artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (12,0%); *tecidos, vestuário e calçados* (6,3%); *livros, jornais, revistas e papelaria* (23,9%); e *equipamentos e materiais para escritório informática e comunicação* (2,7%). Obteve-se, ainda, uma suave variação positiva para o subgrupo de *hipermercados e supermercados* de 0,5%.

A taxa negativa registrada pelo setor de *hiper e supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* no período é atribuída, dentre outros fatores, à base comparativa elevada e ao aumento dos preços dos produtos alimentícios. Tratando-se de um ramo de maior representatividade para o comércio, esse comportamento repercute intensamente sobre o desempenho do setor, a exemplo do resultado apresentado no mês de fevereiro, quando apresentou uma queda de 6%, acumulando um resultado negativo no bimestre de 1,5%.

No mês de março, o grupo apresentou uma tímida reação, exibindo um crescimento nas vendas de 1,9% em relação a igual mês do ano anterior. Apesar do aumento nos preços dos produtos alimentícios, a melhoria do poder de compra da população continua a favorecer as compras. Nos últimos 12 meses, mesmo com a taxa de crescimento nas vendas de 2,6%, ainda é menor que a taxa de 3,0% observada em fevereiro.

Nos três primeiros meses de 2008, verifica-se que os segmentos que se destacaram foram *combustíveis e lubrificantes, móveis e eletrodomésticos* e *outros artigos de uso pessoal e doméstico*, que apresentaram taxas de 14,8%, 21,6% e 25,2%, respectivamente. A melhoria nas condições econômicas do Brasil, conjugada à estabilidade de preços dos combustíveis, ao aumento nas vendas de veículos, à expansão do crédito, à redução dos preços dos eletroeletrônicos e à melhoria de salários da população ocupada, foi determinante para a expansão nas vendas desses segmentos.

O segmento de *tecidos, vestuário e calçados e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* foram, com taxas negativas de 4,1% e 10,3%, respectivamente, os únicos a apresentarem queda no mês de março de 2008, comparado a igual mês do ano anterior. Entretanto, esses resultados não comprometeram o

Tabela 2
Variação no volume de vendas no varejo¹
Bahia, mar./2008

Classes e gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio varejista	8,5	8,8	9,4
Combustíveis e lubrificantes	17,3	14,8	9,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	-0,3	2,6
Hipermercados e supermercados	2,3	0,5	4,6
Tecidos, vestuário e calçados	-4,1	6,3	17,9
Móveis e eletrodomésticos	19,0	21,6	18,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,8	12,0	12,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	26,5	23,9	22,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-10,3	2,7	-1,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	23,5	25,2	26,8
Veículos, motos e peças	5,7	21,1	22,8
Materiais de construção	0,5	9,4	6,7

Fonte: IBGE / Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

comportamento desses segmentos no primeiro trimestre, pois a melhoria do quadro geral da economia, a redução de preços dos produtos de informática, associada às facilidades de financiamento, levaram a acumularem no período taxas positivas de 6,3% e 2,7%, respectivamente.

Considerando-se o varejo ampliado, observou-se no primeiro trimestre uma expansão nas vendas de *veículos, motos, partes e peças* na ordem de 21,1%, e *material de construção* de 9,4%, mas esses grupos não entram na composição do indicador de volume de vendas, fazendo parte do comércio varejista ampliado. O movimento do primeiro grupo decorre das estratégias adotadas pelas instituições financeiras ligadas às montadoras de reduzir os juros cobrados, intensificar as campanhas promocionais e alongar os prazos de financiamento, e o do segundo grupo ao incentivo conferido pelas medidas oficiais de governo.

Em relação às perspectivas para os próximos trimestres, os analistas de mercado acreditam que apesar de um possível aumento da taxa básica de juros – SELIC, o ritmo de crescimento do comércio deverá ser mantido, haja vista que a taxa de inadimplência continua estável, e a renda e o crédito continuam em expansão. Entretanto, como o primeiro trimestre costuma ser mais fraco, somente

nos próximos meses será possível traçar uma trajetória mais consistente para o comportamento do comércio varejista no ano de 2008.

EXPECTATIVAS FAVORÁVEIS PARA A SAFRA AGRÍCOLA 2008

A Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, em seu último levantamento nacional da safra 2007/2008, estima crescimento em área plantada (1,6%) e produção (7,9%) em relação à safra anterior. De acordo com os últimos dados divulgados, a estimativa da safra de grãos é de 142 milhões de toneladas, perfazendo aproximadamente 47 milhões de hectares, contra os 132 milhões de toneladas e 46 milhões de hectares da safra anterior. Os plantios realizados dentro do período recomendado e as chuvas foram suficientes para um bom resultado, a despeito do atraso destas últimas nos meses de preparo do solo e do plantio (ACOMPANHAMENTO..., 2008a).

Esse resultado traz à tona um dos velhos problemas de infra-estrutura enfrentados pela agropecuária em todo o País: a falta de armazéns. De acordo com a Conab,

Tabela 3

Estimativas de produção física, áreas plantada e colhida e rendimento dos principais produtos agrícolas: Bahia, 2007 - 2008

Produtos/ safras	Produção física (t)			Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007 ¹	2008 ²	Var. (%)	2007	2008	Var. (%)
Mandioca	4.665.855	4.538.341	-2,7	390.529	366.482	-6,2	352.889	339.891	-3,7	13.222	13.352	1,0
Cana-de-açúcar	6.179.203	6.133.558	-0,7	108.389	107.585	-0,7	106.352	106.334	0,0	58.101	57.682	-0,7
Cacau	136.718	142.913	4,5	574.002	563.130	-1,9	560.905	563.130	0,4	244	254	4,1
Café	151.607	163.355	7,7	162.730	159.020	-2,3	149.926	152.830	1,9	1.011	1.069	5,7
Grãos	5.464.038	5.734.986	5,0	2.676.862	2.664.099	-0,5	2.486.556	2.519.374	1,3	2.197	2.276	3,6
Algodão	1.125.240	1.159.789	3,1	301.928	317.758	5,2	301.928	317.758	5,2	3.727	3.650	-2,1
Feijão	319.402	350.285	9,7	634.136	581.050	-8,4	539.447	499.270	-7,4	504	702	39,3
Milho	1.635.849	1.688.814	3,2	843.328	807.624	-4,2	747.711	744.679	-0,4	1.940	2.268	16,9
Soja	2.298.000	2.433.750	5,9	851.000	901.400	5,9	851.000	901.400	5,9	2.700	2.700	0,0
Sorgo	85.547	102.348	19,6	46.470	56.267	21,1	46.470	56.267	21,1	1.841	1.819	-1,2
Total	-	-	-	3.912.512	3.860.316	-1,3	3.656.628	3.681.559	0,7	-	-	-

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Elaboração: CAC-SEI

¹ LSPA/IBGE safra 2007.

² LSPA/IBGE abril 2008

³ Rendimento = produção física/área colhida.

a capacidade total de estocagem é de 123,7 milhões de toneladas, ou seja, se produz mais do que se pode estocar. Mas este não é o mais grave problema. O que preocupa mais é que estes armazéns, em sua maioria, não estão nas propriedades ou fazendas, o que aumenta a dependência dos produtores em relação às empresas de *trading* e diminui o rendimento dos agricultores (SAFRA..., 2008).

As boas expectativas de produção nacional de grãos também são identificadas na produção agrícola baiana. As estimativas do LSPA – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, realizadas em abril de 2008, indicam um desempenho positivo para as principais lavouras. Os dados gerais, apresentados na Tabela 3, ratificam a expectativa de otimismo do setor no estado.

No estado, no caso específico da produção de grãos, chega-se a 5,73 milhões de toneladas, 5,0% a mais em relação ao ano anterior. As melhorias nas técnicas de produção, os preços e a ampliação de áreas colhidas são eventos responsáveis por este resultado. Destaca-se a elevada produtividade em várias culturas, principalmente no feijão (39,3%).

A *soja* e o *milho* são os principais produtos que impulsionam os números da produção para cima. As informações de abril de 2008 apontam crescimento de 5,9% e 3,2%, respectivamente. Em números absolutos chega-se a 2,43 milhões de toneladas de *soja* e 1,69 milhões de toneladas de *milho*. A expansão de 5,9% na área da *soja* é uma das justificativas para este resultado positivo. No caso do *milho* destaca-se o significativo aumento de produtividade (16,9%), já que apresenta redução em sua área plantada (-4,2%) combinada com aumento de produção.

O *feijão*, que passou por redução na área colhida devido à estiagem que prejudicou a colheita da safra de verão do ano passado, apresenta recuperação, com expectativa de produção 10% maior em relação ao ano passado, passando de 319 mil toneladas para 350 mil toneladas.

A produção de *café* apresenta crescimento de 7,8% em relação ao ano passado. Este dado é favorecido pela bialidade positiva e as chuvas que ocorreram de

forma mais constante. A Conab estima que a produção no estado será de 2,27 milhões de sacas (ACOMPANHAMENTO..., 2008b).

O *cacau* também apresenta crescimento em sua produção (4,5%), impulsionado pelo aumento da produtividade por hectare (4,1%) e pela alta dos preços no mercado internacional. O cenário é muito positivo para os produtores nacionais, já que o Brasil, dentre os produtores internacionais, é o único com área disponível para expansão da produção (PREÇO..., 2008).

Os únicos produtos, dentre os pesquisados, que apresentam quedas nas estimativas de safra são a *mandioca* e a *cana-de-açúcar*.

No que diz respeito ao comércio internacional, acompanhando o cenário positivo das exportações do Brasil e da Bahia, as vendas de *cacau e seus derivados* cresceram 39,2% no acumulado de janeiro a abril de 2008, comparando-se ao mesmo período do ano passado. Este segmento representa aproximadamente 3,0% do valor da pauta de exportações do estado. Este crescimento apóia-se na tendência altista que tomou conta dos mercados futuros dos produtos agrícolas (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

O *café e especiarias*, outro segmento significativo da pauta de exportações (1,9% do valor total exportado), apresenta crescimento de 12,0% no primeiro quadrimestre de 2008 em relação ao mesmo período do ano anterior. Outro segmento que merece destaque é o de *frutas e suas preparações*, que apresenta crescimento de 46,0% no período em relação ao mesmo período do ano passado. O valor total vendido até o momento é de US\$ 20,9 milhões (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

Já para o segmento *soja e derivados* o quadro não é o mesmo observado em 2007. Este segmento apresenta queda nos valores exportados em torno de 60,6%. De acordo com as informações da Promo, não houve registro de vendas de *soja* no mês de abril, provavelmente em função da greve dos auditores da receita federal, que atrasou a liberação de cargas (CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA, 2008).

CONJUNTURA FAVORÁVEL NO MERCADO DE TRABALHO NA RMS

A conjuntura do mercado de trabalho no País apresenta-se favorável, com redução na taxa de desemprego e elevação dos rendimentos. Os indicadores apurados pelas pesquisas de emprego e desemprego de vários institutos confirmam a geração de novos postos de trabalho durante o primeiro trimestre de 2008.

Fatores como o crescimento do PIB, a expansão da demanda doméstica, impulsionada pelo controle da inflação e da taxa de juros, e o efeito câmbio sobre o consumo além do aumento da oferta de crédito, com conseqüente rebatimento sobre a produção industrial, levaram as empresas a contratarem mais trabalhadores, o que resultou em aumento da massa salarial e das ocupações com carteira assinada.

Nesse contexto, dados da PME – Pesquisa Mensal de Emprego (2008) divulgados pelo IBGE, para o mês de março, demonstraram estabilidade na taxa de desocupação, que se situou em 8,6% da PEA (População Economicamente Ativa) contra 8,7% em fevereiro para o conjunto das seis regiões metropolitanas que compõem a pesquisa. Já em relação a março de 2007, a queda no contingente de desocupados e a elevação no número de ocupados fizeram com que a taxa de desocupação registrasse redução de 1,5 ponto percentual.

Ainda com base nos dados da PME, a taxa de atividade (proporção de pessoas economicamente ativas em relação à população em idade ativa) no mês de março foi estimada em 56,7% e ficou estável nas comparações com fevereiro do mesmo ano e março de 2007. Em março havia 41,0 milhões de pessoas em idade ativa (pessoas com 10 anos ou mais de idade) no agregado das seis regiões metropolitanas pesquisadas. Esta estimativa apresentou estabilidade na comparação com fevereiro. Frente a março de 2007, cresceu 2,0%.

A população ocupada em março não se alterou em relação a fevereiro (embora tivesse registrado alta absoluta de 122 mil pessoas, cerca de 0,6%, esta variação não foi estatisticamente significativa). Em relação a março do ano

passado houve acréscimo de 3,5% neste contingente, ou seja, 713 mil pessoas a mais no mercado de trabalho no período de um ano. Considerando o nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação à população em idade ativa), estimado em 51,9%, houve estabilidade na comparação com fevereiro e elevação em relação a março do ano passado (0,8 ponto percentual). O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado não apresentou movimentação em comparação a fevereiro. Em um ano foram criados 749 mil postos de trabalho nesta categoria de ocupação, ou seja, o contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada cresceu 8,7% em relação a março de 2007.

Os dados da PME também mostram que, na comparação mensal (março comparado a fevereiro), o único grupamento de atividade a apresentar variação significativa foi o da *construção*, com elevação de 4,3%. Frente a março de 2007, três grupamentos foram responsáveis pela alta da ocupação: *serviços prestados às empresas, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira* (5,5%), *educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social* (5,0%) e *outros serviços* (7,2%). Em sentido contrário, o grupamento dos *serviços domésticos* apresentou declínio (-6,1%).

O rendimento médio real habitual dos ocupados, estimado em março de 2008 em R\$ 1.188,90, registrou decréscimo de 0,6% na comparação com fevereiro. Em relação a março de 2007, o poder de compra dos ocupados apresentou elevação (2,0%). O rendimento médio real dos empregados com carteira assinada no setor privado, estimado em R\$ 1.138,50, apontou estabilidade em ambos os períodos analisados. A massa de rendimento real habitual dos ocupados, estimada em março de 2008 em 25,5 bilhões de reais, indicou acréscimo de 0,5% na comparação com fevereiro último e ganho de 6,3% na comparação com março de 2007.

Na análise da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com base nos dados da PME apresentados na Tabela 4, a taxa de desocupação apresentou queda de 1,3 ponto percentual na comparação com março de 2007, acompanhada de queda no número de desocupados de 9,9%. Em março de 2008 havia 2.986 mil pessoas em idade ativa na RMS, não apresentando diferença significativa

em comparação com fevereiro. Em relação a março de 2007 houve acréscimo de 2,9% no total da população em idade ativa, representando um adicional de 85 mil pessoas. Das 2.986 mil pessoas em idade ativa, 49,7% encontravam-se ocupadas, 7,3% desocupadas e 43,0% não-economicamente ativas.

Em março, os *empregados sem carteira de trabalho assinada* no setor privado apresentaram queda de 14,1% e os *empregadores* redução de 18,2%, permanecendo estáveis as demais categorias ocupacionais. Na comparação anual (março de 2008 em relação a março de 2007), apenas a categoria *empregados com carteira de trabalho assinada* apresentou incremento da ordem de 9,4%.

O rendimento médio real habitualmente recebido por mês pelo total das pessoas ocupadas na RMS (R\$ 960,30) apresentou queda de 3,1% na comparação mensal e

aumento de 5,8% frente a março de 2007. Na comparação mensal, houve queda do rendimento nas seguintes categorias: *empregados sem carteira assinada* (-4,3%), *militar ou funcionário público estatutário* (-7,4%) e *trabalhadores por conta própria* (-5,3%). Os *empregados com carteira de trabalho assinada* tiveram seus rendimentos acrescidos de 3,3%. Na comparação anual foi observado crescimento em: *empregados com carteira assinada* (9,3%), *empregados sem carteira de trabalho assinada* (14,1%). No entanto, houve queda para os *militares ou funcionários públicos estatutários* (-4,8%) e *trabalhadores por conta própria* (-4,6%). Os grupamentos de atividade não apresentaram modificações em seus contingentes.

A massa de rendimento real efetivo da população ocupada (a preços de março de 2008), em fevereiro de 2008, foi estimada em R\$ 1.414 milhões para a RMS. Esta estimativa apresentou variação negativa de 5,9% comparando-se com janeiro e variação positiva de 5,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

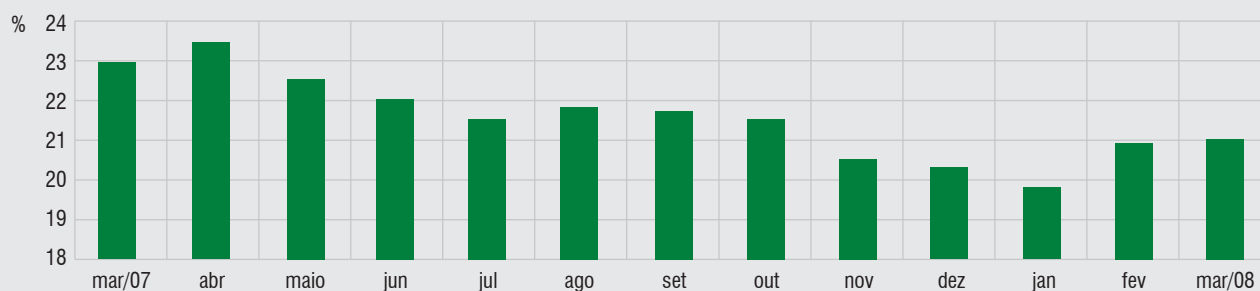
Por seu turno, a PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (2008), do convênio SEI-SETRAS-DIEESE-UFBA-SEADE, em março de 2008, aponta para uma redução de 8,3% na taxa de desemprego comparando-se a março de 2007, saindo de uma taxa de 22,9% para 21,0% conforme ilustrado no Gráfico 3. O nível de ocupação elevou-se 5,5%, com o seguinte comportamento setorial: *Serviços*, criação de 32 mil posições de trabalho (3,8%); agregado *outros setores*, que inclui a *construção civil*, *serviços domésticos* e *outras atividades*, acréscimo de 17 mil postos (8,3%); *indústria*,

Tabela 4
Principais indicadores do mercado de trabalho
RMS, mar./2007 - mar./2008

Indicadores	Mil pessoas			Variação	
	Mar/07	Fev/08	Mar/08	Mensal	Anual
PIA	2.901	2.994	2.986	-0,3%	2,9%
PEA	1.710	1.720	1.701	-1,1%	-0,5%
Ocupados	1.469	1.509	1.484	-1,7%	1,0%
Desocupados	241	210	218	3,5%	-9,9%
Tx Atividade	59,0%	57,4%	57,0%	-0,4 p.p.	-2,0 p.p.
Tx Desocupação	14,0%	12,2%	12,8%	0,6 p.p.	-1,3 p.p.

Fonte: PME-IBGE

Gráfico 3
Evolução da taxa de desemprego
RMS, mar./2007 - mar./2008



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE
Elaboração: CAC-SEI

criação de 14 mil vagas (11,7%); e *comércio*, expansão de 13 mil ocupações (5,9%). O contingente de desempregados foi estimado em 387 mil pessoas, 23 mil pessoas a menos que no mês de março de 2007. Este resultado decorreu do aumento da PEA em 53 mil pessoas e da entrada de 76 mil pessoas da população ocupada. A taxa de participação aumentou apenas 0,16%, ao passar de 60,8% registrados em março de 2007 para os atuais 60,9%.

Segundo a forma de inserção na ocupação, em março foram criados 13 mil postos de trabalho assalariado na RMS, em relação a março de 2007. O contingente de assalariados do setor privado aumentou em mil pessoas – resultado da eliminação de sete mil postos assalariados sem registro formal e do acréscimo de oito mil postos com carteira assinada –, enquanto o do setor público aumentou em 12 mil. Os demais grupos apresentaram o seguinte comportamento: aumento dos contingentes de trabalhadores *autônomos* (40 mil pessoas) e *domésticos* (sete mil postos) e crescimento do agregado *outros*, que inclui os *empregadores*, *trabalhadores familiares* e *donos de negócios familiares* (16 mil pessoas).

O rendimento médio real da população ocupada cresceu 8,2% e da assalariada 8,8%, no mês de fevereiro em comparação a fevereiro de 2007. No mesmo período, houve elevação nas massas de rendimentos médios reais dos ocupados (14,1%) e dos assalariados (8,4%). No caso dos ocupados, esse aumento deveu-se ao desempenho positivo do rendimento médio e do nível de ocupação, e para os assalariados, apenas do salário médio, uma vez que o nível de emprego permaneceu relativamente estável.

Portanto, cruzando-se os dados da PED e da PME para a Região Metropolitana de Salvador, percebe-se que a

taxa de desemprego sofreu queda no cotejamento entre março de 2007 e março de 2008, impulsionada pelo aumento do nível de ocupação, favorecendo o aumento da massa de rendimentos no período.

No que se refere às informações do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2008), divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o nível de emprego com carteira assinada na Bahia apresentou acréscimo do estoque de 1,2% no primeiro trimestre de 2008, conforme dados apresentados na Tabela 5. O percentual representa um saldo de emprego da ordem de 14.119 postos de trabalho, situação que coloca o estado numa posição de relativo destaque dentro do contexto de ampliação do emprego no âmbito regional, visto que, nesse intervalo de tempo, no conjunto da região Nordeste ocorreu eliminação de 36.365 empregos.

Em termos espaciais, foram gerados significativos contingentes de vagas tanto na metrópole quanto no interior. A RMS foi responsável pela criação de 8.251 vagas no trimestre, o correspondente a 58,4% do total, enquanto o interior do estado respondeu por 5.868 vagas (41,6%).

Em termos setoriais, a *construção civil*, o setor de *serviços* e a *agropecuária* responderam pelos maiores saldos, representando 47,0%, 25,4% e 9,3%, respectivamente, do total de postos gerados. O setor de *serviços industriais e de utilidade pública* foi o único setor que apresentou saldo negativo ao final desse primeiro trimestre do ano, com redução de aproximadamente 75 postos de trabalho.

Diante do exposto, as informações divulgadas pelo MTE ratificam o ambiente favorável do mercado de trabalho no estado apresentado pelas demais pesquisas, no qual se

Tabela 5
Comportamento do Mercado de Trabalho Formal
Bahia, jan. - mar./2008

Área geográfica	Total de admitidos	Total de desligados	Saldo (Adv.-Deslig.)	Participação %	Variação %
Bahia	143.261	129.142	14.119	100	1,2
RMS	73.480	65.229	8.251	58,4	1,3
Interior	69.781	63.913	5.868	41,6	1,0

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Lei 4.923/65

observa aumento no nível de emprego, redução das taxas de desemprego e manutenção dos níveis de rendimento da população ocupada.

INVESTIMENTOS NO ESTADO ALAVANCAM CRESCIMENTO ECONÔMICO

Para o presente momento de crescimento econômico, investimentos em infra-estrutura representam condição necessária para a composição da estrutura econômica, atraindo, conseqüentemente, atividades de potenciais produtivos de grande porte, além de proporcionar oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Para o estado da Bahia, com base em informações divulgadas pela Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia (Seinfra), apresentadas na Tabela 6, foram investidos nos setores de transportes, energia e comunicação, somente em 2007, aproximadamente R\$ 822,5 milhões, o que representa 0,9% no PIB da Bahia em recursos aplicados em áreas consideradas mais precárias dos setores que inviabilizam todo o processo de expansão do estado (BAHIA, 2008).

Os investimentos no setor de transporte (rodoviário, ferroviário, aeroviário e hidroviário) foram focalizados com maior intensidade na malha rodoviária estadual, que apresentava precárias condições de trafegabilidade,

provocando elevados custos para as empresas transportadoras de mercadorias e pessoas, gerando um impacto direto na elevação de preços praticados na economia. Contudo, foram necessários investimentos da ordem de R\$ 284 milhões na recuperação de aproximadamente 8.250 km. Vale salientar que estes investimentos estão concentrados nas seguintes ações: construção, restauração, recuperação, manutenção e outras ações em rodovias; policiamento e sinalização de rodovias; além de aeroportos e terminais de transportes.

Ao sistema de transporte rodoviário intermunicipal couberam investimentos da ordem de R\$ 115 milhões pelo Plano Estadual de Renovação de Frotas de Ônibus. A Associação das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário do Estado da Bahia (Abemtro) tem como meta a redução da idade média dos ônibus de 10 para 4,5 anos através da aquisição de 1.300 novos ônibus até 2010, com investimentos totais equivalentes a R\$ 450 milhões. Somente em 2007, foram adquiridos 300 ônibus, o que equivale a 23,1% do total da frota. Para tanto, o Programa proporcionará um avanço significativo na qualidade de serviços, além de gerar trabalho e renda para a população.

Ações focalizadas em energia e comunicação (energia, comunicações e gás natural) foram da ordem de R\$ 422 milhões em 2007. O setor de energia elétrica absorve 92,8% do total desse investimento através do Programa Luz Para Todos, que tem como finalidade universalizar o serviço de distribuição de energia elétrica no meio rural até o final de 2008. Quanto ao setor de comunicação, foram realizados investimentos da ordem de R\$ 12 milhões em 2007; além da ampliação das estações de retransmissão da TV Educativa, foram recuperadas 30% das 170 estações de transmissão que se encontravam danificadas.

No setor de gás natural o destaque é para o Programa de Investimentos da Bahiagás, que tem como objetivo o aumento da disposição de abastecimento do produto aos segmentos comerciais, residenciais e automotivos na capital baiana, além de favorecer também a expansão da rede no interior da Bahia. Estes investimentos foram de R\$ 18 milhões na construção de 11,2 km de gasodutos, totalizando 527 km de rede da Bahiagás.

Tabela 6
Principais investimentos realizados em infra-estrutura
Bahia, 2007

Ações	Recursos aplicados (R\$ 1.000)
Malha rodoviária estadual	283.950
Sistema de transporte rodoviário intermunicipal	115.000
Energia e comunicação	422.300
Energia elétrica (Programa Luz para Todos)	392.000
Comunicações	12.000
Gás natural (Bahia gás)	18.300
Concessão rodovia – BA-099	1.300
Total	822.550

Fonte: Secretaria de Infra-estrutura do Estado da Bahia
Elaboração: CAC-SEI

O investimento de R\$ 1,3 milhão referente à concessão da rodovia BA-099 destinou-se à desapropriação de 44 casas para dar continuidade à 4ª etapa (40 km de extensão) de obras para a duplicação da Linha Verde, estrada que liga a Bahia a Sergipe (217 km), no trecho Guarajuba–Itacimirim. Esta concessão foi destinada à Concessionária Litoral Norte (CLN), empresa responsável pela conservação e manutenção da rodovia. Os investimentos em infra-estrutura focalizados nesta área contribuíram bastante para a atração de consideráveis investimentos em empreendimentos turísticos e habitacionais, ocasionando atração de visitantes em um dos principais destinos turísticos do estado. Estes investimentos refletem positivamente na população das diversas localidades do Litoral Norte, que também foram beneficiadas com aumento de postos de trabalho e melhoria dos meios de transporte, contribuindo, também, para o progresso econômico e social da localidade.

Recentemente o governo do estado anunciou um programa fiscal diretamente destinado às indústrias do ramo petroquímico e naval, o Acelera Bahia. Este plano tem como objetivo reduzir em 5,75 p.p a alíquota do ICMS praticado no estado, passando de 17% para 11,25%. Melhorando a infra-estrutura de toda uma rede que envolve o transporte de cargas em parceria com a redução do imposto estadual, as empresas do ramo petroquímico obterão ganhos de produtividade, tornando-se cada vez mais competitivas, além de atrair novas indústrias seduzidas pela redução do imposto.

Além dos investimentos em infra-estrutura realizados pelo estado, destacam-se também os investimentos em parceria Bahia-Brasil destinados ao Programa Federal de Aceleração do Crescimento (PAC) em: infra-estrutura (R\$ 3.553,8 bilhões), habitação (R\$ 263,8 milhões) e saneamento (R\$ 906,9 milhões).

Para o setor agrícola, foi lançado pelo governo federal o Plano Executivo para Aceleração do Desenvolvimento e Diversificação do Agronegócio na Região Cacaueira do Estado Bahia, o PAC do Cacau. O Plano tem investimentos previstos da ordem de 2,2 bilhões até 2016. Para tanto, objetiva o “...*equacionamento das dívidas, prevê investimentos em projetos de diversificação, produção de bio-combustíveis, apoio à agroindústria e a agricultura familiar*

e obras de infra-estrutura no sul da Bahia” (GOVERNO..., 2008), viabilizando o processo de atração de indústrias de produtos finais para a região, a partir da matéria-prima destinada à exportação.

Percebe-se, portanto, que a atração de investimentos, principalmente em infra-estrutura, é relevante e tem impactos diretos nos principais segmentos da economia que contribuem para agregar valor ao PIB baiano. O papel do governo na atração de investimentos privados é preponderante para geração de emprego e renda para o estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro trimestre de 2008, o Brasil apresentou expansão na demanda interna, principalmente como resultado da ampliação do consumo das famílias e dos investimentos. O consumo das famílias continua sendo estimulado pelas melhores condições de crédito e pelo aumento da massa de rendimentos. Já os investimentos refletem a continuidade da recuperação da construção civil, de alguns setores industriais e da expansão das importações de bens de capital.

Os indicadores econômicos descritos nas seções anteriores evidenciam que a expansão da economia brasileira nos primeiros meses de 2008 deu-se graças ao bom desempenho registrado em todos os setores produtivos.

Diante desse ambiente propício, a expectativa de analistas é de que em 2008 o País volte a apresentar taxas de crescimento no mesmo nível do ano anterior. A principal incerteza em relação às expectativas de crescimento da economia brasileira é o cenário internacional, especialmente a crise americana e seus efeitos sobre os mercados financeiros internacionais. Outro aspecto refere-se ao setor externo da economia brasileira, que deve apresentar forte redução do saldo comercial em decorrência da apreciação cambial e do excesso de importações.

Adicionalmente, o comportamento dos preços ao consumidor já afeta as taxas de juros, motivando o Banco Central, na última reunião do Copom, a aumentar a taxa Selic. A repetição desse evento pode acarretar uma

retração ao estímulo do aumento da taxa de investimento, que ainda está bastante reduzida.

É dentro deste contexto que se insere a economia baiana, na qual, mesmo apresentando indicadores satisfatórios, já se observa arrefecimento do ritmo de atividade ao longo do primeiro trimestre.

Entretanto, as perspectivas para a economia baiana em 2008 são positivas e estão sustentadas principalmente no desempenho do comércio, que já sinaliza a possibilidade de manutenção das taxas positivas, ainda que inferiores às do ano anterior. Estas expectativas tendem a refletir a continuidade do crescimento da massa salarial, as melhores condições de crédito, os impactos dos programas de transferência de renda, além dos efeitos da recuperação do setor agrícola.

A propósito, a agricultura vem apresentando estimativas de crescimento favoráveis para a safra 2008, repetindo o excelente resultado obtido na safra anterior, quando teve um aumento na produção de grãos de 25,3%, atingindo a produção de 5,58 milhões de toneladas.

Nesse sentido é que o maior crescimento da economia baiana advém, fundamentalmente, da manutenção das condições externas favoráveis e do estímulo à demanda agregada no curto prazo pela política econômica brasileira, com o intuito de viabilizar a aceleração nas taxas de crescimento, dando mais dinamismo às principais atividades econômicas.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL. Salvador: FIEB, 15 maio 2008. Disponível em: <http://www.fieb.org.br>. Acesso em: 15 maio 2008.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira: grãos – oitavo levantamento. Brasília: CONAB, 2008a. Disponível em: http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/estudo_safra.pdf. Acesso em: 15 maio 2008.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira: café – segunda estimativa. Brasília: CONAB, 2008b. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/Boletim.pdf>. Acesso em: 15 maio 2008.

ACOMPANHAMENTO da safra brasileira: cana-de-açúcar – primeiro levantamento. Brasília: CONAB, 2008c. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/cana.pdf>. Acesso em: 15 maio 2008.

BAHIA acumula 3.524 novos empregos em 2008. Conjuntura CAGED, Salvador: SEI, fev. 2008a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2008.

BAHIA. Secretaria de Infra-Estrutura. *Relatório de gestão 2007*. [Salvador]: SEINFRA, 2008b. Disponível em: http://www.seinfra.ba.gov.br/Relatorios/Relatório_de_atividades.pdf. Acesso em: 14 maio 2008.

BAHIA tem maior saldo de empregos formais do nordeste. Conjuntura CAGED, Salvador: SEI, jan. 2008c. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 6 maio 2008.

Bahia tem maior saldo de emprego formal do Nordeste em 2008. Conjuntura CAGED. mar. 2008. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 06 maio 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Ata do Copom 15-16 abr. 2008*. [Brasília: BACEN, 2008. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em: 9 maio 2008.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento, indústria e comércio. *Estatísticas de comércio exterior*. Brasília: MDIC, 2008. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2008.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS. Brasília: MTE, mar. 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2008.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Desempenho do comércio exterior baiano*. Salvador: Promo, abr. 2008. Disponível em: http://www.promobahia.com.br/interclip/documentos/{2CECA34D-753A-498A-830D-56-DCD937BCDC}_INFORMATIVO_ABR.pdf. Acesso em: 15 maio 2008.

CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2008.

CONSUMO aço dispara e usinas cortam exportações. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 maio 2008. Disponível em: <http://www.valoronline.com.br>. Acesso em: 13 maio 2008.

ESTATÍSTICAS mensais da distribuição. *Revista Brasileira do Aço*, São Paulo, v. 17, n. 100, 15 abr./15 maio 2008. Disponível em: <http://www.inda.org.br>. Acesso em: 12 maio 2008.

GOVERNO Federal finaliza o PAC do Cacau. Disponível em: <http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2008/02/20/Bahia_Nacional/Governo_Federal_finaliza_o_PAC_do.shtml>. Acesso em: 15 maio 2008.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 maio 2008.

LUCRO da Braskem no 1T08 alcança R\$ 83 milhões. São Paulo: Braskem, 2008. Disponível em: <<http://www.braskem.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2008.

NECESSIDADE de controlar demanda divide opiniões. *Valor Econômico*, São Paulo, 3 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 3 abr. 2008.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 maio 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DO EMPREGO E SALÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2008.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2008.

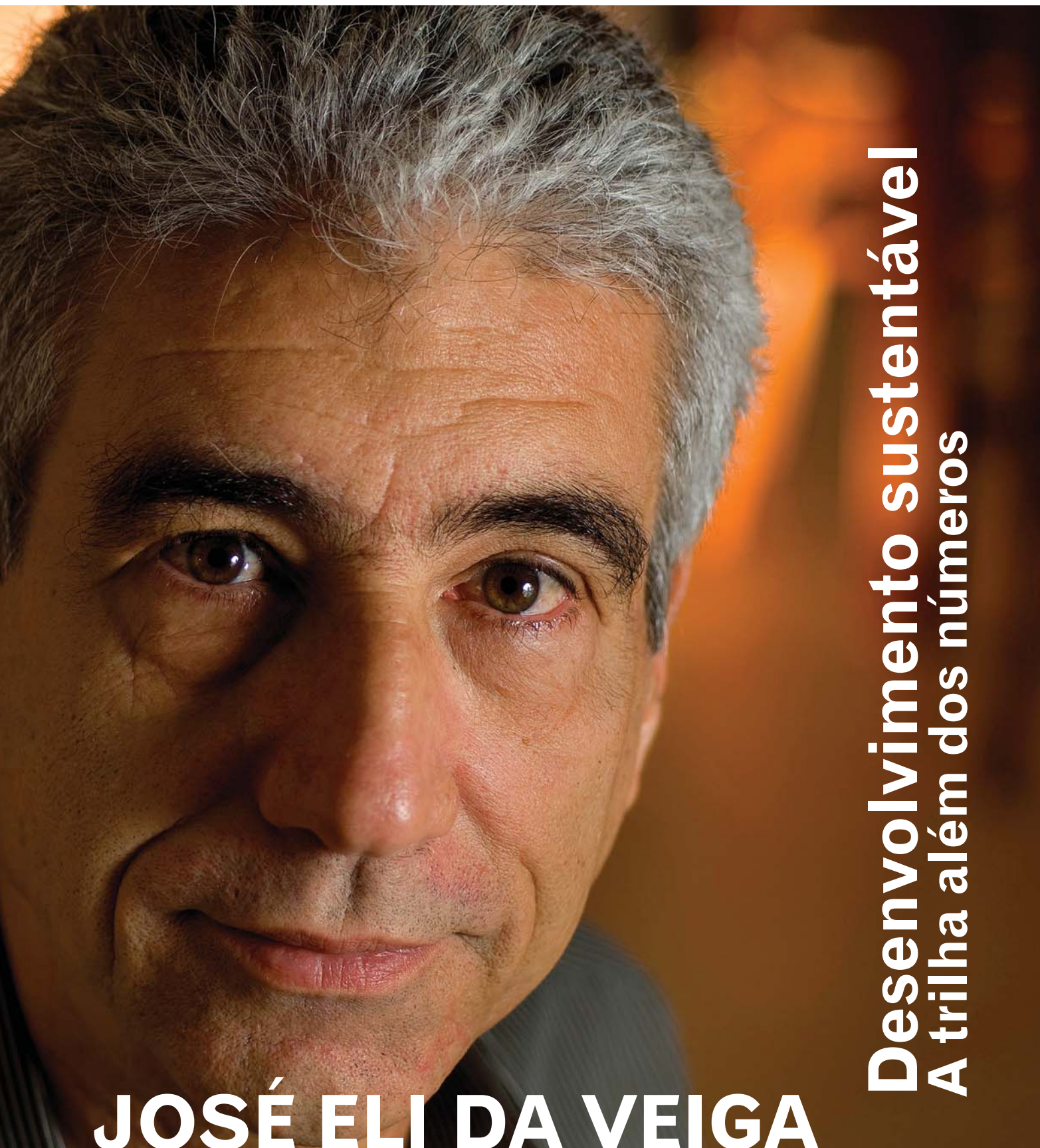
PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Índices especiais de categoria de uso por atividade. Bens de capital. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 maio 2008.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 maio 2008.

PESQUISA MENSAL DO EMPREGO. Rio de Janeiro: IBGE, mar. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2008.

PREÇO do cacau teve recuperação de 54%. Salvador: SEAGRI, 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=14125>>. Acesso em: 15 maio 2008.

SAFRA recorde acentua aperto na estocagem. Salvador: SEAGRI, 2008. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias.asp?qact=view¬id=14139>>. Acesso em: 15 maio 2008.



Desenvolvimento sustentável A trilha além dos números

JOSÉ ELI DA VEIGA

O que há de prático e objetivo no ideal de desenvolvimento sustentável? O economista José Eli da Veiga, em entrevista concedida à revista C&P, responde de modo instigante a esta questão, colocando o tanto (e muito) que falta para se definir e pôr em prática esta idéia. Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP) e autor de 15 livros e uma infinidade de artigos e textos sobre temas vinculados ao desenvolvimento, ele lembra que não será possível operacionalizar a idéia de sustentabilidade “sem que se obtenha uma definição bem mais precisa do que as mais conhecidas e badaladas”. Sua fala contundente vai também em direção à crise mundial de alimentos e energia, ao papel do Brasil no contexto internacional e passa rapidamente pela briga entre “céticos” e “alarmistas” quanto às mudanças climáticas. Parece que a economia não gira mais em torno do seu próprio umbigo.

C&P – Quais são as efetivas causas da atual crise mundial de alimentos e como a questão dos biocombustíveis se insere neste contexto?

José Eli da Veiga – Essa crise foi gerada por previsível aumento da demanda global por alimentos e energia. Essencialmente motivado por intenso progresso material em alguns países muito pobres que agora são “emergentes”, a começar por dois gigantes: China e Índia. Só não era tão previsível a rapidez com que esse aumento criaria séria disparidade com a oferta. Assim, nesse tipo de conjuntura, nada mais razoável do que considerar irracional, e mesmo imoral, a conversão de grãos alimentícios em combustível para veículos, ou a conversão para esse mesmo fim de terras com alta aptidão para produção de alimentos básicos. O problema é saber qual está sendo a real influência de tal conversão na elevação dos preços alimentares.

C&P – O Brasil tornou-se um ator estratégico internacional, tanto no tema dos biocombustíveis quanto na produção de alimentos. O senhor avalia como seria possível compatibilizar os dois papéis?

JEV – O Brasil permanecerá em situação razoavelmente confortável enquanto sua produção de etanol avançar sobre terras antes usadas para pastos de um dos mais revoltantes sistemas de produção de carne, já que essa troca pode ser considerada altamente benéfica para a sociedade. Todavia, se sistemas de

“O Brasil permanecerá em situação razoavelmente confortável enquanto sua produção de etanol avançar sobre terras antes usadas para pastos de um dos mais revoltantes sistemas de produção de carne, já que essa troca pode ser considerada altamente benéfica para a sociedade”

produção de alimentos básicos pas-sarem a ser convertidos em sistemas de produção de energéticos, ou se estes vierem a aumentar ainda mais os desmatamentos, o Brasil com certeza deixará de compatibilizar os dois papéis e também passará a ser alvo de forte hostilidade da opinião pública internacional.

C&P – A produção de biodiesel no Brasil enseja uma forte perspectiva de inclusão social, por intermédio da agricultura familiar, com ampla possibilidade de adaptação em regiões deprimidas e de clima semi-árido. Há, de fato, viabilidade socioeconômica e ambiental de inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel?

JEV – Por enquanto está muito difícil de avaliar a distância que separa os resultados concretos da crucial intenção do governo federal de combinar a produção de biodiesel com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar.

C&P – O debate mundial sobre a mudança climática vem sendo marcado por teses e previsões

“Não será possível operacionalizar a idéia de desenvolvimento sustentável sem que se obtenha uma definição bem mais precisa do que as mais conhecidas e badaladas”

bastante antagônicas entre os considerados “alarmistas” e os “céticos”. Na sua opinião, quais as principais lições herdadas deste debate?

JEV – É cedo demais para se falar em “lições herdadas”. Por um lado, tudo deve ser feito para que os chamados “céticos” possam não só continuar suas pesquisas, como ampliá-las, sem qualquer tipo de restrição que possa vir a ser sugerida por seus opositores. Por outro lado, em termos do debate público sobre o que fazer sobre o aquecimento global, será bem melhor para o futuro da humanidade que as teses desses “céticos” sejam simplesmente ignoradas.

C&P – Quais seriam os principais alicerces em prol de um novo estilo de desenvolvimento que, de fato, possa ser sustentável?

JEV – Esta questão é muito mais complexa. Por isso, qualquer resposta, mesmo que parcial, será necessariamente muito mais longa que as anteriores.

Em primeiro lugar, não será possível operacionalizar a idéia de desenvolvimento sustentável sem que se obtenha uma definição bem mais precisa do que as mais conhecidas e badaladas, que pululam em documentos oficiais, de partidos e sindicatos, de grandes empresas ou de organizações não-governamentais. E é claro que esse processo de estreitamento da definição não pode ser arbitrário. Só terá sentido se apoiado em sólido método científico.

O inevitável ponto de partida é a rejeição daquela proposta tão batida de se estabelecer as pontes faltantes

“Será possível começar a entender os fatores biofísicos, psicológicos, econômicos e socioculturais que se entrelaçam na idéia de desenvolvimento sustentável. Nenhuma nação poderá pegar o caminho de desenvolvimento sustentável se não cumprir o seguinte requisito: melhorar a qualidade de vida de cada cidadão”

entre a economia, a vida social e a base ecológica, como se estes fossem três sistemas independentes. De nada servem aqueles diagramas cheios de flechinhas, sejam triangulares ou com três esferas. Seu uso só mostra o quanto se está longe da ciência (evolução darwiniana), e mais especificamente do conceito de co-evolução que preside a interdependência desses três subsistemas.

O segundo passo também está ligado à obrigação de se detonar arquétipo tão ou mais trivial, realimentado por outro diagrama onipresente em qualquer manual de aprendizado da ciência econômica. Descreve um sistema

que não dependeria de entrada de energia solar, nem geraria rejeitos, principalmente na forma de calor. Como se a economia só girasse em torno de seu próprio umbigo, sem nada retirar ou devolver ao restante do universo.

C&P – Seria preciso uma visão mais integrada?

JEV – Feitos esses dois avanços fundamentais, será possível começar a entender os fatores biofísicos, psicológicos, econômicos e socioculturais que se entrelaçam na idéia de desenvolvimento sustentável. E assim perceber que nenhuma nação poderá pegar o caminho de desenvolvimento sustentável se não cumprir o seguinte requisito: melhorar a qualidade de vida de cada cidadão – tanto no presente quanto no futuro – com um nível de uso dos ecossistemas que não exceda a capacidade regenerativa e assimiladora de rejeitos do ambiente natural. Quando tal requisito for cumprido, o país certamente estará contribuindo para a manutenção dos processos evolutivos da biosfera.

“A expressão desenvolvimento sustentável denota um recente valor que pode muito bem ter emplacado no discurso, mas que continua muito longe de se fazer sentir na prática”

Todavia, é justamente essa ampla definição que não será traduzida em indicadores operacionais se não for submetida a um sério processo de afunilamento. E não existe uma trilha segura pela qual se passeie em busca dessa precisão. Ao contrário, há uma verdadeira corrida de obstáculos teóricos, motivados principalmente pelas ambigüidades que sempre caracterizaram as noções de renda, de riqueza, e de bem-estar.

C&P – E como seria possível traduzir o conceito em indicadores operacionais?

JEV – A expressão desenvolvimento sustentável denota um recente valor que pode muito bem ter emplacado no discurso, mas que continua muito longe de se fazer sentir na prática. E a principal razão dessa imensa distância entre intenções e gestos está exatamente no sério conflito entre a idéia de riqueza e a consagrada maneira de se medir o nível da atividade econômica (via produto ou renda). Ou pior: no abuso de usá-la como se também pudesse servir para avaliar coisas bem diversas, tais como a qualidade de vida, o bem-estar, e, sobretudo, o progresso e a civilização.

Apesar de já existirem métodos bem razoáveis para se estimar a evolução desses outros anseios, uma profunda inércia institucional faz com que tudo continue girando apenas em torno dos toscos PIB e seu per capita, que não passam de precárias aproximações da renda das nações e dos indivíduos.

Tudo parece indicar que não haverá indicador que consiga revelar

“Tudo parece indicar que não haverá indicador que consiga revelar simultaneamente grau de sustentabilidade do processo socioeconômico e grau de qualidade da vida que dele decorre”

simultaneamente grau de sustentabilidade do processo socioeconômico e grau de qualidade da vida que dele decorre. Talvez sejam dois lados de uma mesma moeda, mas nenhum método contábil ou estatístico parece permitir que ambos sejam expressos por uma única fórmula sintética.

Isso significa que a única maneira de bem utilizar indicadores disponíveis para a orientação de políticas requer necessariamente alguma consorciação. Por exemplo, o emprego do “Indicador de Genuíno Progresso” ao lado da “Pegada Ecológica” (com sua inerente comparação à biocapacidade, expressa em “débito ecológico”) pode mostrar se um país está se aproximando ou excedendo seu nível macroeconômico ótimo. Ou, ainda mais crucial, a que distância se encontra de seu ponto máximo de sustentabilidade. A combinação desses dois indicadores é capaz de revelar possibilidades de declínio econômico e de catástrofe ecológica.

Diagnósticos antigos, dilemas atuais: perspectivas para a caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia

André Pomponet*

Embora ainda não esteja entre os mais importantes segmentos econômicos do estado, a caprinocultura está há séculos disseminada no nordeste semi-árido da Bahia. Nos últimos anos houve avanços significativos, com investimentos governamentais em infra-estrutura, voltados para consolidar a atividade entre os agricultores familiares.

Mas, em uma região em que as oportunidades econômicas são escassas em função de uma série de limitações, a caprinocultura se coloca como uma alternativa para a geração de emprego e renda capaz de induzir o desenvolvimento local. Para tanto, porém, é necessário que a atividade se profissionalize, modificando o caráter de subsistência que atualmente a caracteriza.

O objetivo do presente texto é apresentar uma análise não exaustiva da caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia, descrevendo o estágio atual e apontando as necessidades que se impõem na transição para a profissionalização da atividade e para o acesso aos mercados dos grandes centros urbanos.

Embora a delimitação não seja rigorosa, considera-se como pólo caprinocultor do nordeste semi-árido a região que abrange os seguintes territórios de identidade: Sertão do São Francisco, Itaparica, Sisal, Piemonte do Itapicuru e Semi-Árido Nordeste II (SUPERINTENDÊNCIA

* Economista e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. andrepomponet@hotmail.com



DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2007). A regionalização através dos territórios de identidade serviu para a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 e coincide com a maior região caprinocultora baiana mapeada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2006).

A CABRA E O SEMI-ÁRIDO

Não existem informações precisas sobre quando as cabras foram introduzidas no nordeste semi-árido da Bahia. Domesticado pelo homem há cerca de dez mil anos, o animal provavelmente foi conduzido aos sertões baianos por expedições responsáveis pela expansão da pecuária bovina nos séculos XVI e XVII. Com efeito, o Vale do São Francisco, uma das primeiras regiões ocupadas para a criação de gado, ainda hoje concentra boa parte do rebanho caprino da Bahia, estimado em cerca de quatro milhões de animais, sendo que 80% do total estão na porção semi-árida do estado (CONAB, 2006).

Numa região em que a pecuária de corte voltada para o abastecimento dos centros urbanos do litoral era a

única atividade econômica relevante, a caprinocultura foi incorporada ao circuito da economia de subsistência. Assim, a criação de cabras foi combinada aos cultivos de milho, feijão e mandioca, fornecendo proteína animal através da carne e do leite. Nos anos em que as estiagens arrasavam as plantações, as cabras estavam entre as únicas alternativas alimentares e, ao mesmo tempo, constituíam a única fonte de renda dos agricultores mais pobres. Nessas ocasiões, até mesmo o rebanho bovino era dizimado ou migrava para regiões onde houvesse reservas de pasto e água.

O segredo do sucesso da cabra no semi-árido baiano, registre-se, foi a excepcional capacidade de adaptação do animal às condições edafoclimáticas adversas. A região combina baixa precipitação pluviométrica anual (média de 800mm), elevadas temperaturas médias anuais (entre 23 e 27 graus Celsius) e grande insolação, estimada em 2.800 horas por ano. Como dificuldade adicional, há a imensa irregularidade das chuvas: mesmo nos anos considerados normais, o ciclo chuvoso se estende por apenas três meses, em média, e, quando há estiagem, essa às vezes se prolonga até por anos seguidos, tornando impraticável qualquer atividade agrícola e dizimando os rebanhos. Além da variabilidade temporal, o regime pluviométrico do semi-árido apresenta também expressiva dispersão espacial.

A rudeza do clima naturalmente se reflete sobre a vegetação semi-árida, cujo bioma é mais conhecido como caatinga. As plantas apresentam características xerófitas, com folhas finas ou inexistentes e muitos espinhos, com estratos compostos por gramíneas, arbustos e árvores cuja altura oscila entre três e sete metros. Ao contrário do que se pensou durante muito tempo, a caatinga semi-árida apresenta uma grande diversidade de flora e fauna. Algumas plantas, como o mandacaru e o umbuzeiro, têm a característica de armazenar água em seu interior para enfrentar os períodos de seca.

Mas, mesmo com todas as dificuldades apontadas acima, o caprino adaptou-se à região. E se multiplicou, já que, em 2004, dos 10 milhões desses animais existentes no Brasil, cerca de 93% estavam no Nordeste e 80% deles povoavam o semi-árido. Essa realidade não surpreende, já que aproximadamente 94% do rebanho mundial se

encontram em países em desenvolvimento (CONAB, 2006). Castro (1984) ressalta essa imensa capacidade de adaptação, já que se pode encontrar cabras desde o alto e frio Himalaia até as quentes savanas africanas.

Combinada à capacidade de resistir às adversidades climáticas, a cabra apresenta outra grande virtude que, aos poucos, foi sendo percebida pela população do semi-árido: a sintonia com a atividade de subsistência praticada na região. Uma das vantagens é que a dieta alimentar do animal não rivaliza com a humana, principalmente no que se refere ao consumo de grãos (CAVALCANTI; SILVA, 1988). Assim, a alimentação dos rebanhos não depende das safras incertas que, por vezes, são incapazes de suprir até mesmo as necessidades da população. Outra vantagem é que caprinos e bovinos podem ser criados em regime de consórcio, já que nesse caso também não existe competição pela alimentação, pois as dietas são diferentes. Por fim, a criação pode ser consorciada ainda com os tradicionais cultivos de milho e feijão, além da mamona e sisal (CAVALCANTI; SILVA, 1988). Esses dois últimos, inclusive, são cultivados em municípios que constituem importantes pólos caprinocultores.

Todas essas vantagens deveriam tornar a cabra um animal amplamente valorizado no semi-árido há séculos. Infelizmente, porém, não foi esta a realidade. Conhecida pejorativamente como “vaca de pobre”, a cabra sempre foi objeto de injustificável depreciação, sendo inclusive associada ao demônio, ou sendo classificada como “filha do demônio” (CASTRO, 1984, p. 70). Esse preconceito não é exclusivo dos brasileiros, já que na Espanha, em 1826, determinou-se o extermínio desses animais sob a alegação de que eles causavam danos às árvores das florestas. E nos Estados Unidos, quem se dedicava à criação de cabra leiteira era ridicularizado. Somente na França havia algum reconhecimento, pois o animal era chamado de “vaca democrática”, por ser acessível até à população mais pobre (CASTRO, 1984).

Note-se, conforme atesta o próprio Castro (1984), que o maior preconceito em relação à cabra leiteira partia principalmente dos grandes fazendeiros baianos, que preferiam se dedicar à criação de gado. Entre os mais pobres, contudo, havia alguma valorização, pois muitos mantinham a chamada “cabra de corda”, animal doméstico responsável

pelo fornecimento de leite para as famílias, principalmente para as crianças pequenas que não dispunham do similar bovino. Desses animais só se desfaziam em casos de extrema necessidade financeira.

Só nas décadas mais recentes a caprinocultura passou a ser objeto de atenção oficial. Isso quando se percebeu que o animal, adaptado às condições inóspitas da caatinga, poderia contribuir com o desenvolvimento da região, gerando oportunidades de negócios para as famílias mais pobres, colaborando para evitar os fluxos migratórios e constituindo importante fonte de proteína animal numa região em que a segurança alimentar ainda é um desafio.

É o que será discutido na seção seguinte.

DA CAPRINOCULTURA DE SUBSISTÊNCIA...

A caprinocultura passou ao largo dos grandes projetos de desenvolvimento para o Nordeste. Ao final da década de 1970, a situação não era muito diferente da vigente em decênios anteriores. Em 1979, por exemplo, a população residente no nordeste da Bahia, principal pólo caprinocultor, enfrentava um conjunto de dificuldades que restringia o desenvolvimento da região. A renda familiar era considerada muito baixa, as instalações sanitárias das residências eram muito precárias e o analfabetismo e o semi-analfabetismo eram comuns entre os chefes de família. Mesmo quem possuía alguma escolaridade não ia além do antigo curso primário (BAHIA, 1979). O próprio governo baiano reconhecia deficiências nas áreas de saúde e de educação e a situação difícil em que viviam os agricultores familiares da região – residiam em casas pobres e mal-conservadas e os demais bens se restringiam a um chiqueiro rústico, uma aguada e um cercado onde se cultivava palma ou que era reservado para outros cultivos anuais (CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980).

As limitações que afetavam o capital humano atingiam também a infra-estrutura. O estudo da SEPLANTEC (BAHIA, 1979) diagnosticou que o número de cacimbas

“Como dificuldade adicional, os caprinocultores enfrentavam restrições referentes ao acesso ao crédito e à assistência técnica”

era insuficiente e a capacidade de reter a água nos escassos períodos chuvosos era baixa, problema que se tornava ainda mais dramático em função da evaporação elevada. Em geral, o número de áreas cercadas, aguadas, pastos artificiais e apriscos era reduzido, restringindo as possibilidades de desenvolvimento da atividade (CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980).

A infra-estrutura viária também era ruim. Além de poucas, as estradas quase sempre eram apenas carroçáveis e as pavimentadas apresentavam estado ruim de conservação. À época, no nordeste da Bahia, somente duas rodovias eram asfaltadas: a BR 407, que corta a região na direção Norte-Sul, e a BR 235, na direção Oeste-Leste. Essa última, porém, só tinha asfalto em um trecho de 130km, a partir de Juazeiro (CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980). O Rio São Francisco, que poderia se constituir em via alternativa para o escoamento da produção, era navegável em apenas alguns trechos (BAHIA, 1979).

Como dificuldade adicional, os caprinocultores enfrentavam restrições referentes ao acesso ao crédito e à assistência técnica. Como muitos não apresentavam situação fundiária regular (viviam em propriedades cujo título de posse não detinham), o crédito bancário era negado. Ora, como o crédito era atrelado à oferta de assistência técnica, somente cerca de 1% dos produtores contava com o assessoramento técnico (CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980). O governo estadual, que poderia suprir a demanda, dispunha de apenas dois técnicos em Juazeiro.

A combinação dessas dificuldades implicava, por sua vez, em inúmeros vícios no manejo dos caprinos. Mantendo

uma tradição dos séculos anteriores, a criação era praticada em sistema extensivo, com pouco ou nenhum controle sobre a mobilidade dos animais. Essa mobilidade era facilitada pela ausência ou fragilidade das cercas, permitindo que os rebanhos vagassem pela caatinga em busca de alimento. A frouxidão dos limites das propriedades desestimulava os criadores a cultivar as plantas mais adequadas à alimentação dos caprinos, o que colaborava para empobrecer a flora e reduzir a produtividade.

Somente nos períodos de reprodução os criadores recolhiam os animais para os apriscos, quando outros problemas ficavam evidentes. Um deles era o próprio aprisco; construído sem qualquer cuidado, representava apenas um cercado de madeira sem cobertura. Outro era a promiscuidade decorrente do confinamento de animais de espécies diferentes, o que favorecia a proliferação de zoonoses e elevava a mortalidade. Não era raro se ver através da caatinga cabras com infecções decorrentes de partos e abortos, fraturas, bicheiras e até mesmo lesões resultantes de ataques de outros animais, como onças (CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980). A ausência de conhecimentos técnicos provocava pressões inclusive sobre o próprio meio-ambiente, pois o mesmo Centro de Planejamento da Bahia (1980) diagnosticou a sobreexploração do espaço de pastoreio, degradando não apenas a vegetação, mas também as aguadas, com vermes e outros elementos patológicos.

Tantas dificuldades na etapa produtiva da cadeia naturalmente iam se refletir sobre a dimensão comercial. No início da década de 1980, somente dois produtos de origem caprina alcançavam alguma importância no mercado: a carne e a pele. A carne, conforme mapeamento posterior, era destinada ao autoconsumo (cerca de 13% da produção) ou à comercialização em municípios próximos (75% do total produzido). O restante era destinado ao mercado sergipano, que não fica distante (CAVALCANTI; SILVA, 1988). Na cadeia comercial, os atravessadores desempenhavam um papel importante, revendendo quase metade da produção, e os próprios produtores encarregavam-se de comercializar 20% do total (CAVALCANTI; SILVA, 1988). Até caminhoneiros envolviam-se com o negócio, comprando os animais vivos para revendê-los em Pernambuco, Sergipe, Alagoas e até mesmo em São Paulo (CENTRO DE

“A caprinocultura só ganhou maior espaço no planejamento da Bahia, merecendo um programa exclusivo, no Plano Plurianual 2003-2007”

PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980). Já a pele, embora considerada nobre, era subaproveitada por sofrer danos nas etapas de esfolamento e curtimento ou apresentava estragos decorrentes de infecções nos animais (CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA, 1980).

Mas, mesmo com todos esses problemas, a caprinocultura seguia cumprindo a função relevante de conter os fluxos migratórios nos períodos de estiagem prolongada e constituindo parte importante da dieta da população semi-árida (CAVALCANTI; SILVA, 1988). Quando a seca dizimava ou reduzia as colheitas de feijão, mandioca e milho, a caprinocultura assumia a condição de principal – ou única – fonte de renda das famílias mais pobres.

Contudo, à época, já existia a consciência de que a atividade precisava se profissionalizar para satisfazer a demanda potencial dos grandes centros urbanos. Começou então a se estruturar, lentamente, nos quase trinta anos que se seguiram.

...À CAPRINOCULTURA DE MERCADO

Entre 1975 e 2003, o rebanho caprino brasileiro saltou de 7,1 milhões para 9,5 milhões de animais, um avanço de 35%. No Nordeste, esse salto foi de 36%, passando de 6,5 milhões de cabeças para 8,9 milhões, segundo dados do IBGE (apud MARTINS; GARAGORRY; CHAIB FILHO, 2006). Só a microrregião de Juazeiro detinha 1,6 milhão de animais, integrando ao lado de Itaparica (PE) e Campo Maior (PI) as três maiores microrregiões do país, que detinham 25% do rebanho nacional. Em 2004, a Bahia tinha 3,92 milhões de caprinos, ou 39% do total brasileiro.

O dado mais animador, porém, é que a densidade de caprinos por quilômetro quadrado aumentou substancialmente nas maiores microrregiões produtoras no período considerado (MARTINS; GARAGORRY; CHAIB FILHO, 2006). Em Juazeiro, por exemplo, o número de animais por quilômetro quadrado pulou de 14,32 em 1975 para 30,14 em 2003. Esse aumento de mais de 100% sinaliza uma substancial elevação da produtividade e é um indício de que grandes dificuldades enfrentadas há cerca de 30 anos foram sendo superadas. Uma análise das políticas governamentais implementadas no período reforçam esse raciocínio.

A primeira vez que a caprinocultura figurou no Plano Plurianual da Bahia ocorreu no período 1996-1999. Nele, previu-se incentivo à atividade através de cursos para produtores, assistência técnica e realização de pesquisas (BAHIA, 1995). No planejamento seguinte (2000-2003), o treinamento de produtores rurais no nordeste semi-árido e na região do São Francisco teve investimento estimado de R\$ 214 mil, mas incluindo a ovinocultura (BAHIA, 1999, p. 180). R\$ 8 mil foram destinados ao treinamento de técnicos e outros R\$ 8 mil foram aplicados em projetos de pesquisa (BAHIA, 1999).

A caprinocultura só ganhou maior espaço no planejamento da Bahia, merecendo um programa exclusivo, no Plano Plurianual 2003-2007. Nele foi incluído o Programa Cabra Forte, que previu a intervenção do Estado na implantação de infra-estrutura hídrica e a capacitação de mão-de-obra para elevar a produção e a produtividade (BAHIA, 2003, p. 154-155). No final do período em que vigorou, o Programa havia atendido aproximadamente 33 mil produtores de 50 municípios, envolvendo os governos estadual e federal, já que instituições com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil foram mobilizados para ofertar recursos do Pronaf (PROGRAMA..., 2006).

Até agosto de 2006, o Programa investiu na escavação de 7.599 cisternas – voltadas para fornecer água potável para famílias de pequenos produtores –, 420 sistemas simplificados de abastecimento de água, 514 poços e foram construídas 37 barragens. Outra iniciativa foi a implantação de 100 hectares de pastagens, responsáveis pela produção de 40 mil fardos de feno por mês, sob gestão de uma cooperativa (PROGRAMA..., 2006). Outras

medidas adotadas foram a disponibilização de assistência técnica para os 35 mil produtores cadastrados, a importação de 60 embriões de caprinos e ovinos e a aquisição de uma unidade móvel de sanidade animal, batizada como Bode Móvel (PROGRAMA..., 2006). Note-se que estes números incluem também produtores dedicados à criação de ovinos.

A ação mais original, porém, foi a incorporação da caprinocultura do semi-árido baiano ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estratégia integrante do Programa Fome Zero. Com o PAA, o governo federal adquire a produção de agricultores familiares com o propósito de gerar um fluxo de renda que permita ao produtor arcar com os custos de produção, reaplicar o excedente no negócio e, ao mesmo tempo, sustentar a família. A aquisição se dá através da Compra Antecipada com Doação Simultânea (CAEAF), formalizada com associações e cooperativas de agricultores familiares, que se comprometem a entregar os produtos diretamente na instituição beneficiada pelo contrato (CONAB, 2006, p. 8).

Na Bahia, dois produtos derivados da caprinocultura foram contemplados pelo PAA: o leite e a carne. Os contratos foram firmados com a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) e com a Associação dos Pequenos Produtores e Apicultores da Fazenda Santarém, no valor total de R\$ 1,1 milhão. Foram beneficiados 447 produtores nos dois municípios-sede das entidades: Valente e Casa Nova. O detalhe é que o contrato com os produtores da Fazenda Santarém teve que ser alterado, já que as entidades beneficiadas com a aquisição da carne caprina não dispunham de *freezers* para conservar o produto. A solução encontrada foi substituir a carne por outros produtos (CONAB, 2006, p. 8).

Essas medidas, adotadas ao longo de quase 30 anos, colaboraram para estruturar a caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia, consolidando-a como uma das principais atividades de subsistência. Mas, em uma região que apresenta limites em relação à disponibilidade de recursos naturais e que tem a caprinocultura como uma das principais atividades econômicas, é necessário ir além e estimular a profissionalização dos produtores, bem como redirecionar seus esforços para o mercado. Os efeitos de tal estratégia são óbvios: geração de emprego e

“O que também se impõe de imediato é a necessidade de qualificar o agricultor familiar no manejo da caatinga”

renda, com a conseqüente contenção dos fluxos migratórios em direção às grandes cidades, e impulso à redução das acentuadas desigualdades regionais baianas.

A estratégia tem se esgotado à medida que a caprinocultura se estruturou com a citada elevação da produtividade. Fortalecer a atividade para que ela forneça produtos para os grandes centros urbanos regionais e até mesmo alcance as metrópoles do Sudeste exige a adoção de novas estratégias. Duas delas relacionam-se ao capital humano e impõem uma perspectiva temporal de longo prazo. Uma é investir na elevação do nível educacional da população do nordeste semi-árido, que apresenta alguns dos piores indicadores sociais da Bahia, inclusive com analfabetismo ainda muito elevado. Esses investimentos em educação, portanto, não podem se limitar aos cursos e treinamentos esporádicos, cuja eficácia é comprometida pela baixa escolaridade dos produtores. A outra é impulsionar a organização dos produtores, incentivando a associação e a adoção de práticas cooperativas. A propósito, esse é um diagnóstico antigo, presente em estudos já citados promovidos pelo Centro de Planejamento da Bahia (1980) e por Cavalcanti e Silva (1988).

Em relação à oferta de infra-estrutura, duas medidas urgentes são a construção ou reforma de frigoríficos que contribuam para reduzir o abate clandestino (problema muito presente na atividade) e a melhoria das rodovias, que sempre apresentam condições precárias de conservação, embora a situação tenha evoluído desde o início da década de 1980. E, combinando capital humano e infra-estrutura, investimentos para a diversificação de produtos derivados da caprinocultura, como a fabricação de embutidos, defumados e oferta de carnes com cortes padronizados.

Só que essas propostas exigem um cuidadoso dimensionamento de mercado, que ainda está por se fazer. Os dois produtos mais valorizados da caprinocultura têm evidente espaço no mercado. O primeiro é a carne, que alcança preços elevados entre consumidores de grandes cidades baianas como Salvador e Feira de Santana. O segundo é o leite, que cientistas atestam ser muito mais saudável que o similar bovino, o que representa evidente vantagem para a saúde. O couro é outro produto muito aceito no mercado, principalmente pela existência de curtumes na Bahia que até mesmo importam matéria-prima, em função da oferta insuficiente do mercado local.

O que também se impõe de imediato é a necessidade de qualificar o agricultor familiar no manejo da caatinga. Explorada ainda hoje de forma extensiva e sem preocupações em relação ao esgotamento dos frágeis recursos naturais, a caatinga pode sofrer danos irreversíveis ou cuja reversão pode ser onerosa demais. Danos impostos ao meio ambiente hoje podem implicar em limitações para a caprinocultura amanhã. O manejo consciente dos recursos naturais em regiões com elevada pobreza é um importante mecanismo para a superação sustentada dessa situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caprinocultura no nordeste semi-árido da Bahia atingiu nos últimos anos um patamar em que obstáculos seculares à atividade estão sendo superados. Problemas como escassez de água e pasto para os animais, restrições no acesso ao crédito e à assistência técnica e ausência de infra-estrutura viária para escoamento da produção para os mercados próximos vão aos poucos sendo superados.

A questão é que as condições hoje estão mais adequadas apenas para a sustentação da caprinocultura como atividade de subsistência. O acesso aos mercados, principalmente dos grandes centros urbanos, é uma meta que exige um nível de profissionalização ainda não atingido, principalmente pelos agricultores familiares. Esse é o desafio sobre o qual devem se debruçar os planejadores governamentais.

Melhor organização dos produtores, acesso mais amplo ao crédito e à assistência técnica, diversificação da caprinocultura com maior agregação de valor aos produtos são propostas que vêm sendo apresentadas há muitos anos em relatórios técnicos e não constituem novidade. Ocorre, porém, que há alguns anos sequer a sustentabilidade como atividade de subsistência estava assegurada, o que já se desenha como uma realidade hoje.

Note-se que a caprinocultura contempla uma região pouco desenvolvida, com escassez de recursos naturais, e favorece principalmente a população pobre e rural, com menores oportunidades de se emancipar de forma sustentada.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Governador. (2000-2003: César Borges). *Plano plurianual 2000-2003: Bahia de todos os tempos*. Salvador: EGBA, 1999. 259 p.
- BAHIA. Governador. (1996-1999: Paulo Ganem Souto). *Plano plurianual 1996-1999*. Salvador: EGBA, 1995. 257 p.
- BAHIA. Governador. (2004-2007: Paulo Souto). *Plano plurianual 2004-2007: Bahia desenvolvimento humano e competitividade*. Salvador: EGBA, 2003. 311 p.
- BAHIA. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Subsecretaria de Ciência e Tecnologia. *Proposta para desenvolvimento da caprino - ovinocultura no Estado da Bahia*. Salvador: SEPLANTEC, 1979. 52 p. Convênio com a Associação dos Criadores de Caprino e Ovinos da Bahia.
- CASTRO, Aristóbulo. *A Cabra*. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984. 372 p.
- CAVALCANTI, Ginaldo; SILVA, Reginaldo Camargo da. *Aspectos da caprino-ovinocultura na Região Nordeste: tecnologia, produção e comercialização*. Recife: SUDENE, 1988. 36 p.
- CENTRO DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. *Programa de apoio à caprino-ovinocultura no semi-árido da Bahia*. Salvador: CEPLAB, 1980. 50 p. (Programas e projetos, 3)
- CONAB. Superintendência Regional da Bahia e Sergipe. *Caprinocultura na Bahia*. [Salvador?]: 2006. 13 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/sureg/BA/caprinocultura_na_bahia.pdf> Acesso em: 23 fev. 2008.
- ECOSSISTEMAS brasileiros: caatinga IBAMA, 2008. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/caatinga.htm>> Acesso em: 23 fev. 2008.
- MARTINS, Espedito; GARAGORRY, Fernando Luís; CHAIB FILHO, Homero. *Evolução da caprinocultura brasileira no período de 1975 a 2003*. Sobral: Embrapa, 2006. Disponível em: <<http://www.cnpq.embrapa.br/cot66.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2008.
- PROGRAMA Cabra Forte melhora a qualidade de vida dos pequenos produtores do semi-árido baiano. Salvador: SEAGRI, 2006. 13 p. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/resumo_cabraforte.pdf> Acesso em: 8 fev. 2008.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Atlas dos territórios de identidade Estado da Bahia*. Salvador: SEI, 2007. 1 CD-Rom. Versão Preliminar.

Perdas na produção de grãos no estado da Bahia

Arno P. Schmitz*
Angélica Antunes**

Com o decorrer dos tempos, a agricultura mundial e a brasileira passaram por diversas mudanças até chegar ao nível de modernização atual. Inicialmente, ou período anterior à “revolução verde”, a preocupação era somente a exploração de gêneros que se destacavam no comércio exterior.

No Brasil, a ocupação e até mesmo a expansão das terras agricultáveis era organizada em função do sucesso da cultura que estivesse em destaque no cenário internacional. Nessa estrutura havia pouca especialização e divisão social do trabalho, pois os produtores rurais também tinham que produzir equipamentos para utilização na lavoura, transporte da colheita e todos os bens intermediários necessários, além de construir habitações para os empregados. A essa estrutura se convencionou chamar de complexo rural.

* Mestre em Economia/UFBA. Professor do Departamento de Economia – UEPG. apschmitz@uepg.br

** Economista – UEPG. aangelica@yahoo.com.br



As mudanças que ocorreram a partir do final do século XIX, como a transição do trabalho escravo para o assalariado e a crise de 1929, começaram a modificar a estrutura dos complexos rurais. A agricultura começou a abandonar seu caráter artesanal e abriu espaço para o surgimento das indústrias.

A partir de meados do século XX, iniciou-se a internalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos para a agricultura. A produção agrícola passou a utilizar mais intensivamente insumos produzidos pelas indústrias, o que caracterizou uma divisão e especialização do trabalho, que por sua vez gerou os chamados complexos agroindustriais.

Esses complexos estabelecem fortes relações de troca entre os setores e geram maior emprego e renda. Um exemplo é a cadeia produtiva da soja, cujas inter-relações passam pelo plantio, colheita, armazenamento, industrialização e fabricação de derivados antes de chegar ao consumidor final.

Existem setores modernos da agricultura que mantêm relações com a indústria de insumos e processadora, ou seja, são dependentes um do outro. Na medida em que existir qualquer alteração que prejudique ou beneficie alguns deles, repercute nos demais componentes da cadeia produtiva. Nem todas as culturas se beneficiaram do processo de industrialização, especificamente aqueles



produtos cuja escala de produção é ampla, que foram o principal objeto da modernização. Neste grupo encontram-se os grãos e outros produtos da agropecuária.

No entanto, mesmo com a modernização, a utilização de tecnologias durante o processo de produção e o forte elo existente entre os setores, a agricultura apresenta perdas ou desperdícios em todas as fases pelas quais os cultivos passam até chegar ao consumidor final. Por exemplo, o plantio, colheita, transporte etc.

Mesmo existindo uma quantidade relevante de perdas, observa-se a expansão de terras destinadas ao cultivo de grãos, seja para alimentação humana ou animal. Com essa expansão, e como parte da agricultura dependente também da dinâmica de preços de commodities, regulada pela oferta e procura global, a tendência do setor é ser orientado para uma redução permanente de perdas.

O Brasil se sobressai entre os produtores da agropecuária mundial. Já o estado da Bahia é um importante produtor da agropecuária brasileira e mantém destaque na

produção de alguns grãos, especialmente pela expansão da fronteira agrícola no cerrado, e na produção de feijão e mamona, conforme exposto na Tabela 1.

Mesmo assim, parte do produto se perde em todas as suas fases: do plantio à pré-colheita, pelos tratos culturais ou conseqüências naturais; na colheita, devido às máquinas e sua operação inadequada; no recolhimento, caso as máquinas estejam mal reguladas; no armazenamento, em decorrência das pragas; no transporte, em resposta às más condições das estradas e pelo modal de transportes preponderante no País (rodoviário).

Existem algumas perdas que não são controláveis, como as decorrentes de adversidades climáticas. Mas aquelas acarretadas pelo uso incorreto de equipamentos, e até mesmo as que decorrem da má conservação de estradas, poderiam ser reduzidas, afinal perdas elevadas prejudicam o produtor, na medida em que ele deixa de auferir renda, causando uma cadeia de perdas, com a conseqüente diminuição do número de ocupações de mão-de-obra não só na fazenda, mas também no decorrer do processo produtivo.

Tabela 1
Proporção das quantidades produzidas e da área plantada
Diversos estados brasileiros: 1990/2005*

Estado/ Produto	Percentual de quantidades produzidas															% Área plantada
	Algodão	Amen- doim	Arroz	Aveia	Centeio	Cevada	Feijão	Giras- sol	Ma- mona	Milho	Soja	Sorgo	Trigo	Triticale	Total	
Paraná	19,0	3,3	2,0	54,7	25,2	33,4	14,4	8,0	0,8	24,2	21,4	0,9	56,1	62,8	21,1	18,9
Rio Grande do Sul	0,0	3,9	40,5	37,4	71,0	62,3	4,4	14,0	0,0	12,4	19,0	9,4	33,5	6,0	18,3	17,4
Mato Grosso	27,4	1,0	11,5	0,3	0,0	0,0	1,0	35,2	2,7	4,7	23,5	16,3	0,0	0,0	12,6	10,7
Goiás	10,7	0,4	4,0	0,1	0,0	0,5	4,2	19,2	0,0	8,7	10,8	29,9	0,6	0,0	8,5	7,2
Minas Gerais	5,5	2,7	4,7	0,0	0,0	0,0	11,5	0,0	1,5	11,9	4,7	11,0	0,6	0,0	7,7	7,3
São Paulo	12,7	81,8	2,1	0,0	0,0	0,0	6,9	0,0	2,9	10,9	4,1	14,9	2,5	23,4	7,0	6,2
Mato Grosso do Sul	5,6	1,0	2,2	2,4	2,1	0,0	0,9	21,9	0,2	4,3	8,4	9,0	3,7	1,5	5,4	5,1
Santa Catarina	0,0	0,2	6,4	5,1	1,7	3,8	6,6	0,0	0,0	8,5	1,6	0,0	3,0	6,4	5,1	4,2
Bahia	11,4	3,0	0,9	0,0	0,0	0,0	14,6	0,9	80,0	3,3	3,8	5,9	0,0	0,0	4,1	5,9
Maranhão	0,2	0,0	8,9	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,0	1,5	1,1	0,0	0,0	0,0	2,1	3,2
Demais Estados	7,4	2,7	16,9	0,0	0,0	0,0	34,0	0,8	11,7	9,5	1,5	2,6	0,1	0,0	8,3	14,1

Fonte: Instituto brasileiro de geografia e estatística/PAM - Produção agrícola Municipal

*Média

Existem medidas que podem ser tomadas para evitar que ocorram perdas elevadas, tais como a implantação adequada da lavoura ao tipo de clima e solo da região, a utilização correta do maquinário durante a fase de desenvolvimento da cultura e para a colheita, a manutenção dos equipamentos e a capacitação dos operadores.

Portanto, é importante verificar o nível de perdas de grãos, bem como quantificá-las em termos do número de ocupações de mão-de-obra não geradas. Logo, o problema posto é a identificação dos produtos que mais contribuem em termos de perdas na produção de grãos e de ocupações de mão-de-obra, especialmente do plantio à colheita. Isto porque o estado da Bahia frequentemente sofre com adversidades climáticas que são fundamentais para o entendimento da dinâmica das perdas.

Na verdade, a introdução de máquinas e equipamentos, adubos químicos, defensivos e sementes industrializadas no processo produtivo levou a aumentos nos custos de produção, mas que foram compensados e ultrapassados pelos ganhos de escala. Mas esse crescente aumento na escala provocou inicialmente uma oferta maior do que a demanda, pois essa não conseguiu acompanhar o aumento na mesma proporção. Portanto, observa-se desde a década de 70 (séc. XX) uma tendência de queda nos preços agrícolas, fazendo com que os produtores rurais, a depender da taxa de câmbio (se o produto é de exportação), produzam no limite entre o lucro e o prejuízo, ou entre a renda rural positiva e a negativa.

Nesse sentido, o combate à ineficiência produtiva é relevante, pois uma simples redução dos desperdícios pode proporcionar o lucro (para o produtor capitalista) ou a renda rural (para o agricultor familiar) positivos. Durante a colheita, os desperdícios gerados decorrem do uso de equipamentos obsoletos ou até mesmo devido ao manejo incorreto por parte do operador. No plantio, algumas sementes podem não germinar, em decorrência do uso intensivo de máquinas e fertilizantes, que prejudicam a qualidade do solo.

De acordo com a Revista Rural (USO..., 2005), cerca de 80% das causas de perdas relacionadas à colheita estão ligadas à velocidade e à má regulação dos equipamentos. Corrigindo estas falhas, as perdas poderiam ser reduzidas em mais de 50%. Existem campanhas

“As perdas de produto na produção agrícola geralmente não estão ligadas à questão dos retornos de escala, mas à ineficiência técnica”

promovidas por empresas de extensão rural, como, por exemplo, a EMATER no estado do Paraná, que visam a conscientização da importância da diminuição de desperdícios na colheita. Isto fez com que os índices de perdas obtidos estivessem no mesmo padrão de países desenvolvidos.

No entanto, ainda existem regiões que necessitam de atenção. Quanto menos os produtores perderem, mais renda é obtida, e conseqüentemente haverá um maior número de ocupações de mão-de-obra, tanto no campo quanto nos demais setores (AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (Paraná), 2003).

Logo, a identificação e a conseqüente redução de desperdícios no processo produtivo são importantes, tanto que a própria teoria econômica, ao detalhar a produção, reconhece a ineficiência produtiva como um problema inerente ao processo, mas que pode ser equacionado ou minimizado.

Atualmente, os institutos de pesquisa agropecuária têm sido fundamentais no combate aos desperdícios. No plantio de grãos, por exemplo, existem informações técnicas fornecidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa que divulgam dados como época de plantio, adubação, controle de doenças e pragas. As perdas de produto na produção agrícola geralmente não estão ligadas à questão dos retornos de escala, mas à ineficiência técnica. Logo, equivale a dizer que se auffer menos produto do que se poderia auferir.

Para apurar a medida dessas perdas, deve-se utilizar metodologia específica para tal. Assim, parte da



metodologia (apuração das perdas do preparo do solo até a pré-colheita) utilizada é baseada no método desenvolvido pelo IBGE (2004) para quantificar perdas do plantio à pré-colheita. Os desenvolvimentos para determinar as perdas na colheita e de ocupações de mão-de-obra são adaptações ou complementações feitas ao método.

As variáveis utilizadas na apuração das perdas são: área plantada, área colhida, o rendimento médio, a quantidade colhida (ou produção realizada), bem como a média dos rendimentos médios obtidos de 1990/2005¹. Além dessas variáveis, são necessários os coeficientes técnicos de perdas na colheita e de ocupações de mão-de-obra. Do ponto de vista conceitual, as variáveis envolvidas no modelo de cálculo proposto, em especial a variável rendimento médio, permitem obter estimativas dos totais das perdas do plantio à pré-colheita. A quebra de uma safra pode decorrer do declínio do rendimento esperado das lavouras, ao longo do seu ciclo vegetal/reprodutivo, e/ou pela inutilidade ou dano total de parcelas das áreas plantadas destinadas à colheita. Neste período, as perdas podem ocorrer por questões da natureza ou por imperícia nos tratos culturais. Mas nos grãos o grau de mecanização é bastante elevado e o manejo recomendado é difundido e executado adequadamente pela maioria dos produtores,

o que minimiza as perdas por este último fator. Entretanto, não se pode negar que esse tipo de perda existe. Sendo assim, considera-se, por simplificação, que toda perda inerente a este período é dada por causas da natureza.

As perdas são analisadas em duas abordagens: a produção não-realizada por perda de área (a área plantada que não foi efetivamente colhida, muitas vezes porque não compensou em termos remuneratórios) e a produção não-realizada por perda de rendimento.

A diferença entre a área plantada e a área efetivamente colhida de uma determinada cultura corresponde à área perdida. Esta diferença entre área plantada e colhida é utilizada no cálculo da produção não-realizada por perda de área, conforme a equação:

$$Pnp = (Ap - Ac) \cdot R$$

Em que:

Pnp = produção não-realizada por perda de área do produto selecionado e ano de referência;

Ap = área plantada do produto selecionado no ano de referência;

Ac = área colhida do produto selecionado no ano de referência; e

R = rendimento médio do produto selecionado no ano de referência.

Se $Ap - Ac = Ap$ (ou seja, havendo perda total da área plantada), então o **R** adotado é a média dos rendimentos médios obtidos em período não inferior a 5 anos (para este estudo o período é de 1990/2005).

No cálculo da componente produção não-realizada por declínio do rendimento das lavouras, aplica-se a equação abaixo, sempre que $(\mu r - R)$ for maior que zero (se menor que zero, adota-se zero).

$$Pnr = (\mu r - R) \cdot Ac$$

Onde:

Pnr = produção não-realizada por declínio de rendimento do produto selecionado no ano de referência;

¹ Dados disponibilizados pelo IBGE/PAM.

μr = média dos rendimentos médios obtidos em período não inferior a 5 anos (para este estudo o período é de 1990/2005);

R = rendimento médio do produto selecionado no ano de referência; e

Ac = área colhida do produto selecionado no ano de referência.

O total da produção não-realizada (Pn) do produto selecionado no ano de referência é obtido pelo somatório das componentes Pnp e Pnr.

$$Pn = Pnp + Pnr$$

A soma da produção realizada (Pr) com a produção não-realizada (Pn) representa uma aproximação do potencial de produção até a pré-colheita (PR) do produto selecionado, em um ano de referência particular.

$$PR = Pr + Pn$$

O quociente da divisão de Pn por PR representa o índice de perdas do plantio até a pré-colheita (Pe) no ano de referência.

$$Pe = (Pn / PR).100$$

Para as estimativas de perdas na colheita, multiplica-se a área colhida de cada ano pelo coeficiente de perda média de cada produto selecionado.

$$Pc = Ac.\alpha$$

Em que:

Pc = perda na colheita do produto selecionado no ano de referência;

α = coeficiente de perda na colheita do produto selecionado.

Por fim, o total das perdas (PTgrãos) é dado pelo somatório da produção não-realizada (tanto por perda de área quanto por declínio de rendimento) e das perdas na colheita; algebricamente:

$$PTgrãos = Pn + Pc$$

“As perdas por área e por queda no rendimento médio são mais significativas que as perdas na colheita”

Para apuração das ocupações de mão-de-obra, analisa-se do preparo do solo/plantio até a colheita; e é dada por:

$$Opc = Ctea (Ap - Ac)$$

Em que:

Opc = ocupações perdidas até a colheita em equivalentes/homem/ano (um homem trabalhando 8 horas por dia durante 255 dias no ano);

Ctea = coeficiente técnico de demanda por mão-de-obra (homem/ano).

Neste estudo foram utilizadas as áreas plantadas e colhidas e o rendimento médio dos grãos segundo conceito Companhia Nacional de Abastecimento (2007) - CONAB – Algodão, Amendoim, Arroz, Aveia, Centeio, Cevada, Feijão, Girassol, Mamona, Milho, Soja, Sorgo, Trigo e Triticale) obtidos no IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, especificamente na PAM – Pesquisa Agrícola Municipal. Entretanto, como nem todos estes grãos são produzidos no estado da Bahia, analisou-se o algodão, amendoim, arroz, feijão, mamona, milho, soja e sorgo granífero.

Especificamente para as perdas na colheita, o coeficiente de perda média por produto foi obtido na EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa - (2007), na Sociedade Rural Brasileira (2007), C Criar e Plantar (2007a) e Perin e outros (2007).

As quantidades de ocupações de mão-de-obra perdidas foram apuradas segundo coeficientes técnicos de demanda por mão-de-obra obtidos em Fundação SEADE (1996), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2000) e Embrapa (2007) e Waquil (2006). Ainda, utilizou-se informações sobre os ciclos das

culturas de Fahl (1998), Campos e Canéchio-Filho (1973), Criar e Plantar (2007b, 2007c), Ignaczak (2007).

Os resultados obtidos demonstram que, em geral, as perdas por área e por queda no rendimento médio são mais significativas que as perdas na colheita, dado o caráter de incerteza das condições naturais (clima). Dito de outra forma, as perdas do plantio à pré-colheita, onde se destacam os impactos da natureza (secas, chuvas em excesso etc.), revelam-se mais importantes. Apesar do milho apresentar, no ano de 1990, a maior proporção de perdas (79%), o cultivo que revelou maior proporção de perdas médias foi o algodão, com 29% no período estudado (1990-2005), seguido do milho com 21%, do sorgo com 16% e do feijão com 15%.

Com relação às perdas inerentes à colheita, apesar de serem menores que as perdas referentes ao ciclo do

plantio à pré-colheita, são também importantes, especialmente nos anos de 2000 e de 2002 a 2005 para o algodão, e 1992, 1997, 2000, 2002, 2004 e 2005 para o sorgo. Estes anos coincidem com anos de boas safras para a maioria dos cultivos, e assim as perdas na colheita são maiores quanto maior é a safra. Contudo, as perdas na colheita dependem fortemente da tecnologia empregada e sua eficiência no processo produtivo. Neste caso, para o período como um todo, as perdas na colheita mais importantes se destacam na produção de sorgo (13%), algodão (11%), mamona (9%) e milho (7%).

Analisado o total das perdas, ou seja, do plantio à colheita, a maior perda ocorreu nos anos de 1996 e 1998 com o sorgo (88% e 83%, respectivamente) e em 1990 com o milho (81%). Para a totalidade do período (1990 a 2005), as maiores perdas foram observadas no cultivo de algodão (39%), sorgo (29%) e milho (28%).

Tabela 2
Perdas relativas do plantio à pré-colheita (%) em relação à produção potencial de grãos: Bahia, 1990-2005

Produto / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Algodão	62	49	62	47	37	68	73	70	75	23	0	3	0	1	0	0	29
Amendoim	0	0	0	27	4	12	24	10	9	7	13	16	8	0	0	0	6
Arroz	47	4	20	16	0	0	18	0	0	5	0	28	5	0	0	0	9
Feijão	27	5	9	16	22	17	15	0	29	21	0	29	12	14	22	13	15
Mamona	0	2	2	46	5	27	37	0	72	46	4	3	8	0	1	3	11
Milho	79	47	41	42	35	12	21	0	20	22	0	19	27	16	7	4	21
Soja	69	0	24	22	0	0	19	0	0	0	0	0	8	8	0	0	6
Sorgo	44	40	0	21	4	36	86	0	80	31	0	44	0	17	0	0	16

Fonte: Dados da pesquisa/2008

Tabela 3
Perdas relativas a colheita (%) em relação a produção potencial de grãos: Bahia, 1990-2005

Produto / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Algodão	6	8	6	8	9	5	4	5	4	12	15	14	15	15	15	15	11
Amendoim	5	5	5	4	5	4	4	4	5	5	4	4	5	5	5	5	5
Arroz	2	4	3	3	4	4	3	4	4	4	4	3	4	4	4	4	4
Feijão	4	6	5	5	5	5	5	6	4	5	6	4	5	5	5	5	5
Mamona	10	10	10	5	9	7	6	10	3	5	10	10	9	10	10	10	9
Milho	2	5	5	5	6	8	7	9	7	7	9	7	7	8	8	9	7
Soja	2	6	4	5	6	6	5	6	6	6	6	6	5	5	6	6	5
Sorgo	8	9	15	12	14	10	2	15	3	10	15	8	15	13	15	15	13

Fonte: Dados da pesquisa/2008

Tabela 4
Perdas relativas totais (%) em relação à produção potencial de grãos: Bahia, 1990-2005

Produto / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Algodão	67	56	68	55	47	73	77	74	79	34	15	18	15	16	15	15	39
Amendoim	5	5	5	30	9	17	28	15	14	12	17	20	13	5	5	5	11
Arroz	49	8	23	20	4	4	21	4	4	9	4	31	9	4	4	4	12
Feijão	31	11	15	21	27	22	20	6	33	25	6	33	17	19	27	18	20
Mamona	10	12	12	52	15	34	44	10	74	51	13	13	17	10	11	13	20
Milho	81	52	47	47	41	20	28	9	28	29	9	26	34	23	15	12	28
Soja	71	6	29	26	6	6	23	6	6	6	6	6	13	13	6	6	12
Sorgo	52	49	15	33	18	45	88	15	83	42	15	52	15	29	15	15	29

Fonte: Dados da pesquisa/2008

Tabela 5
Ocupações de mão-de-obra não-geradas (em equivalentes homem/ano) pelas perdas do plantio à colheita na produção de grãos: Bahia, 1990-2005

Produto / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Algodão	537	39	2.856	110	1.511	258	3.373	0	1.161	105	0	686	0	190	0	0	677
Amendoim	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Arroz	46	8	80	0	0	0	0	0	8	0	0	36	0	0	0	0	11
Feijão	1.931	6.295	18.839	23.659	40.144	13.603	19.368	0	42.306	43.346	0	32.488	16.091	19.087	32.837	25.369	20.960
Mamona	135	480	412	222	544	19	1.251	0	9.648	1.225	746	398	1.226	51	258	845	1.091
Milho	1.692	6.528	3.039	18.096	17.994	4.145	9.144	0	8.304	11.627	0	10.301	15.289	9.941	4.568	2.286	7.685
Soja	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sorgo	12	0	3	165	29	16	0	0	12	3	0	19	4	376	6	0	40
Total	4.353	13.351	25.228	42.259	60.221	18.041	33.136	0	61.439	56.306	746	43.929	32.609	29.644	37.669	28.501	30.464

Fonte: Dados da pesquisa/2008

De maneira geral, o nível de perdas pode ser considerado elevado, pois na média do período estudado a menor perda de um dos grãos foi de 11% (amendoim) e a maior de 39% (algodão). Se esses indicadores fossem relativos a um ano ou produto específico, poder-se-ia ressaltar alguma condição particular. Mas, dada a irregularidade na produção, decorrente das condições naturais, o nível elevado de perdas é indubitavelmente mais uma regra do que uma exceção.

Essas perdas impactam severamente o nível de ocupação da mão-de-obra, pois dada a redução na produção, necessita-se um menor contingente de pessoas no processo produtivo.

A redução nas ocupações potenciais se concentra principalmente no cultivo do feijão, pois este é grande

demandante de mão-de-obra. No período de abrangência, os anos de 1994, 1998 e 1999 foram os piores para a mão-de-obra relacionada ao feijão. Nestes anos, deixou-se de gerar entre 40 e 43 mil ocupações. Outro produto importante que impactou sensivelmente o nível de ocupações foi o milho nos anos de 1999, 2001 e 2002 (principalmente).

De maneira geral, 1994, 1998 e 1999 foram os anos em que houve maior redução nas ocupações de mão-de-obra relacionada à produção de grãos (60.221, 61.439 e 56.306 ocupações não-geradas, respectivamente), e estão relacionados a anos de grande estiagem, o que prejudicou decisivamente a produção. Em termos de produtos o feijão foi o cultivo que reduziu drasticamente, na média, o nível de ocupações (20.960 ocupações não-geradas), seguido pelo milho (7.685).



Portanto, pode-se concluir que, em termos de perdas do produto, o algodão e o sorgo são os produtos que proporcionalmente foram os mais prejudicados, mas também são relevantes o milho, o feijão e a mamona (mais importantes em termos absolutos). Isto se deve principalmente às condições naturais, que reduziram a área de colheita e o rendimento médio dos produtos. Contudo, não podem ser desprezadas as perdas inerentes ao processo de colheita, que podem ser reduzidas especialmente através de políticas de treinamento da mão-de-obra e renovação da frota agrícola. Em relação às ocupações de mão-de-obra, os principais cultivos que reduziram a demanda por força de trabalho foram o feijão e o milho, tradicionais produtos que demandam grandes contingentes de mão-de-obra. À primeira vista, em anos de estiagem, as quantidades de mão-de-obra que deixaram de ser geradas se aproximam de 60 mil ocupações anuais (homens ocupados o ano todo), o que não pode ser menosprezado, pois essas ocupações são valiosas para a população residente nas áreas rurais e, na maioria das vezes, significam a única forma de ocupação e geração de renda.

REFERÊNCIAS

- ACOMPANHAMENTO da safra brasileira: grãos – 2007/2008 oitavo levantamento. Brasília: CONAB, 2008. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>> Acesso em: 02 mai. 2008.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS (Paraná). *Redução de perdas na colheita garante renda adicional de R\$ 122,5 milhões*. (2003) Curitiba: AEN, 2003. Disponível em: <<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1507>>. Acesso em: 12 out. 2007.
- AGUIAR, Luiz Marcelo S.; MORAIS, Adriana Vieira de Camargo de; GUIMARÃES, Daniel Pereira. *Cultivo do sorgo: clima*. Sete Lagoas/MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Sorgo/CultivodoSorgo_2ed/clima.htm>. Acesso em: 12 out. 2007.
- ALONÇO, Airton dos Santos et al. *Cultivo do arroz irrigado no Brasil*. Pelotas/RS: Embrapa Clima Temperado, 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Arroz/ArrozIrrigadoBrasil/cap02.htm#influeel>>. Acesso em: 12 out. 2007.
- AZEVEDO, Demóstenes M. P.; GONDIM, Tarcísio M. S. *Cultivo da mamona: clima e solo*. Campina Grande/PB: Embrapa Algodão, 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mamona/CultivodaMamona_2ed/climasolo.html>. Acesso em: 12 out. 2007.
- CAMPOS, T. de; CANÉCHIO-FILHO, V. *Principais culturas*. 2 ed. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 1973.
- CIRCULAR TÉCNICA. Passo Fundo, RS: Embrapa Trigo, n. 07, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cnpt.embrapa.br/biblio/p_ci07_5.htm>. Acesso em: 1 out. 2007.

COLHEITA, beneficiamento e armazenamento. Campina Grande/PB: Embrapa Algodão, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/amendoim/colheita.html>>. Acesso em: 21 out. 2007.

CRIAR E PLANTAR. *Colheita*. Disponível em: <<http://www.criareplantar.com.br/agricultura/algodao/algodao.php?tipoConteudo=texto&idConteudo=1254>>. Acesso em: 21 out. 2007a.

CRIAR E PLANTAR. *Colheita*. Disponível em: <<http://www.criareplantar.com.br/agricultura/feijao/feijao.php?tipoConteudo=texto&idConteudo=1297>>. Acesso em: 21 out. 2007b.

CRIAR E PLANTAR. *Colheita*. Disponível em: <<http://www.criareplantar.com.br/agricultura/milho/milho.php?tipoConteudo=texto&idConteudo=1403>>. Acesso em: 21 out. 2007c.

EMBRAPA. *Tecnologias de produção girassol*. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/producao/girassol/tab/Tab4.htm>>. Acesso em: 10 set. 2007.

EQUIPAMENTO inédito facilita a colheita. [Londrina/PR]: [Embrapa Soja], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cnpso.embrapa.br/html/colhetec.htm>>. Acesso em: 12 out. 2007.

FAHL, J. I. et al. Instruções agrícolas para as principais culturas econômicas. In: _____. *Boletim 200*. 6. ed. Campinas, 1998. 396 p.

FUNDAÇÃO SEADE. Sistema Estadual de Análise de Dados. *Força de trabalho na agricultura paulista*. São Paulo: SEADE. 1996. 101 p.

GARCIA, João Carlos. *Cultivo do sorgo*: coeficientes técnicos. Sete Lagoas/MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Sorgo/CultivadoSorgo_2ed/coeficientestecnicos.htm>. Acesso em: 10 set. 2007.

IBGE. *Indicadores agropecuários*: 1996-2003. Rio de Janeiro, 2004.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*, PAM. Obtido via base de dados SIDRA – IBGE. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 abr. 2008.

IGNACZACK, J. C. *Dados solicitados*. [Mensagem Profissional]. Mensagem recebida por <igna@cnpt.embrapa.br> em 13 ago. 2007.

MANTOVANI, Evandro Chartuni. *Cultivo do milho*. Sete Lagoas/MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2007. Disponível em: <<http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/milho/colregula.htm>>. Acesso em: 1 out. 2007.

PERIN, E. et al. *Referências modulares para a produção de feijão na Região Sudoeste do Paraná*. Curitiba: IAPAR, [s.d.]. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/RM_Feij%E3o_SO.pdf>. Acesso em: 23 set. 2007.

SANTOS, Raseane Cavalcanti dos. *Cultivo do amendoim*: plantio. Campina Grande/PB: Embrapa Algodão, 2006. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Amendoim/CultivadoAmendoim/plantio.html>>. Acesso em: 28 ago. 2007.

SILVA, Odilon R. R. F.; MILANI, Máira. *Cultivo da mamona*. Campina Grande/PB: Embrapa Algodão, 2006. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mamona/CultivodaMamona_2ed/colheita.html>. Acesso em: 1 out. 2007.

SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. *Brasil desperdiça 4% da safra de soja na colheita*. Disponível em: <<http://www.srb.org.br/modules/news/article.php?storyid=1003>>. Acesso em: 1 out. 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Mão-de-obra agrícola na Bahia*. Salvador: SEI, 2000. 118 p. (Série estudos e pesquisas, 46)

USO da tecnologia garante maior produtividade. *Revista Rural*, São Paulo, n. 84, jan./fev. 2005. Disponível em: <http://www.revistarural.com.br/Edicoes/2005/artigos/rev84_colheita.htm>. 2005. Acesso em: 12 out. 2007.

WAQUIL, J. M. *Incentivo à produção de sorgo no Norte de Minas*. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2006. 28 p. Disponível em: <<http://www.cnpms.embrapa.br/publicacoes/publica/Doc56.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2007.



Controvérsias sobre efetividade da intervenção do Estado no desenvolvimento local

Christian Luiz da Silva*

A participação do Estado na economia é um tema controverso e ainda em debate. A escassez de recursos públicos e o aumento da demanda criaram a necessidade de um Estado mais criterioso, que reavalie quanto e como participa da atividade econômica local.

A discussão envolve elementos que perduram em tempos diferentes (curto e longo prazo) e não se restringe à função que o Estado desempenha, mas como o faz e em que magnitude. Tomam-se como questão a avaliação dos limites de intervenção do Estado e seu impacto para o bem-estar da sociedade. O objetivo deste texto é contribuir para a compreensão da controvérsia sobre a efetividade da intervenção do Estado. Primeiro se discutirá sobre o conceito de política pública, papel do Estado e processo de desenvolvimento. Depois se tratará do investimento público para, em seguida, discutir características da avaliação de políticas públicas. Essas têm como propósito o desenvolvimento local, tema de discussão na sequência, mas entra em controvérsia com a ampliação do processo de descentralização, que se discutirá na última parte.

* Economista, pós-doutor em Administração pela USP e doutorado, professor do mestrado em Gestão Urbana da PUCPR e professor de graduação em Ciências Econômicas da UNIFAE. christianlsilva@uol.com.br. O autor agradece o apoio financeiro do CNPq concedido pelo edital 061/2005 referente ao projeto "Modelo dinâmico de desenvolvimento local para apoio ao planejamento público".



POLÍTICA PÚBLICA, PAPEL DO ESTADO E DESENVOLVIMENTO

Cabe especificar que a intervenção estatal pode acontecer de diversas formas na economia. Silva (2005a, p. 89-92), apoiado no Relatório do Banco Mundial (1997, p. 4), cita que o Estado tem cinco tarefas fundamentais e, portanto, funções de intervenção: formar uma base jurídica; manter políticas não-distorcionistas, inclusive a estabilidade macroeconômica; investir em serviços básicos e infraestrutura; proteger os grupos vulneráveis; proteger o meio ambiente. Iglesias (2006) ainda inclui o importante papel para o Estado no desenvolvimento tecnológico e de inovações, bem como na promoção de consensos nacionais. Além disso, essas tarefas devem ser executadas com a eficiência e eficácia da gestão pública, a fim de traduzir a melhor qualidade da prestação de serviços aos cidadãos (LERDA, ACQUATELLA; GÓMEZ, 2006).

Como expõe Frey (2001, p. 7), a intervenção estatal está presente nos discursos contemporâneos do

desenvolvimento. O autor ressalta isso ao afirmar que “a intervenção estatal, via planejamento, é considerada indispensável para reduzir ou evitar os efeitos nocivos dos processos de crescimento econômico, ou ainda, para poder eliminar ou reparar distúrbios e danos já existentes”.

Essa intervenção ocorre usualmente por meio de políticas públicas, que são um “conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinadas ações, em diversas áreas. Expressa a transformação que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público” (MARIN FILHO, 2008, p. 1).

Rauli (2007, p. 29) ressalta que as políticas públicas são ações governamentais executadas com dinheiro público e voltadas a fornecer serviços básicos como educação, saúde, segurança, habitação, cultura e informação para a maioria da população que não pode pagar por esses serviços. Essas políticas envolvem a agregação de vários programas e ações do governo

“um dos motivos que leva a falhas nos resultados públicos é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento”

que visam alcançar um conjunto de fins mais ou menos homogêneos. Para Lourenço (2005, p. 42), as políticas públicas são

(...) produto de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo. Esses grupos são detentores de agendas bem desenvolvidas e redes de comunicação estabelecidas que permitem influenciar os tomadores de decisões dos poderes executivos a alocarem recursos e executarem políticas públicas de governo, nos três níveis de poder, a saber: o federal, o estadual e o municipal.

A intervenção ocorre por meio da distribuição e aplicação dos recursos em diferentes ações resultantes desse intrincado processo de discussão para elaboração e implementação do conjunto de políticas públicas. A definição das ações é influenciada pela ideologia sociopolítica e econômica dos agentes intervenientes no processo de formulação e implantação da política, o que diferencia a capacidade dos diferentes governos de serem mais ou menos efetivos no cumprimento do seu papel: servir ao público, em busca do desenvolvimento da sociedade. A ação e intenção pública da política são expressas normalmente com recursos direcionados para aquele fim, o que caracteriza o investimento público como meio para consecução do objetivo esperado.

INVESTIMENTO PÚBLICO: EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E PANACÉIA PARA OS PROBLEMAS PÚBLICOS

A controversa participação do Estado reflete-se na discussão sobre a efetividade do investimento público. Pode-se avaliá-lo, por exemplo, sobre a renda per capita (efeito direto sobre o produto) e sobre a produtividade total dos fatores (efeito indireto sobre o produto), que apresentam resultados controversos. Cândido Junior (2006) estudou a Argentina, o Brasil e o Chile, com informações de 1970 a 2000, e concluiu que, para a amostra estudada, há uma relação positiva entre investimento público e produto. Contudo, à exceção do Chile, houve uma relação inversa entre investimento e produtividade. O autor referiu-se a esta diferença como sendo a eficiência do uso dos recursos.

Cândido Junior (2006), contudo, acresceu, em sua análise, que além da injeção de recursos é necessário avaliar sua eficiência. A conclusão a favor do Chile, na relação positiva do investimento público tanto em termos do produto quanto da produtividade, foi explicada, pelo autor, como a eficácia dos investimentos públicos. Neste sentido, um investimento eficaz produziria um efeito direto positivo na economia e indireto por meio do aumento da produtividade. Monteiro Neto (2006) não discute a eficiência do investimento público, mas o considera “um dos elementos mais importantes para a ativação da formação de capital na economia brasileira da última metade do século XX” (MONTEIRO NETO, 2006, p. 24). O autor complementa afirmando que “há elementos indicativos de que as reduções no gasto em investimento governamental, entre os períodos de 1991-1995 e 1996-2000, tiveram efeitos propagadores sobre a queda no nível geral de atividade mais que proporcionais ao que se poderia esperar” (MONTEIRO NETO, 2006: p. 26). Contudo, pondera Monteiro Neto, em consonância com Pritchett (2000), ao afirmar que a intervenção estatal não pode ser vista como uma panacéia para a resolução de todos os problemas da economia brasileira.

Pritchett (2000) já alertava sobre o uso indiscriminado do investimento público como panacéia da eficiência e

da resolução dos problemas. Segundo Pritchett (2000, p. 36-37), *"all of the recent spate of empirical research on growth using investment or capital has implicitly assumed that all governments everywhere were always cost minimizing investors. This is obviously false"*. Com isso o autor sugere que não necessariamente todo investimento gera capital, em especial quando esse investimento é público.

Oliveira (2006, p. 275) argumenta que "um dos motivos que leva a falhas nos resultados públicos é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no processo de planejamento de acordo com algumas visões da prática ou escolas de pensamento". Oliveira cita outro trabalho de sua autoria para justificar as falhas de políticas públicas em desenvolvimento por motivos político-institucionais, financeiros e técnicos (OLIVEIRA, 2002).

O primeiro motivo se refere à articulação e funcionamento do sistema político e da interação entre Estado e sociedade civil. O amadurecimento das bases institucionais depende de processos específicos e históricos em cada país e é um condicionante importante para garantir a implementação de políticas públicas. A questão financeira, segundo o autor, é "a razão mais direta para explicar as falhas em planejamento nos países em desenvolvimento" (OLIVEIRA, 2006, p. 280). A falta de recursos inibe qualquer possibilidade de implementar as políticas públicas da forma planejada, o que dificulta sobremaneira para alcançar resultados efetivos.

Por fim, a capacidade técnica se refere aos recursos humanos capacitados e motivados, equipamentos,

experiência e competência técnica dos órgãos responsáveis para planejar e implementar as políticas públicas. Com pesos diferentes, os tópicos sintetizados por essa capacidade técnica são responsáveis de alguma forma para a ineficiência da implementação das políticas públicas. Às vezes é a falta de recursos humanos o mais preeminente; outras, são equipamentos. A fim de evitar essas falhas na implementação, torna-se fundamental a avaliação das políticas públicas em consonância com a sua construção e resultados esperados.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA

A compreensão da avaliação da intervenção do Estado por meio de políticas públicas é tão complexa como a forma de construção destas políticas em resposta a problemas da sociedade. Assim, caracteriza-se por uma conduta ou atuação consistente e continuada e constitui-se numa seqüência de decisões:

- Decidir que existe um problema (por exemplo, a parcela significativa da população abaixo da linha de pobreza);
- Decidir que se deve tentar resolver o problema (por exemplo, iniciativas que vinculem o processo de integração da remediação de curto prazo com o aumento da capacidade de alimentação, com ações transformadoras de longo prazo, como a vinculação com educação de qualidade). Nesta fase, diz-se que o problema agora é um tema de política;
- Decidir a melhor maneira de enfrentá-lo: nesta etapa avaliam-se alternativas para resolver o tema de política e suas implicações, selecionando a mais adequada. Por exemplo, estrutura-se um programa de governo para implementação daquelas propostas, como o caso do Bolsa Família para a diminuição da pobreza.
- Legislar sobre o tema: formulada a política pública, há necessidade de institucionalizar as mudanças necessárias, o que é feito nesta última etapa. Seguindo o exemplo, trata-se da Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que institui o Bolsa Família.

"A complexidade em se implantar uma política pública ocorre porque a gestão de políticas públicas envolve muitos componentes que se comunicam e interagem de maneiras diferentes"

A complexidade em se implantar uma política pública ocorre porque a gestão de políticas públicas envolve muitos componentes que se comunicam e interagem de maneiras diferentes, de forma explícita ou por canais ocultos. O processo é dinâmico porque ocorre dentro de uma estrutura que exige continuadas fontes de recursos e motivação. As contribuições distintas decorrem dos canais de representação dos diferentes grupos de interesses, dos diferentes pontos-de-vista. Alinhando essa questão com o exemplo do programa Bolsa Família, há controvérsias entre a modificação da estrutura do indivíduo que proporcione a sua emancipação sustentada da condição de pobreza por meio da educação, no longo prazo, com medidas de transferência de renda no curto prazo para dar condições mínimas de sobrevivência daquela parcela da população (POMPONET, 2007). A discussão se estrutura pelos propósitos do programa, mas como uma base ideológica que coloca a questão da efetividade da política pública condicionada à forma de interpretação das ações e dos objetivos desejados. Contudo, essa avaliação deve ser o mais racional possível. A concepção e elaboração da política sempre terão bases ideológicas que as sustentem, pelo próprio conceito de política pública, mas deve ser transparente para que os resultados, nos tempos desejados, sejam acompanhados.

Oliveira (2002) argumenta que a avaliação da efetividade da política pública poderia ser feita sob quatro óticas: eficiência na avaliação prévia da política pública; na interação entre os agentes que administram a política; capacidade técnica para implementação; e no resultado, relacionando o proposto com o alcançado. Cada uma delas se refere a uma etapa do projeto. A primeira seria avaliada quanto à concepção (estágio inicial); a segunda se refere à etapa intermediária entre a concepção e a implementação; a terceira se refere à implementação; e a quarta ao resultado. Caso a concepção ocorra no mesmo âmbito da implementação (agente público local, por exemplo), haveria apenas as duas últimas fases para avaliação.

Desta forma, a partir da construção da política pública, há que se avaliar a sua efetividade, ou seja, o quanto contribui para consecução dos resultados. Uma política pública pode ser eficiente (gastar os recursos estimados para o objetivo desejado), eficaz (otimizar a alocação dos

recursos) e não ser efetiva (produzir mudanças propostas pela intervenção do Estado por meio da política pública adotada). Como exemplo, pode-se verificar um município que investe 30% da sua arrecadação em educação, otimiza o uso dessa aplicação, mas não consegue ter um ensino de qualidade e que seja transformador da realidade daquelas crianças. A intervenção do Estado, neste caso, não seria efetiva e, portanto, não produziria modificações estruturais na sociedade com o intuito, por exemplo, de reduzir as desigualdades socioeconômicas. Nestas situações questiona-se se o Estado efetivamente cumpre o seu papel de servir efetivamente à sociedade. Com isso, cabe destacar que não se trata de maneira homogênea de considerar ou não a intervenção do Estado, mas de observar as diferenças e capacidades de resolução dos problemas da própria sociedade.

POLÍTICA PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A intervenção do Estado tem o propósito de promover, muitas vezes, o desenvolvimento local, que é um processo dependente dos recursos pertencentes, das decisões tomadas e dos acontecimentos passados. As ações presentes pertencem à história e implicam no futuro. Os modelos de planejamento e desenvolvimento local surgem com o objetivo de mostrar que a história pode ser diferente da tendência, quando ações são executadas para mudá-la.

O processo de planejamento e implementação de modelos de desenvolvimento local é antagônico e controverso pela estrutura da sociedade. Mercado e Córdova (2005, p.37) recontam a história controversa entre o desenvolvimento sustentável e a indústria e mostram diversos dilemas e diferenças entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, sobre a ecologia global:

"...durante los noventa,...se presenciaron procesos político-económicos suficientemente antagónicos como para frenar el proceso de conformación de la nueva cultura ambiental industrial que comenzaba a avizorarse. De una parte, digamos positiva,

podría destacarse la considerable ampliación de la preocupación ambiental en la sociedad (y) ... hacían posibles o sólo la disminución del impacto ambiental de la actividad industrial sino también proponer nuevas formas de producción y hasta de consumo... Por la otra, digamos negativo, estarían el decaimiento significativo del ímpetu de dicha participación debido a que muchas de las oportunidades fueron cerradas a inicios del nuevo siglo, fundamentada por presiones del 'mercado' y disminución de respaldo por parte del Estado" (MERCADO e CÓRDOVA, 2005: p. 37).

Silva (2005b, p. 15) avança sobre esta controvérsia e argumenta que "a diferença entre o discurso e a prática ainda continua gerando conflito porque, em ambas as óticas (capitalista e ambientalista), ao refletir sobre o longo prazo, a zona de negociação é menos árida do que no curto prazo. Por exemplo, negociar que a geração futura tem de preservar para sobreviver é muito mais simples do que acordar que essa geração preservará o meio ambiente e não utilizará formas degradantes para os recursos". Essa diferença entre o discurso e a prática do desenvolvimento sustentável é minimizada no âmbito da discussão, segundo Vivien (2005), pela sua retórica dominante. O autor menciona que "*Il est courant de présenter le développement soutenable comme la solution aux problèmes rencontrés par les sociétés contemporaines. (...) Il cache (...) une volonté grandissante de nier les conflits, de passer outre les divergences et d'aligner les arguments contradictoires*" (VIVIEN, 2005, p. 4). Os autores retomam tal controverso para relativizar os dogmas criados em torno de um conceito, que ressalta mais a existência de um problema do que uma solução. A inserção do Estado é um meio de contemporizar o discurso com a prática, mas esse desenvolvimento não ocorrerá se o processo se mantiver apenas pela retórica.

Outro ponto a destacar é a referida diminuição do respaldo do Estado citado por Mercado e Córdova (2005). Como mencionado, um dos papéis do Estado seria proteger o meio ambiente, segundo Relatório do Banco Mundial. A efetividade dessa proteção é condicionada, segundo os autores, à pressão industrial, que limita e restringe o poder de mediação do Estado frente à controvérsia preservação ambiental *versus* crescimento industrial.

“o processo de desenvolvimento das regiões deve considerar ambas as óticas (econômica e ambiental), valendo-se da presente retórica do desenvolvimento sustentável”

A despeito desse dilema em discussão, o processo de desenvolvimento das regiões deve considerar ambas as óticas (econômica e ambiental), valendo-se da presente retórica do desenvolvimento sustentável, cuja complexidade é incontestável e inerente às suas implicações geopolíticas (AJARA, 2003, p.9). Neste sentido, deve-se limitar o processo de desenvolvimento ao local que está sendo analisado. Para Froehlich (1998, p. 95)

“o espaço passa hoje a desempenhar um **papel crucial para se pensar o desenvolvimento**, pois a própria sociedade só é concreta com o espaço, sobre o espaço, no espaço. Espaço agora multifacetado, porque se considera que, só pensado enquanto multidimensional, pode ser autêntico o desenvolvimento. (...) É neste âmbito argumentativo que se pode considerar válido atribuir um sentido 'localista' ao desenvolvimento, podendo-se falar em algo como 'desenvolvimento local'". (grifo nosso)

A intervenção estatal, e especialmente a política pública, ocorre no espaço (local) em que se processa o desenvolvimento. Blakely (1994) explica que o desenvolvimento econômico desse local tem ênfase no “desenvolvimento endógeno”, utilizando-se do potencial humano local, institucional e recursos físicos. O autor ocupa-se apenas da dimensão econômica do desenvolvimento e diz que o desenvolvimento econômico local é um processo-orientado. “*that is, it is a process involving the formation of new institutions, the development alternative industries, the improvement of the capacity of existing employers to produce better products, the identification*

of new markets, the transfer of knowledge, and the nurturing of new firms and enterprises" (BLACKELY, 1994, p. 50). Esse autor torna o processo de desenvolvimento algo inerente ao próprio local e especifica o papel da intervenção pública para o provimento das necessidades para o estabelecimento da indústria privada, que, a partir da orientação e dinâmica dos agentes e instituições locais, seria a responsável pelo processo de desenvolvimento.

Souza (1997, p. 19) também entende esta noção de desenvolvimento como "um **movimento** (sem fim – ou seja, sem 'estágio final' ou mesmo direção concreta predeterminada e previsível, e que não poderá jamais ser declarado como 'acabado' – e sujeito a retrocessos) em cuja esteira uma sociedade torna-se mais justa e aceitável para seus membros" (grifo nosso).

A posição dos autores, Blackely (1994) e Souza (1997), enfatiza o papel dos agentes locais em detrimento da participação do Estado, colocando o tema no estágio de discussão proposto por Mattos, citado em Froehlich (1998), sobre a descentralização do poder. Desta forma, ressalta-se que o processo de desenvolvimento local é endógeno e orientado, como citado por Blakely (1994), em movimento, como exemplificado por Souza, mas influenciado pela intervenção do Estado. A participação deste agente pode ser ativa, como agente e investidor, ou institucional, como regulador, mas é interveniente no processo de desenvolvimento local.

DESCENTRALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Inserindo mais um elemento na definição de políticas públicas e intervenção do Estado, Dubresson e Fauré (2005) convidam a repensar, também, sobre a freqüente relação entre descentralização e desenvolvimento local, tida como mecânica. Ao estudar regiões da África do Sul, Brasil, México, Índia e Senegal os autores demonstram que existem desajustes entre os organismos institucionais de descentralização e o nível de formação ou de consolidação das dinâmicas econômicas locais.

A interação entre capacidade técnica e ambiente institucional pode ser verificada, desta forma, na relação entre Estado maior e as instituições locais. Adicionalmente à ineficiência de intervenções estatais pela falta de sintonia entre esferas estatais e realidades locais, pode haver a incapacidade técnica para implementação do projeto. Algumas situações podem colaborar com essa afirmação; quando, por exemplo, o planejamento ocorre centralizado, sem sintonia com a realidade local, que deve efetivamente implementar o projeto. O insucesso decorre da falta de habilidade para desenvolver o que é mais próximo ao desejado e pela baixa sincronia entre o Estado e as instituições locais. Brakely (1994, p. 41) avalia as opções de políticas nacionais e desenvolvimento e argumenta que as políticas nacionais seriam mais efetivas se acopladas a uma ativa política regional que garantisse a implementação de programas e desse suporte às atividades do desenvolvimento econômico. A eficiência desta implementação aconteceria, portanto, segundo o autor, se houvesse integração entre os poderes local e nacional.

A descentralização não é, contudo, um consenso. Froehlich (1998, 88-89), citando Mattos, argumenta que a descentralização respalda um discurso de melhoria da democracia social, a participação popular e a justiça social, com propósito de viabilizar o desenvolvimento regional. Contudo, para Mattos, citado em Froehlich, esta retórica seria do interesse somente dos que defendem a reforma do Estado, visando aprimorar os processos de acumulação e crescimento do capital. Por outro lado, Blakely (1994, p. 49) menciona que o desenvolvimento local representa não apenas uma nova retórica, mas uma importante alternativa que associa as atividades econômicas com o desenvolvimento local. O autor não marginaliza a participação do Estado, mas ressalta a necessidade de uma ação oriunda dos poderes locais, sejam eles públicos ou privados.

Desta forma, a intervenção do Estado é polêmica e merecedora de amplo debate acadêmico, político e econômico. Avaliar o limite dessa intervenção não é das tarefas mais fáceis. Não há um limite único para todas as esferas do poder público e, muito menos, um limiar comum para determinados padrões de sociedades. A análise da eficiência da intervenção do Estado envolve não somente

as diferenças entre o que se planeja e se implementa, mas também como se intervém e o resultado alcançado para o bem-estar da população.

REFERÊNCIAS

- AJARA, César. *As difíceis vias para o desenvolvimento sustentável*: gestão descentralizada do território e zoneamento ecológico-econômico. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003. (Textos para discussão, 8)
- BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1997*. WASHINGTON/ USA, 1997.
- BLACKELY, Edward J. *Planning local economic development: theory and practice*. 2. ed. USA: Sage Publications, 1994.
- CÂNDIDO JR., José Oswaldo. *Efeitos do investimento público sobre o produto e a produtividade*: uma análise empírica. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1204).
- DUBRESSON, Alain; FAURÉ, Yves-André. Décentralisation et développement local: un lien à repenser. *Revue Tiers Monde*, n. 181, janv./mars. 2005.
- FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. *Ambiente & Sociedade*, v. 4, n. 9, 2. sem. 2001.
- FROELICH, José Marcos. O "local" na atribuição de sentido ao desenvolvimento. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 94, p. 87-96, maio/dez. 1998.
- IGLESIAS, Enrique V. El papel del Estado y los paradigmas económicos en América Latina. *Revista de La CEPAL*, Santiago de Chile, n. 90, dic. 2006.
- LERDA, Juan Carlos; ACQUATELLA, Jean; GÓMEZ, José Javier. Coordinación de políticas públicas: desafíos y oportunidades para una agenda fiscal-ambiental. In: ACQUATELLA, Jean; BÁRCENA, Alicia (Eds.). *Política fiscal y medio ambiente*: bases para una agenda común. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. p. 65-88.
- LOURENÇO, M. S. Políticas públicas e desenvolvimento. In: SILVA, C. L.; MENDES, J. T. G. (Org.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável*: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. p. 41-58.
- MARIN FILHO, Carlos José. *Concepção de Políticas Públicas*: definição, viabilização execução. URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santo Ângelo, 2005. Disponível em: < <http://www.urisan.tche.br/> >. Acesso em: 14 jan. 2008.
- MERCADO, Aléxis; CORDOVA, Karenia. Desarrollo sustentable – industria: más controversias menos respuestas. *Ambiente & Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 27-50, jan./jun. 2005.
- MONTEIRO NETO, Aristides. *Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil*: contribuições ao debate contemporâneo. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1229).
- OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública – RAP*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-88, mar./abr. 2006.
- _____. Implementing environmental policies in developing countries through decentralization: the case of protected areas in Bahia, Brazil, *World Development*, v. 30, n. 10, p.1713-1736, 2002.
- POMPONET, A. Conceitos e preceitos sobre o bolsa família. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n.157, p.10-15, out./dez. 2007.
- PRITCHETT, Lan. The tyranny of concepts CUDIE (Cumulated, Depreciated Investment Effort) Is Not Capital. POLICY RESEARCH WORKING PAPER 2341. *The World Bank Development - Research Group Poverty and Human Resources*. NW, Washington/ DC, USA, May, 2000.
- RAULI, F. C. *Análise do monitoramento das políticas públicas de investimentos diretos de Curitiba sob a ótica dos indicadores de desenvolvimento sustentável no período de 1998 a 2005*. 2007. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) - Centro Universitário Franciscano do Paraná, [Curitiba], 2007.
- SILVA, Christian Luiz da. *Investimento estrangeiro direto*: da dependência à globalização. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005a.
- _____. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C.L.; MENDES, J. T.G. (Org.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável*: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 2005b. p. 11-40.
- SOUZA, M. L.. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, Rio de Janeiro, n.3, jul./dez. 1997.
- VIVIEN, Franck-Dominique. *Le développement soutenable*. Paris: Ed La Découverte, 2005.



Análise das Mesorregiões de Xingó e Metade Sul do Rio Grande do Sul no âmbito da PNDR

Márcio Araújo Silva*

Ao longo de todo o século XX, a região Nordeste experimentou diversas tentativas de reparação da sua desigualdade em relação às demais regiões do sul e centro-sul do Brasil, principalmente no que concerne à produção e à distribuição da riqueza. Ainda assim o seu atraso continua latente, configurado, entre outras medidas, pelo fato de ter quase 30% da população do País, porém menos de 15% da economia brasileira.

Nas últimas décadas, o Nordeste apresentou alguma evolução, em decorrência de diversas ações e dos investimentos públicos e privados, bem como dos benefícios trazidos pela estabilidade macroeconômica nacional. No entanto, ainda se observam no interior do seu território muita pobreza e grandes carências de infra-estrutura. Na mesorregião de Xingó, constituída por municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco, as evidências de extrema pobreza são ainda maiores, até porque é nesta região que estão os municípios de pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País.

* Economista pela UCSal. Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina-PE - FACAPE - e Gerente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. marcio.petrolina@gmail.com

Em contraponto à economia nordestina, a do Rio Grande do Sul, no extremo sul do País, vem, ao longo dos anos, demonstrando expressivo vigor, muito embora apresente significativa heterogeneidade no seu contexto territorial, registrando-se áreas de expressiva dinâmica econômica e outras com quase estagnação. Mesmo tendo o 4º Produto Interno Bruto (PIB) do País, o sul do Estado conta com municípios carentes, quando comparados aos do norte. Ainda assim os indicadores dessa região são bem melhores que os de Xingó, no Nordeste.

Neste contexto, no âmbito das ações governamentais inseridas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração (MI), este artigo tem o propósito de manter vivo o debate a respeito das profundas desigualdades ainda existentes entre a região Nordeste do Brasil e as demais do sul e centro-sul, abordando, neste caso, as mesorregiões de Xingó, no Nordeste, e a da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MSRS).

A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PNDR E AS MESORREGIÕES

A PNDR tem, segundo o MI, os propósitos de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de



desenvolvimento das regiões brasileiras, visando a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território. O Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais, o PROMESO, é um dos programas do MI para intervir em espaços que registrem estagnação, depressão ou mesmo potencialidade econômica. Para o Norte-Nordeste foram identificadas sete mesorregiões, dentre elas a de Xingó.

Segundo Araújo (2000), muito embora o Nordeste tenha apresentado significativas mudanças na sua estrutura produtiva ao longo do século XX, incorporando modernos empreendimentos nos setores primário, secundário e terciário, ainda é notória a convivência com estruturas tradicionais de produção com baixa produtividade e com atrasos tecnológicos. Para Vergolino e Jatobá (2000), mesmo a região tendo apresentado no final dos anos 1990 o maior percentual de famílias pobres do Brasil e o menor grau de urbanização, observou-se, no entanto, nas últimas décadas, intenso desenvolvimento industrial e do setor de serviços, notadamente nas regiões metropolitanas de Salvador, do Recife e de Fortaleza.

Para Figueiredo (2006), o alcance da redução das disparidades regionais passa pelo aumento da taxa de investimento em capital físico e a qualificação da força de trabalho das regiões mais pobres; no entanto ressalta que há possíveis efeitos perversos quando da integração de regiões mais pobres às mais avançadas, recomendando cautela caso não haja economias de escala suficiente ou evidentes vantagens comparativas.

“A PNDR tem, segundo o MI, os propósitos de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras”

Neste intuito, a continuidade das assimetrias existentes entre as regiões Nordeste e Sul do Brasil é o que motiva o propósito deste estudo, servindo-se para tanto da análise comparativa entre as Mesorregiões de Xingó e a da Metade Sul do Rio Grande do Sul (MSRS), espaços geográficos alvos da PNDR e do PROMESO.

A MESORREGIÃO DE XINGÓ

A Mesorregião de Xingó compõe-se de 79 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe, numa área territorial caracterizada pela passagem do Rio São Francisco, já próximo da sua foz. O nome Xingó é em função da Usina Hidrelétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), localizada entre os municípios de Piranhas, em Alagoas, e Canindé do São Francisco, em Sergipe.

São 72 mil km² de extensão territorial e uma população de 1,72 milhão, sendo que os quatro estados somam mais de 712 mil km² e uma população de 26,6 milhões de habitantes (IBGE, 2007). Ou seja, a mesorregião de Xingó representa cerca de 10% da área total e 6,5% da população dos quatro estados. O PIB total foi de cerca de R\$ 159 bilhões em 2004 (IBGE, 2007), enquanto o da mesorregião foi de apenas R\$ 7,2 bi, ou seja, pouco mais que 4,5%. Este valor é extremamente baixo, correspondendo a um PIB *per capita* de pouco mais de R\$ 4,1 mil, enquanto que o nacional, em 2004, era de R\$ 10 mil.

Entretanto, na região destacam-se os municípios de Glória e Paulo Afonso, na Bahia, Petrolândia, em Pernambuco, e Canindé do São Francisco, em Sergipe, cujos PIB's *per capita* são bastante elevados, provavelmente em função da existência das usinas hidrelétricas da CHESF. Em oposição, os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) não refletem essa realidade, ou seja, são muito baixos. É o que demonstra a tabela a seguir.

Como se observa, o município de Canindé do São Francisco apresenta elevado PIB, em função da Usina Hidrelétrica de Xingó, a maior da CHESF, localizada nos seus limites e alavancando o seu PIB industrial. Este fato proporciona um elevado PIB *per capita*, decorrente da sua pequena população. Entretanto, o seu IDH é considerado baixo, sendo possíveis justificativas uma má distribuição

Tabela 1
Municípios de maior PIB da Mesorregião de Xingó: 2004

Município	Popul. (hab.)	PIB (R\$ mil)	PIB per capita (R\$ mil)	IDH 2000
Glória – BA	15.454	373,26	24,15	0,641
Paulo Afonso – BA	101.568	1.002,94	9,87	0,719
Petrolândia – PE	30.160	386,13	12,80	0,688
Canindé do São Francisco – SE	20.977	1.746,37	83,25	0,580

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do desenvolvimento humano

redução da dependência dos mercados externos, nem proporcionam boas margens de rentabilidade.

Segundo Veiga (2001), a pluriatividade da agricultura familiar em territórios rurais de baixas potencialidades pode gerar manchas dinâmicas em espaços localizados, reduzindo-se os enclaves decorrentes da especialização. É o que pode ser proposto para a Mesorregião de Xingó visando maior desenvolvimento econômico, o que implica necessariamente em investimentos em qualificação de mão-de-obra e em infra-estrutura básica e social.

Tabela 2
Dados da Mesorregião de Xingó: 2000/2004/2007

Estado	Municípios	População 2007 ¹	PIB 2004 (R\$ mil) ¹	PIB per capita 2004 (R\$)	Menor IDH-M (2000) ²	Maior IDH-M (2000) ²
Xingó – AL	18	331.721	580,96	1.751,35	0,499	0,645
Xingó – BA	34	943.423	2.977,49	3.156,05	0,521	0,719
Xingó – PE	9	231.230	1.096,71	4.742,94	0,537	0,698
Xingó – SE	18	314.329	2.563,75	8.156,26	0,536	0,656
Xingó	79	1.720.703	7.218,91	4.195,33	0,499	0,719

Fontes: 1 – IBGE. Censos demográficos 2 - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas de desenvolvimento humano

de renda, assim como uma deficiente oferta ou acesso a serviços de educação e saúde, o que compromete a escolaridade e a longevidade da população.

Diante deste quadro, no aspecto social os indicadores demonstram que a região apresenta enormes carências, registrando um IDH médio inferior a 0,6 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2000) e configurando uma área de extrema pobreza. É o que mostra a Tabela 2.

No âmbito da PNDR, a “meso” Xingó, cujas potencialidades esbarram na falta de infra-estrutura básica e social, vem sendo contemplada com alguns projetos de empreendimentos com o intuito de se estruturar arranjos produtivos locais, os APL's, para os quais o MI tem realizado os investimentos indicados na Tabela 3.

Esses investimentos, realizados ou em execução, valem-se de fatores locais, mas ainda não são suficientes para a efetiva estruturação de empreendimentos produtivos que gerem economias de escala ou de escopo. As atividades elencadas não expressam diversificação suficiente para

Tabela 3
Investimentos pelo PROMESO na Mesorregião de Xingó: 2004 - 2006

Atividade	Investimentos R\$ mil
Ovinocaprinocultura	1.340,00
Aqüicultura	1.172,00
Fruticultura	1.698,00
Artesanato	1.370,00
Sisal	300,00
Apicultura	838,00
Bovinocultura de Leite	600,00
Total	7.318,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Integração. Programa e Ações

A MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL – MSRS

Como contraponto, este estudo analisa o Rio Grande do Sul, 4º PIB e 3º IDH do Brasil, mas que ainda assim demonstra heterogeneidade na sua estrutura econômica,

Tabela 4
Dados da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul: 2004/2007

Municípios	População 2007 ¹	PIB 2004 R\$ mil ¹	PIB per capita 2004 R\$	Menor IDH-M 2000	Maior IDH-M 2000 ²
104	2.617.886	27.585,00	10.085,15	0,703	0,845

Fontes: 1 – IBGE. Censos demográficos 2 - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano

no que concerne à concentração espacial da riqueza, tendo a metade sul do seu território indicadores sócio-econômicos inferiores aos da metade norte.

O Estado tem 496 municípios e a sua metade sul, área incluída no Programa PROMESO do Ministério da Integração, compreende 104 municípios, cuja extensão territorial de 153,77 mil km² corresponde a 54,58% do total do território, e a população, estimada para o ano de 2007 em 2,617 milhões de habitantes, corresponde a 42,76% do total estimado para o Estado. No aspecto econômico, o PIB da “meso” gaúcha em 2004 foi de R\$ 27,584 bilhões, o que correspondeu a apenas 19,31% do total do PIB do Estado. A Tabela 4 descreve alguns indicadores da mesorregião.

Para enfrentar as suas desigualdades, o Estado foi dividido em vinte e seis conselhos regionais de desenvolvimento, os Coredes, que funcionam como espécies de instâncias intermediárias entre a esfera municipal e a estadual, proporcionando alguns resultados positivos; mas a iniciativa vem padecendo com distorções, como pelo fato de que alguns conselhos tornaram-se essencialmente instrumentos de reivindicação e pressão na partilha dos recursos governamentais (VEIGA, 2006).

Segundo Ilha e outros (2006), o histórico da economia da metade sul, que já foi uma das mais ricas do Estado, constituiu-se de um processo produtivo com atividades como a rizicultura e a pecuária extensiva, com decorrente produção do charque, onde prevalecia uma estrutura agrária de latifúndios pouco produtivos que sucumbiram à diversificação industrial do norte.

Neste contexto, a MSRS, alvo de muitas análises e de intervenções, vem sendo contemplada pela PNDR com o apoio à execução de projetos de investimentos que

visam a maior diversificação da base produtiva e maior agregação de valor à produção. A Tabela 5 traz as atividades incentivadas na mesorregião.

Como se observa, as atividades que estão sendo incentivadas são de razoável valor agregado, como o artesanato mineral, a vitivinicultura e a indústria moveleira, que, embora possam revelar pequena escala de produção, vêm se diversificando e buscando integração com empreendimentos produtivos de maior porte.

No entanto, como já foi frisado, a região cresce insatisfatoriamente dado que a sua participação no PIB do Estado vem decrescendo ao longo dos últimos anos (ILHA et al, 2006) e apresentando um círculo vicioso da pobreza: baixo PIB *per capita*, baixo crescimento econômico e redução da população (STÜLP; FOCHEZATTO, 2004).

Convém destacar que na região de 104 municípios destacam-se 5 (cinco) de médio porte, cujos números são muito bons quando comparados aos da “meso” de Xingó, mas que ainda ficam aquém dos demais do norte do Rio Grande do Sul, como mostra a Tabela 6.

Esses municípios, como se observa na Tabela 6, apresentam elevado IDH, assim como alto PIB *per capita*, como no caso do município de Rio Grande, de quase duas vezes a média nacional. Uma das possíveis explicações para este fato é a existência do Porto Marítimo que alavanca a economia regional através das exportações e importações e serviços decorrentes. Ademais, deve-se

Tabela 5
Investimentos do PROMESO na Mesorregião MSRS: 2003 - 2006

Atividade	Investimentos (R\$ mil)
Florestamento e reflorestamento	914,00
Fruticultura	2.761,00
Lapidação e artesanato mineral	959,00
Agroecologia	450,00
Pecuária leiteira	142,00
Inovação da Rede Moveleira	858,00
Vitivinicultura	960,00
Total	7.044,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Integração. Programa e Ações

Tabela 6
Municípios de maior PIB da Mesorregião da MSRS:
2004

Município	Pop. (hab.)	PIB (R\$ mil)	PIB per capita (R\$ mil)	IDHM 2000
Bagé	120.129	840,57	7,00	0,802
Pelotas	338.544	2.372,85	7,01	0,816
Rio grande	193.789	3.820,67	19,72	0,793
Santa maria	261.980	1.746,53	6,67	0,845
Uruguaiana	133.481	1.288,24	9,65	0,788

Fonte: IBGE. Censos demográficos e PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Atlas do Desenvolvimento Humano

destacar que cada um desses municípios dispõe de grande oferta de ensino superior, dado a existência de cinco grandes universidades: do Pampa, em Bagé, e as federais de Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, além da católica, em Uruguaiana. Essa realidade influencia decisivamente na melhor condição social apresentada pela MSRS.

ANÁLISE COMPARATIVA E CONSTATAÇÕES

A partir dos números apresentados, observam-se significativas diferenças sócio-econômicas entre as duas mesorregiões, que, consideradas pelo governo federal como áreas economicamente deprimidas, estão inseridas no âmbito da PNDR do Ministério da Integração e do PROMESO.

Nas atividades elencadas nas duas regiões, observa-se que em Xingó prevalecem as ligadas à agricultura familiar, de baixo valor agregado, assim como as de empreendimentos de pequeno porte, com pouca ou nenhuma integração com os mercados mais dinâmicos, como é o caso da caprinocultura e do artesanato. Na Metade Sul do Rio Grande do Sul, atividades como movelaria e vitivinicultura demonstram que existe uma maior agregação de valor, e que elas podem ser voltadas para mercados externos, o que favorece a maior geração de riqueza.

No contexto geral, os números apresentados pelas duas mesorregiões mostram o grande contraste existente,

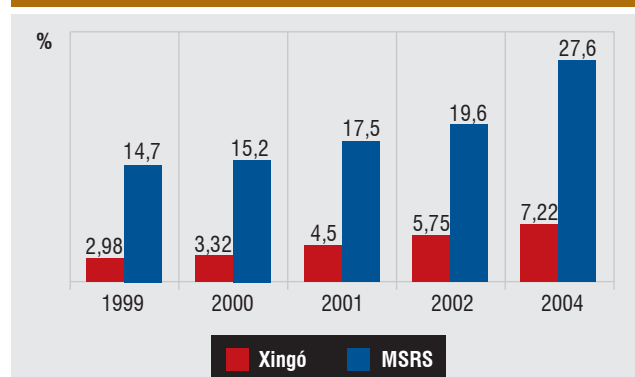
muito embora sejam ambas consideradas regiões de deficiências econômicas. Conforme visto nos dados apresentados, a “meso” do Rio Grande do Sul apresenta um PIB médio municipal superior a R\$ 265 milhões, ao passo que na de Xingó é de apenas R\$ 91 milhões, ou seja, quase três vezes menos. Isso implica num PIB *per capita* de mais de R\$ 10 mil na “meso” do Sul, enquanto que na “meso” do Nordeste é de pouco mais de R\$4 mil. O gráfico seguinte mostra que na “meso” do Sul vem havendo evolução do PIB, ao contrário da “meso” de Xingó.

No que se refere ao aspecto social, os números da MSRS indicam uma situação ainda muito superior à da mesorregião de Xingó. Essa realidade é comprovada através dos IDH's apresentados pelas duas mesorregiões, descritos nos Gráficos 2 e 3.

Diante do exposto, observa-se que embora a MSRS seja considerada uma região de baixo desempenho sócio-econômico, a ponto de motivar diversas análises e intervenções – dadas as suas diferenças em relação à metade norte do Estado – quando comparados os seus números com os da Mesorregião de Xingó, depara-se com gritantes diferenças que incitam maiores reflexões e que podem propor gestões diferenciadas.

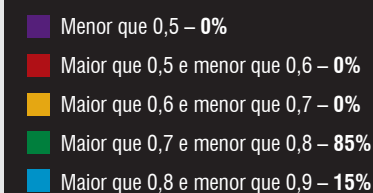
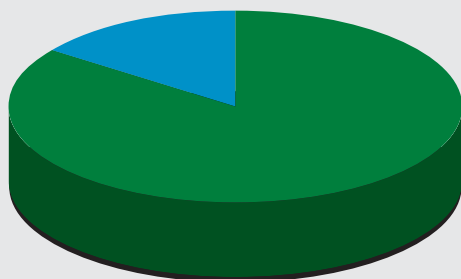
Deve-se ressaltar, no entanto, que este estudo considera que as peculiaridades de cada região são também

Gráfico 1
Evolução comparativa do PIB das Mesorregiões de Xingó e da Metade Sul do Rio Grande do Sul: 1999 - 2004



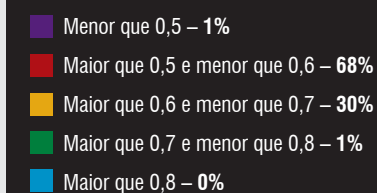
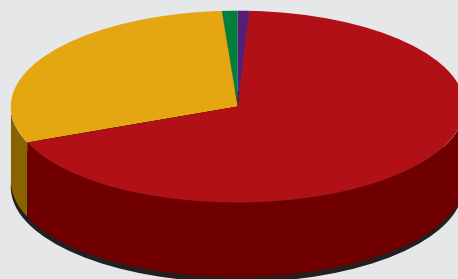
Fonte: IBGE. Censos Demográficos

Gráfico 2
Distribuição dos municípios da Mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul por IDH



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Gráfico 3
Distribuição dos municípios da Mesorregião de Xingó por IDH



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

decisivas para a estruturação de atividades produtivas e para o desempenho sócio-econômico, enfatizando-se que demais circunstâncias e especificidades devem ser consideradas quando da definição de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste estudo, como já ressaltado, é o de manter em debate as questões da continuada desigualdade regional entre as regiões Nordeste e Sul-Sudeste, evidenciada em espaços geográficos específicos, como é o caso das mesorregiões de Xingó e a da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Segundo Lemos (2006), a PNDR do Ministério da Integração representa um significativo avanço enquanto recorte territorial com vistas à redução das desigualdades regionais. A tentativa de resgate das ações governamentais no âmbito de planejamento regional entusiasma os agentes que atuam nesta temática, mas é preciso mais que entusiasmo dos que contribuem de toda forma.

A retomada das discussões sobre esse tema incita a necessidade da releitura dos instrumentos e mecanismos

criados no passado e até hoje pouco disponíveis para a superação do atraso e da estagnação. Cabe ressaltar que há ainda um evidente *gap* entre o que o Estado já investiu no Nordeste e o que já fez nos estados sudestinos ou sulinos, como o que ficou enfatizado quanto à existência de quatro Universidades Federais na MSRS.

Some-se a isso a avançada infra-estrutura em transportes da MRSR, com a diversidade de rodovias federais, o transporte fluviolacustre entre as lagoas dos Patos e Mirim, e o porto marítimo de Rio Grande, que propiciam fortalecimento da estrutura produtiva, ao passo que na "meso" de Xingó não há uma única instituição federal de ensino superior e a sua malha rodoviária constitui-se predominantemente de rodovias estaduais em deficiente estado de conservação, dificultando a atração de investimentos privados e a expansão do sistema produtivo. Ou seja, a falta de investimentos em infra-estrutura básica e social compromete o crescimento econômico e o desenvolvimento social desta região.

Neste sentido, a PNDR e o PROMESO podem servir como instrumentos que reacendem o debate e o mantêm vivo, alicerçados, sobretudo, na mobilização dos atores locais, que os fazem de protagonistas, redefinindo assim uma

nova política regional que, segundo Bandeira (2006), esteve por muito tempo centrada na oferta de incentivos e/ou na transferência de recursos públicos para as áreas menos favorecidas.

Por fim, compete à sociedade e aos agentes institucionais dar prosseguimento e vida nova ao debate sobre a questão regional brasileira, com o intuito de reparar a enorme dívida social que se tem com mais de um terço da população do País, que vive na linha da pobreza extrema, em regiões de profunda carência, e que exhibe uma continuada força de resistência.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- BANDEIRA, P. Mesorregiões como escala para políticas regionais: articulação de atores e gestão territorial. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.225-267.
- BRASIL. Ministério da Integração. *Programas e ações*. Disponível em: < <http://www.integracao.gov.br> > Acesso em: 10 out. 2007.
- FIGUEIRÊDO, L. As novas teorias do crescimento econômico – contribuição para a política regional. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.123-142.
- ILHA, A. et al. *Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da metade sul*. Porto Alegre: FEE, 2006.
- IBGE. *Censos demográficos*. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em : 04 out. 2007.
- LEMOS, M. B. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: DINIZ, C.; CROCCO, M. (Org.). *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. p.173-193.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do desenvolvimento humano*. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br> > Acesso em: 07 out. 2007.
- STÜLP, V.; FOCHEZATTO, A. *A evolução das disparidades regionais no Rio Grande do Sul: uma aplicação de matrizes de markov*. Belo Horizonte: Nova Economia, 2004.
- VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 101-119, dez. 2001.
- _____. Vicissitudes da governança cidadã: os Conselhos Regionais gaúchos (Corede). *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, v. 8, n. 13, p. 19-27, jan. 2006.
- VERGOLINO, J.; JATOBÁ, A. Os determinantes do crescimento da população e do emprego das microrregiões do Nordeste do Brasil – 1970/1996: uma abordagem econométrica. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 31, n. Especial, p.738-752, nov. 2000.

Elementos de interpretação do “Ciclo Sistêmico de Acumulação”¹ norte-americano

Pedro Eduardo Santana Tupinambá*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O SIGNIFICADO DE “HEGEMONIA MUNDIAL” E LIDERANÇA

A discussão sobre os chamados “Ciclos Sistêmicos de Acumulação” de Giovanni Arrigui (1996), a partir das experiências históricas de hegemonia e poder dos Estados de Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e, mais recentemente, pelos Estados Unidos, suscita esclarecimentos prévios sobre o significado e implicações do termo “hegemonia mundial” e “liderança”. Nos termos propostos neste trabalho buscaremos analisar como esses termos se enquadram no entendimento da globalização capitalista em paralelo à hegemonia norte-americana.

O significado de “hegemonia mundial”, nos termos propostos por ARRIGUI (1996, p.27-28), refere-se à capacidade do Estado de exercer funções de liderança e de governo sobre um conjunto de nações consideradas soberanas, sendo que esse poder implica tanto na gestão e controle do Estado quanto na ação transformadora do sistema em termos do seu modo de funcionamento. Isso permite afirmar que é um tipo de poder associado à dominação,

¹ Artigo apresentado na disciplina “Globalização e Desenvolvimento Regional”, ministrada pelo prof. Dr. Lívio Andrade Wanderley do CME-UFBA (semestre 2006.1).

* Mestrando em Economia pelo CME-UFBA. pedrotupinamba@yahoo.com.br





mediante o uso da força ou ameaça (comportamento coercitivo) ou, em alguns casos, o consentimento.

A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como o poder adicional que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano "universal" todas as questões que geram conflito (ARRIGUI, 1996, p.28).

No que tange ao sentido de liderança, pode ocorrer de um Estado exercer sua função hegemônica ao liderar os demais Estados numa direção desejada, no sentido de aproximá-los em torno de sua própria via de desenvolvimento. Outro problema se refere à dificuldade em compatibilizar interesses de diversas nações com um grupo particular ou uma nação considerada isoladamente. Assim, podemos compreender que essas limitações foram condicionantes para o nascimento e expansão das relações entre o capitalismo e os Estados Nacionais, inicialmente no contexto do chamado "moderno sistema interestatal"², com implicações cruciais sobre a forma de gestão do Estado e o modo de acumulação de capital.

ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

A dependência no fornecimento de equipamento no início da primeira guerra implicou na perda gradativa dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos. Assim, os Estados Unidos assumiram o destaque nas relações internacionais de comércio como o grande fornecedor de suprimentos de material bélico para a Grã-Bretanha, além do controle comercial das máquinas e matérias-primas (ARRIGUI, 1996, p.278).

Até esta fase, os Estados Unidos ainda não tinham participado da guerra. No entanto, a não articulação aos

² Seu aspecto central foi a oposição constante entre as lógicas capitalistas e territorialistas de poder, que se originaram desde a formação dos governos das cidades-estados do norte italiano.

conflitos permitiu que grandes corporações se beneficiassem da guerra nos seguintes aspectos:

- Excedentes comerciais: através dos ganhos do comércio internacional, traduzidos num expressivo excedente líquido de conta corrente (ARRIGUI, 1996, p.279);
- Ganhos de produtividade: ao longo da década de 1920, os ganhos de produtividade se tornaram superiores aos do império britânico, de modo que permitiram acentuar as vantagens competitivas dos negócios norte-americanos;
- Diplomacia do “dólar forte”: maior dependência do sistema mundial de pagamentos frente ao dólar norte-americano. Este momento também resultou na fase de aquisição dos ativos em moeda estrangeira, tornando-os uma grande nação credora (ARRIGUI, 1996, p.282);
- Centralização do poder financeiro mundial: após a Segunda Guerra Mundial, os direitos dos Estados Unidos sobre as rendas geradas no exterior foram superiores em relação aos do império britânico. A principal consequência desse processo foi o controle monopolista da riqueza mundial, sendo que em 1947 as reservas de ouro norte-americanas equivaliam a 70% do total mundial;
- Concentração e centralização da capacidade produtiva e da demanda efetiva mundial. Em 1938, a renda

nacional equivalia à soma das rendas nacionais da Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália e países do Benelux (ARRIGUI, 1996, p.284).

Entre 1914 e 1915, a hegemonia norte-americana desfrutou da chamada “renda de proteção”, assim como nos casos dos ciclos sistêmicos de Gênova, Holanda e Grã-Bretanha, conforme salientou ARRIGUI (1996) na seguinte passagem:

Como em todos os casos anteriores de enriquecimento e conquista de poder prodigiosos, em meio a um crescente caos sistêmico, o grande salto à frente da riqueza e poder norte-americanos entre 1914 e 1915 foi, primordialmente, uma expressão da renda de proteção de que o país desfrutava, numa posição privilegiada na configuração espacial da economia mundial capitalista (p.284-285).

Com a criação do Sistema Monetário Mundial em Bretton Woods através do intermediário de instituições governamentais como o FMI, o Banco Mundial e o Sistema de Reserva Federal norte-americano, a criação do dinheiro mundial ficou sob as responsabilidades de gestão do Estado. Nesse contexto havia uma relação de complementaridade entre as necessidades de segurança e as instituições monetárias e, conseqüentemente, a liquidez mundial centralizou-se no sistema bancário.

A LÓGICA DO PLANEJAMENTO E DA ECONOMIA AUTOCENTRADA

As diferenças entre os regimes de acumulação britânico do século XIX e o regime norte-americano que o procedeu, apesar de ambos serem regimes de dominação e liderança, estão inseridas nas teses de Samir Amin sobre os modelos da economia nacional baseados nos princípios de uma economia extrovertida e autocentrada.

O regime britânico se identifica com uma economia nacional extrovertida no sentido de que a formação, o domínio e a liderança no mercado mundial se estabeleceram de modo complementar e integrado com os países coloniais e estrangeiros.

“A dependência no fornecimento de equipamento no início da primeira guerra implicou na perda gradativa dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos”

No caso da hegemonia inglesa não existiram regimes nem instituições multilaterais ou supranacionais, e a cooperação resultou das próprias características da Inglaterra, que tinha uma economia extremamente aberta e dependente do seu comércio externo. E a própria estabilidade da libra sempre dependeu dos superávits obtidos pela economia colonial da Índia e da cooperação dos bancos centrais da França e Alemanha. O sistema monetário internacional baseado na moeda inglesa não foi objeto de nenhum tipo de acordo ou regime monetário pactuado entre as grandes potências. Ao contrário, foi um sistema que nasceu da adesão progressiva dos demais Estados/economias europeus, obrigados a utilizar a libra nas suas novas investidas comerciais e imperiais sobre um mundo que já era "território econômico" inglês. Foi um período em que a coordenação mundial da Inglaterra foi feita sem regimes ou instituições multilaterais, apenas com o uso dos "poderes estruturais" de que dispunha a Inglaterra (FIORI, 2005, p.70).

Já no regime norte-americano, a natureza autocentrada de sua economia permitiu que seu processo de integração se desse no plano interno a partir do advento das grandes corporações. Esta fase pode ser considerada como o período de revolução das organizações no espaço transnacional, com o aparecimento das grandes corporações verticalmente integradas e burocraticamente administradas.

Entretanto, somente com a criação dos regimes e instituições supranacionais do pós-guerra a ameaça da Guerra Fria e as reais possibilidades de contestação social e política do regime de acumulação permitiu uma maior aproximação da economia norte-americana com os países centrais, conforme as palavras de FIORI (2005, p.71):

Em toda a história do "sistema mundial moderno", o único período em que foi tentado o exercício de uma "governança global", com base num sistema de regimes e instituições supranacionais, foi entre 1945 e 1973, durante a hegemonia dos Estados Unidos, conquistada com a vitória na II Guerra Mundial (...). Na verdade, a economia norte-americana sempre foi fechada, ao contrário da inglesa; só na segunda

“A limitação da concorrência se deu, num primeiro momento, através da reestruturação industrial em torno do aparecimento de grandes conglomerados horizontalmente integrados e o predomínio de instituições financeiras privadas”

metade do século XX é que ela acelerou seu processo de globalização, na hora em que os Estados Unidos exerceram seu poder político para organizar uma "ordem mundial", na qual a cooperação e a convergência entre os principais países capitalistas se deveram muito mais à ameaça da Guerra Fria e ao medo da mobilização das grandes massas insatisfeitas, dentro e fora da Europa, do que à opção por um regime democrático de "governança internacional".

Por outro lado, do ponto de vista dos grandes conglomerados, a integração vertical dos processos de produção e de troca tornou-se a peculiaridade do regime de acumulação norte-americano, sobretudo em resposta à intensificação das pressões competitivas de expansão da economia mundial, centrada inicialmente no Reino Unido.

A queda da lucratividade das empresas norte-americanas, decorrente do cenário concorrencial com o império britânico, foi um forte indício contrário ao princípio da economia competitiva. Desse modo, diversos setores ligados aos grandes conglomerados passaram a criticar a lógica competitiva ou não regulamentada dos grandes setores econômicos como fundamento de organização da sociedade americana e, conseqüentemente, respaldando o regime de integração de natureza autocentrada.

A limitação da concorrência se deu, num primeiro momento, através da reestruturação industrial em torno

“A expressão maior da hegemonia foi a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana”

do aparecimento de grandes conglomerados horizontalmente integrados e o predomínio de instituições financeiras privadas que passaram a investir em empresas ferroviárias e industriais correlatas (ARRIGUI, 1996, p.295).

O grande movimento de centralização do capital dirigiu-se, em seguida, à integração no sentido de que os grandes conglomerados se utilizaram de processos produtivos em torno da integração vertical dos subprocessos de produção e comercialização, especificamente nos aspectos relacionados aos custos de transação, riscos e incertezas na aquisição de insumos e disponibilização dos produtos finais no mercado. A lógica do mercado fora revertida pela lógica econômica permeada pela ação administrativa e do planejamento empresarial em longo prazo.

“CONTROLE”, “SUSPENSÃO” E “SUPERAÇÃO” DO MERCADO

A substituição do mercado pela conduta planejada se manifesta pelo “controle”, “suspensão e “superação” do mercado, conforme salientado no esquema interpretativo de GALBRAITH (1982). Na fase de controle é reduzida ou eliminada a interdependência de ação das unidades de planejamento no interior das firmas frente aos fornecedores e consumidores, ou seja, nas suas relações de compra e de venda no mercado. Nesse aspecto, a hegemonia norte-americana tem como ponto central a sua “capacidade de enquadramento econômico e financeiro e político-ideológico de seus parceiros e adversários” (TAVARES, 1998, p.28), mas, sobretudo, na

racionalização de uma visão única (conservadora), como sendo a melhor escolha possível.

Na suspensão do mercado, as relações contratuais definem preços e quantidades transacionados no longo prazo, mediante, sobretudo, a intervenção do Estado de forma a garantir a compensação dos lucros privados via controle dos preços de oferta, bem como a insuficiência de demanda efetiva.

A superação do mercado é a fase mais importante do processo de mudança do ciclo sistêmico de acumulação britânico para o de tipo americano. O aspecto salutar da superação consiste no controle das fontes de abastecimento ou do mercado consumidor mediante as estratégias competitivas de integração vertical, e que representou a raiz da dominação mundial do capitalismo de corporação norte-americano, proporcionando, inclusive, a proteção contra as incertezas do mercado.

Enquanto o controle do mercado mundial representou a principal fonte de poder do capitalismo britânico do século XIX, o capitalismo de corporações norte-americano superou o mercado, não somente no movimento protecionista que acabou destruindo o sistema britânico, mas principalmente a partir de uma posição de força, na abertura de mercados externos e no controle das maiores economias nacionais (ARRIGUI, 1996, p.298).

A expressão maior da hegemonia foi a implementação do Plano Marshall de reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana, principalmente como resposta ao avanço do Comunismo. No plano econômico, a expressão dessa hegemonia se deu também com o abandono do sistema de paridades fixas em favor do sistema de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes, o que possibilitou um movimento dos capitais privados no sentido do investimento crescente no setor financeiro em contraposição aos investimentos produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que enquanto o regime britânico se identificou com uma economia nacional do tipo extrovertida, ou seja, com matizes ideológicas centradas no princípio

do livre mercado e como condição de desenvolvimento e prosperidade das nações, o regime norte-americano, por outro lado, de natureza autocentrada, desenvolveu seu processo de integração no plano interno, a partir do advento das grandes corporações verticalmente integradas e burocraticamente administradas.

As implicações dessas estratégias de poder – ao lado das vantagens competitivas que dispunha a economia norte-americana em relação à sua capacidade material, financeira e tecnológica – foram fundamentais para orientar a posição hegemônica dos Estados Unidos em torno de seus próprios interesses nacionais, o que constitui, em última instância, um obstáculo para a estabilidade

internacional, assim como ocorreu em relação ao domínio do império britânico.

REFERÊNCIAS

ARRIGUI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

FIORI, José Luís. Sobre o poder global. *Novos Estudos*, 73, p. 61-72, nov. 2005.

GALBRAITH, John Kenneth. *O novo estado industrial*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção os economistas).

TAVARES, Maria da Conceição. FIORI, José Luís (Orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Que vantagem Maria leva?

Mulheres no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador em 2007

Ana Margaret Simões*

Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos**





À semelhança do que se observou para o conjunto do país, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador apresentou resultados bastante favoráveis no ano de 2007. A Pesquisa de Emprego e Desemprego captou que a taxa de desemprego total declinou pelo quarto ano consecutivo, acumulando uma redução de 22,5% em relação ao ano de 2003, e a ocupação cresceu em níveis não experimentados nos últimos 10 anos, devido à criação de 84 mil novas posições de trabalho entre 2006 e 2007. Registraram-se, ainda, avanços na formalização das relações de trabalho – como sugere o crescimento de 8,7% no número de trabalhadores do setor privado com carteira de trabalho assinada – e melhorias nos rendimentos médios dos ocupados (4,3%) e dos assalariados (1,9%).

Esses fenômenos beneficiaram relativamente mais as mulheres que aos homens, especialmente no que tange à ocupação e ao rendimento do trabalho. Com efeito, do total dos 84 mil postos de trabalho gerados em 2007, a metade, 42 mil, foram destinados a elas, o que representou uma elevação de 6,8% no seu nível ocupacional em face de um crescimento de 5,8% observado na ocupação

masculina. Fenômeno análogo ocorreu com os rendimentos médios reais, que cresceram 6,6% para as mulheres e apenas 2,8% para os homens.

As melhorias dos indicadores relacionados à inserção ocupacional das mulheres ocorreram em consonância com a sua crescente incorporação ao mercado de trabalho, favorecida, no momento atual, por uma conjuntura de crescimento econômico. Contudo, esses avanços são ainda insuficientes para superar o enorme fosso que separa homens e mulheres em um horizonte de tempo aceitável.

Em 2007, a taxa de participação das mulheres no mundo do trabalho da Região Metropolitana de Salvador – isto é, a parcela de mulheres com 10 anos de idade ou mais que estão no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desempregada – voltou a crescer (1,7%), depois de três anos de redução, ao passar dos 54,3% registrados em 2006 para os atuais 55,2%. Isso ocorreu devido à entrada de 37 mil mulheres no mercado de trabalho, elevando seu número para 881 mil.

O crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho deveu-se especialmente à entrada de um grande contingente de mulheres pretas (26 mil do total das novas trabalhadoras), das que tinham idade entre 25 e 39 anos (20 mil pessoas) ou 40 a 59 anos (18 mil pessoas) e com instrução de nível médio completo (28 mil mulheres) ou

* Ana Margaret Simões é economista e coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador pelo DIEESE. anasimoes@dieese.org.br

** Luiz Chateaubriand Cavalcanti dos Santos é mestre em sociologia da SEI. luizchateaubriand@yahoo.com.br

havam ingressado no curso superior (7 mil mulheres com o curso incompleto e 6 mil com o curso superior completo)¹.

A taxa de participação dos homens cresceu apenas 0,6% entre 2006 e 2007, em função do acréscimo de 28 mil novos trabalhadores, elevando o contingente masculino na força de trabalho para 936 mil pessoas. Com isso, o número de mulheres na força de trabalho atingiu 48,5%, percentual mais elevado desde o início da PED.

Embora a conjuntura tenha estimulado a participação feminina, a evolução da taxa de desemprego total mostra que as mulheres permanecem encontrando mais e maiores obstáculos ao acesso aos postos ocupacionais que os homens, em razão da existência de mecanismos de seleção que reproduzem as perversas desigualdades existentes na vida social. Em 2007, a taxa de desemprego total das mulheres declinou 6,3%, ao passar dos 27,0% registrados em 2006 para os atuais 25,3%, enquanto a dos homens diminuiu 9,8%, passando de 20,4% para 18,4%, no mesmo período.

Nos últimos quatro anos a redução da taxa de desemprego total tem sido mais intensa entre os homens do que entre as mulheres, de modo que, em 2007, o contingente feminino nessa condição, calculado em 223 mil pessoas, passou a responder por 56,5% dos desempregados da RMS, maior percentual desde 1997.

O desemprego diferencia-se segundo a condição racial: a maior queda da taxa de desemprego total ocorreu entre as mulheres brancas, cujo decréscimo foi de 14,1%, ao passar de 21,4% da PEA em 2006 para os atuais 18,4%; seguidas pelos homens brancos, com 10,2% de redução e taxas de desemprego total calculadas em 14,6% em 2006 e 13,1% em 2007. Os piores resultados foram observados entre a população negra: o desemprego total dos homens negros diminuiu 9,7% (de 21,3% em 2006 para 19,2% em 2007) e, na posição

mais desfavorável, as mulheres negras, com redução de 5,3%, resultando que colocou 27,8% da sua população economicamente ativa na condição de desempregada em 2006 e 26,4% em 2007.

Em relação à ocupação, a PED mostra que em 2007 ela elevou-se em quase todos os setores da atividade econômica, com exceção dos *Serviços Domésticos* e do agregado *Outros*, que inclui agricultura, pecuária, extrativismo vegetal, entre outras atividades. A observação atenta sobre a presença das mulheres nessa população revela que elas ampliaram sua participação nos postos de trabalho, com incremento de 6,8%, enquanto para o contingente masculino esse mesmo resultado representou uma elevação de 5,8% na ocupação.

Embora o número de mulheres ocupadas tenha crescido, não se observaram mudanças na distribuição setorial que indiquem alterações no padrão de inserção ocupacional. Com efeito, a expansão da ocupação entre as mulheres refletiu, principalmente, o dinamismo do setor de Serviços, cujo incremento de 9,2% significou 33 mil novos postos de trabalho destinados a elas e apenas 25 mil aos homens. No Comércio, na Indústria e na Construção Civil, o crescimento do nível de ocupação beneficiou mais os homens que as mulheres, embora tanto no setor de Comércio como na Indústria os resultados também tenham sido positivos para as mulheres, com a criação de 7 mil e 2 mil postos de trabalho, respectivamente. A rigor, em 2007, a ocupação feminina decresceu apenas nos Serviços Domésticos (1,7%), setor em que sua presença é tradicionalmente elevada.

No setor de Serviços, 56,9% das novas posições de trabalho foram destinados às mulheres. No conjunto dos novos postos, cerca de 10 mil estavam nos segmentos de Utilidade Pública, Alimentação, Saúde, Serviços Auxiliares e Outros Serviços, espaços de trabalho para 39,3% do total de mulheres ocupadas.

A Indústria é um espaço de trabalho pouco permeável à presença feminina. Dos novos empregos criados nesse segmento, apenas 22,2% foram destinados a elas, reduzindo ainda mais o número relativo de mulheres nesse setor (em 2006, 26,4%). Além disso, a presença feminina está assimetricamente distribuída na indústria.

¹ Os somatórios dos acréscimos do número de mulheres da PEA feminina se explica pela diminuição absoluta de outras classes. No caso da idade, diminuiu o número de crianças adolescentes e jovens, com idades entre 10 e 17 anos e 18 a 28 anos. O mesmo ocorreu em relação às trabalhadoras analfabetas ou sem escolaridade e aquelas com o curso fundamental incompleto.

Às mulheres são destinados somente os ramos industriais pouco estruturados e com baixas remunerações. Na RMS, o número de mulheres na Indústria apenas supera a barreira de 30% nos ramos da indústria de Alimentação (30,6%), no agregado Outras Indústrias (33,2%) e na Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, onde detêm 62,4% das posições de trabalho.

O crescimento da ocupação no ano de 2007 foi impulsionado pelo emprego assalariado, especialmente pelo incremento da formalização no setor privado. Foram 63 mil novas ocupações com carteira de trabalho assinada no setor privado, significando um crescimento relativo de 12,5%. Movimento idêntico foi observado tanto para a ocupação masculina quanto para a feminina. O emprego com carteira assinada no setor privado elevou-se 13,0% (24 mil ocupações) para as mulheres e 12,1% (39 mil ocupações) para os homens. Em termos relativos, em qualquer posição considerada, exceto nos Serviços Domésticos, o crescimento da ocupação foi relativamente mais favorável para as mulheres que para os homens. Enfatize-se a elevação de 9,1% da ocupação feminina no Setor Público, resultado de 9 mil vagas a mais em relação ao ano de 2006.

A ocupação das mulheres cresceu ainda entre os Autônomos, no setor Privado sem Carteira Assinada e no agregado Outros.

Um último fator merece ser mencionado: a evolução dos rendimentos. Em 2007, o rendimento médio real dos ocupados da RMS teve elevação de 4,3% em comparação com 2006, ficando equivalente a R\$ 828. Esta variação foi a maior desde 1997 tanto para os homens quanto para as mulheres. O rendimento médio real das mulheres registrou elevação de 6,6%, enquanto para os homens a variação foi de 2,8%, passando a valer R\$ 692 e R\$ 953, respectivamente.

Esses resultados reduziram o diferencial entre os rendimentos dos homens e das mulheres em 2007 relativamente

a 2006. Movimento que vem se repetindo constantemente nos últimos anos, com exceção de 2005. Em 1998, as mulheres auferiam cerca 61% do rendimento médio dos homens; em 2006 este percentual elevou-se para, aproximadamente, 70%, chegando a 73% em 2007.

Na observação do rendimento médio por gênero e por setor de atividade econômica constata-se os mesmos resultados na Indústria, no Comércio e nos Serviços. Ou seja, nestes três setores, a distância entre os rendimentos médios de homens e mulheres vem se reduzindo ao longo dos anos. Apesar dos resultados positivos observados, a desigualdade nos rendimentos persiste e é relativamente grande em quase todos os setores, alcançando, aproximadamente, 41% no agregado Outros; 33% na Indústria, 27% no Comércio e 12% nos Serviços.

A persistência de enormes desigualdades entre homens e mulheres em conjunturas de aquecimento da atividade econômica e de melhorias no mercado de trabalho recoloca a urgência de políticas orientadas para a sua superação. Os resultados encontrados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da RMS para o ano de 2007 indicam claramente que os mecanismos de mercado, mesmo em um mercado relativamente regulamentado como é o mercado de trabalho, não são suficientes para a eliminação dessas desigualdades.

Além disso, a literatura sobre trabalho e gênero constata que persistem mecanismos de hierarquização que diferenciam internamente o grupo populacional feminino, segundo as condições de raça, idade, instrução, origem geográfica, aparência etc. Estas questões desafiam os agentes públicos e privados para o desenvolvimento de políticas relativas a sua superação.

REFERÊNCIAS

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. Salvador: SEI, jan. 2008. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 7 mar. 2008.

PAC: um exemplo de planejamento governamental

Eva Maria Cella Dal Chiavon
Secretária da Casa Civil - Governo do Estado da Bahia



O legado deixado pelas décadas de 50, 60 e 70 na área de planejamento governamental foi interrompido face ao agravamento do processo inflacionário, que recrudescceu a partir da década de 80 e, após quase 10 anos de tentativas frustradas de estabilização, só a partir de meados da década de 90 se conseguiu o controle da inflação brasileira.

De lá até aqui, 13 anos se passaram e a estabilidade foi permanentemente perseguida. Porém, pouco se pensou em termos de retomada do desenvolvimento como condição permanente de melhoria de vida da população. Nas décadas passadas o planejamento invocava as políticas públicas para a construção de infra-estrutura necessária ao crescimento da economia. Esta visão era explicitada no pensamento daquele que hoje nos inspira: Celso Furtado. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, do Bando do Nordeste do Brasil – BNB e do Banco da Amazônia – BASA foram iniciativas importantes para o desenvolvimento da industrialização das diversas regiões, sobretudo aquelas consideradas mais atrasadas: Norte e Nordeste.

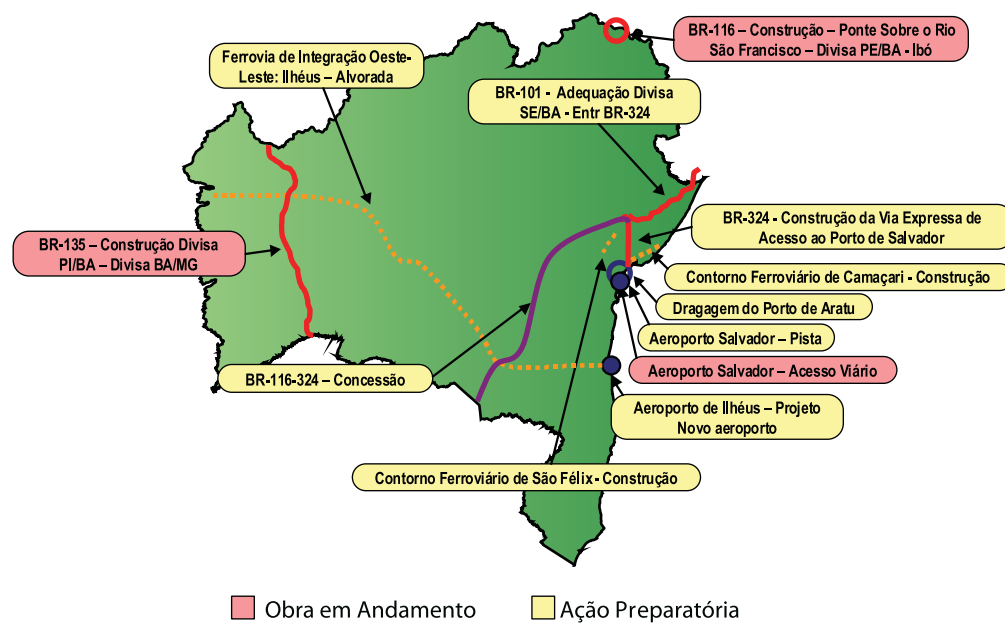
Com a recriação da SUDENE e da SUDAM, em 2007, o governo do Presidente Lula coloca em relevo a importância do desenvolvimento das regiões como parte integrante de um plano de desenvolvimento para o País. Com o lançamento do PAC, as regiões mais atrasadas passam a compor o plano nacional de desenvolvimento, numa retomada das políticas públicas como catalisadoras do desenvolvimento político, econômico e social.

A disposição do governo Lula em perseguir uma agenda para o crescimento econômico vincula-se ao ideário de planejamento de longo prazo com vistas ao desenvolvimento sustentável. Com o PAC, o Brasil desenha um processo de crescimento associado ao atendimento de demandas sociais, com investimentos previstos de R\$ 503,9 bilhões, públicos e privados, programados até 2010. Os eixos contemplados passam pela infra-estrutura energética, social e urbana. Este último reserva investimentos vultosos para as regiões brasileiras, mas sobretudo para o Nordeste. Com esses investimentos o PIB brasileiro sustentará crescimento da ordem de 5% até 2010.

Dentre outras medidas, o PAC contempla, resumidamente:

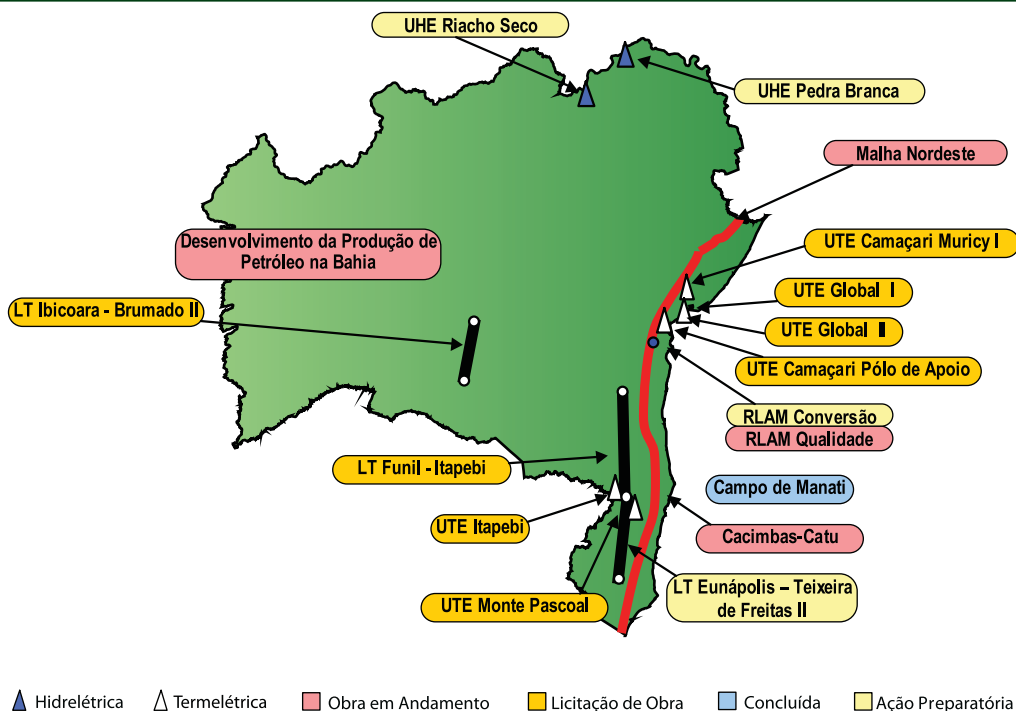
- a) infra-estrutura logística e de transportes, com investimentos em energia, rodovias, ferrovias, portos e saneamento. O governo selecionou Projetos de investimento prioritários em rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento, recursos hídricos (estes com recursos da administração direta, saindo do orçamento da União, via ministérios setoriais e autarquias), além de energia elétrica (via Eletrobrás), gás e petróleo (Petrobras). São investimentos que garantirão a implementação e recuperação da infra-estrutura capaz de eliminar os gargalos que impedem a inversão de novos investimentos. As figuras 1 e 2 destacam os projetos principais nas áreas de logística e energia.

Figura 1
Projetos destacados (Infra-estrutura logística)



Fonte: Relatório Programa de Aceleração do Crescimento Bahia

Figura 2
Projetos destacados (Infra-estrutura energética)



Fonte: Relatório Programa de Aceleração do Crescimento Bahia

b) habitação e saneamento, cuja seleção engloba regiões metropolitanas e municípios que sofrem com a falta de saneamento e suas consequências. O total de recursos anunciados, sob forte orientação de planejamento, tem os seguintes critérios de priorização: 1) ampliação do sistema de esgotamento sanitário de regiões metropolitanas; 2) ampliação do sistema de abastecimento de água; 3) remoção de moradias localizadas em áreas de risco; 4) complementação de obras já iniciadas. O principal foco é a população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal de até três salários mínimos. A Figura 3 destaca os principais projetos nesta área.

As carências na área de saneamento impõem, para um conjunto grande de famílias, condições precárias de vida. Os investimentos nessa área sempre estiveram aquém do aporte necessário para levar o conforto digno aos que habitam as áreas mais carentes. Nas palavras do Presidente Lula fica patente a não priorização de ações nesta área: "Nem sempre no Brasil a classe política levou muito a sério a questão do saneamento básico nas periferias. A impressão que a gente tem é que não são muitos administradores públicos que têm a dimensão da importância de colocar uma manilha debaixo da terra, sabendo que não vai poder colocar o nome de um parente para homenagear e para tirar fotografia durante a campanha." Dentro das prioridades estabelecidas pelo governo

Figura 3
Projetos destacados (Infra-estrutura social e urbana)



Fonte: Relatório Programa de Aceleração do Crescimento Bahia

Quadro 1
Investimentos em reais do PAC: Bahia, 2007 - 2010

EIXO	ESTADO (2007 - 2010)		MUNICÍPIOS	TOTAL
	Empreendimentos exclusivos	Empre. de caráter regional		
INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA	3.343.200.000	4.700.000.000	-	8.043.200.000
INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA	6.117.000.000	3.906.000.000	-	10.023.000.000
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA	4.382.760.900	-	672.433.700,00	5.055.194.600
EMPREENHIMENTOS EXCLUSIVOS	2.865.000.000	-	-	2.865.000.000
SANEAMENTO	976.401.800	-	382.827.800	1.359.229.600
SANEAMENTO FUNASA	223.247.800	-	114.292.600	337.540.400
HABITAÇÃO	318.111.300	-	175.313.300	493.424.600
Total 1	13.842.960.900	8.606.000.000	672.433.700	23.121.394.600
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA				1.100.000.000
EMPRÉSTIMO PARA PESSOA FÍSICA				1.100.000.000
Total (INFRA-ESTRUTURA + EMPRÉSTIMO)				24.221.394.600

Jacques Wagner, o saneamento básico ocupa espaço prioritário, pois sabemos que os seus efeitos sobre a vida cotidiana da população mais carente vão muito além da mera percepção das obras físicas, incluindo, por exemplo, a melhoria dos indicadores de saúde pública (redução das taxas de contágio de infecções diversas, etc.).

A Bahia se insere nessa nova onda de crescimento sob o comando do Governador Jaques Wagner, cuja capacidade de articulação tem preparado o Estado para enfrentar o desafio da área social, tão marcada pelas históricas desigualdades políticas, econômicas e, sobretudo, sociais.

O investimento total do PAC na Bahia monta até 2010 a cifra de R\$ 24,2 bilhões, assim distribuídos: a) Infra-estrutura Logística, R\$ 8.043.200.000,00; b) Infra-estrutura Energética, R\$ 10.023.000.000,00; c) Infra-estrutura Social e Urbana, R\$ 6.155.194.600,00, conforme Quadro 1. Pós 2010, já há programação de mais R\$ 3,0 bilhões, totalizando R\$ 27,2 bilhões.

Com esses investimentos a economia baiana terá, de um lado, sua infra-estrutura logística e de transportes

ampliada para escoar a produção regional e aumentar a competitividade do estado, além de forte apoio ao turismo, haja vista os investimentos previstos nos aeroportos e nas estradas, ao mesmo tempo em que garantirá segurança energética para a região com a ampliação da malha de gasodutos, ampliação da produção de petróleo e modernização do parque de refino.

De outro lado, irá dotar de sentido a vida de inúmeras famílias até então distanciadas das políticas públicas e das oportunidades de trabalho. A estratégia na área de infra-estrutura social e urbana é universalizar o acesso à energia elétrica, garantir transporte de massa de qualidade com a conclusão das obras do Metrô, ampliação do sistema de esgotamento sanitário da RM de Salvador, despoluição da Baía de Todos os Santos e recuperação dos mananciais, ampliação do sistema de abastecimento de água em Salvador e diversos municípios, ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Juazeiro – entre outros municípios –, erradicação de palafitas e remoção de moradias localizadas em beiras de córregos e áreas de risco.

Dessa forma o ambiente econômico e político implementado pelo Presidente Lula tem possibilitado se pensar num horizonte de longo prazo, com técnicas de planejamento governamental, visando a implementação efetiva de medidas para o desenvolvimento econômico e social.

Com isso, o governo da Bahia vem realizando, em diversas frentes, investimentos para potencializar a criação de mais empregos, a distribuição de renda e a oferta de serviços, como de educação e saúde, para garantir um padrão de vida digno às famílias. A superação do atraso da Bahia traduz-se em processo complexo que envolve não só vontade política, mas também capacidade de

articulação e gestão dos recursos públicos em favor do bem comum.

Assim, o governo da Bahia, em sintonia com o governo do presidente Lula, está voltando a utilizar o planejamento como uma ferramenta chave para ajudar a reintegrar aquilo que foi dissociado nos anos recentes: crescimento econômico com desenvolvimento social. A nossa proposta é fomentar o crescimento econômico da Bahia de maneira que os benefícios possam ser aproveitados pelo maior número possível de baianos. Essa é a força motriz do Governo Wagner; sem isso nosso esforço não valerá a pena.

BAHIA EM ANÁLISE

A linha editorial da SEI
que focaliza os dados pra você



Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.

Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do Estado no período.



Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.

FAÇA DOWNLOAD GRATUITO NO SITE
WWW.SEI.BA.GOV.BR/PUBLICACOES OU
ADQUIRA NA BIBLIOTECA RÔMULO
ALMEIDA - SEI. TEL: 71 3115-4748
WWW.SEI.BA.GOV.BR

“Extração de Minerais não-metálicos” **deverá gerar R\$ 3,8 bilhões** em investimentos industriais até 2012.

No volume global dos investimentos industriais previstos, o estado da Bahia deverá somar um montante de R\$ 16,6 bilhões até 2012, o que agrega 424 projetos.

Segundo a classificação por Territórios de Identidade, os investimentos estão concentrados no território Metropolitana de Salvador com um volume de aproximadamente R\$ 4,0 bilhões e 203 projetos previstos. Em seguida vem o Extremo Sul que agrega um montante de R\$ 3,5 bilhões e 12 projetos em vista de implantação e o Sertão Produtivo com R\$ 3,7 bilhões e 4 empresas com intenção de investimento nesta área. Este território vem se destacando na atividade mineral e de beneficiamento, principalmente extração de minérios.

Nas atividades econômicas, os investimentos estão concentrados na atividade de extração de Minerais não-metálicos que agrega cerca de R\$ 4,0 bilhões aproximadamente, correspondendo a 23% dos investimentos totais, voltados principalmente para a extração de minérios de ferro e fabricação de cerâmicas. Destaca-se também, a atividade de Papel e Celulose que totaliza R\$ 3,0 bilhões em 15 projetos, concentrando 18,6% do total dos investimentos previstos, voltadas principalmente para a atividade de fabricação de papel. Além desse setores, destaca-se a atividade de Petróleo e Derivados que deverá investir entre implantações e ampliações cerca de R\$ 2 bilhões, Alimentos e Bebidas (R\$ 1,4 bilhões e 79 projetos) e Produtos Químicos (R\$ 2,0 bilhões e 81 projetos).

Esta política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial do estado com a vinda de grandes empreendimentos como a FORD e sistemistas, e a Veracel. Esta ação governamental com o objetivo de desenvolver o setor industrial baiano vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos especiais. Atualmente, esses incentivos podem ser solicitados via Programa Desenvolve, cujo objetivo é de conceder benefícios fiscais para as empresas dos mais variados setores que tenham a intenção de investir no estado.



Tabela 01
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade
2008 - 2012

Complexo	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº. de projetos	Volume (%)	Projeto (%)
Agroalimentar	1.411.775.907	83	8,5	19,6
Atividade mineral e beneficiamento	4.316.428.611	27	26,0	6,4
Calçados/Têxtil/Confecções	891.097.897	46	5,4	10,8
Complexo madeireiro	3.097.510.145	19	18,6	4,5
Eletroeletrônico	147.758.345	47	0,9	11,1
Metal-mecânico	523.348.343	38	3,1	9,0
Químico-petroquímico	4.226.435.688	92	25,4	21,7
Transformação petroquímica	748.048.145	62	4,5	14,6
Outros	1.258.890.019	10	7,6	2,4
Total	16.621.293.101	424	100,00	100,00

Fonte: SICM

Elaboração: COINC/SICM

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31.04.2008

Tabela 02
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade
2008 - 2012

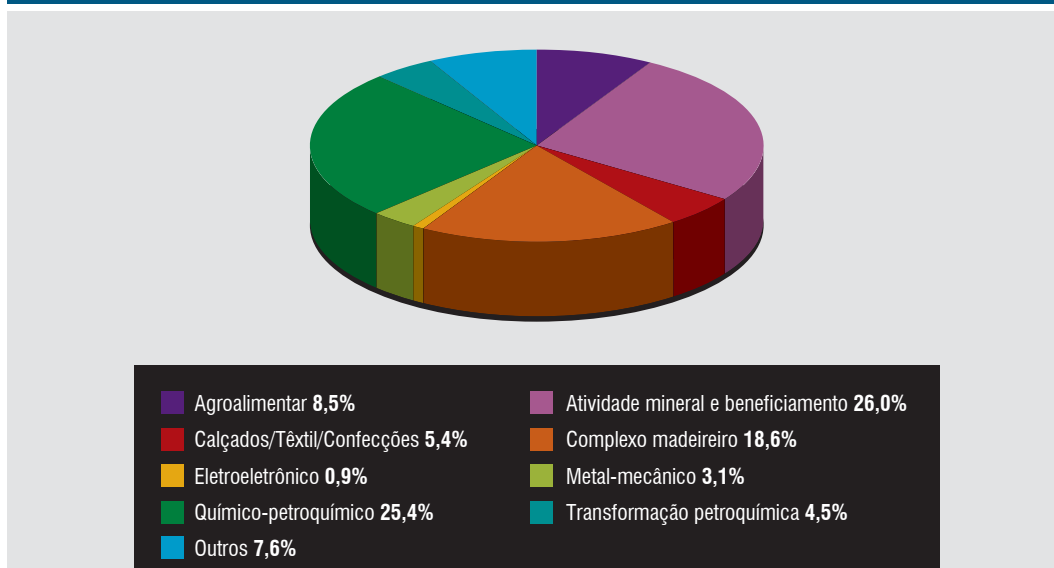
Território	Volume (R\$ 1.000,00)	Nº. de projetos	Volume (%)	Projeto (%)
A definir	673.349.667	16	4,0	4,0
Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	338.359.785	16	2,0	4,0
Bacia do Jacuípe	13.364.490	2	0,0	0,0
Baixo Sul	644.642.531	4	4,0	1,0
Chapada Diamantina	4.322.137	4	0,0	1,0
Extremo Sul	3.529.670.366	12	21,0	3,0
Irecê	22.193.000	2	0,0	0,0
Itapetinga	172.770.227	10	1,0	2,0
Litoral Sul	59.596.557	37	0,0	9,0
Médio Rio das Contas	480.736.237	10	3,0	2,0
Metropolitana de Salvador	3.924.033.927	203	24,0	48,0
Oeste Baiano	466.141.098	9	3,0	2,0
Piemonte da Diamantina	22.975.297	2	0,0	0,0
Piemonte do Paraguaçu	26.910.161	5	0,0	1,0
Piemonte Norte do Itapicuru	22.000.000	1	0,0	0,0
Portal do Sertão	307.266.134	39	2,0	9,0
Recôncavo	2.000.747.268	16	12,0	4,0
Semi-Árido Nordeste II	12.336.622	2	0,0	0,0
Sertão do São Francisco	47.904.375	7	0,0	2,0
Sertão Produtivo	3.740.083.086	4	23,0	1,0
Sisal	3.200.000	2	0,0	0,0
Vale do Jiquiriçá	23.183.000	5	0,0	1,0
Velho Chico	3.000.000	1	0,0	0,0
Vitória da Conquista	82.507.136	15	0,0	4,0
Total	16.621.293.101	424	100	100

Fonte: SICM

Elaboração: COINC/SICM

Nota: Dados preliminares sujeitos a alterações. Coletados até 31.04.2008

Investimentos previstos para a Bahia - 2008/2012
Participação por complexo de atividade



Fonte: SICM

Elaboração: COINC/SICM

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 31/04/08

METODOLOGIA DA PESQUISA DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS PREVISTOS

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site da SEI, com dados a partir de 1999, apresentando valores acumulados.

WWW.SEI.BA.GOV.BR

Jornal da SEI

INFORMATIVO DA SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

I

ABRIL/MAIO 2008 ANO 2 NÚMERO 1

Geotecnologia de ponta

Nova cartografia pode tornar a Bahia referência no país

Comissão Estadual de Cartografia (Cecar), coordenada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão da Secretaria do Planejamento (Seplan), tematizou e aprovou uma proposta de construção de uma nova base cartográfica para o estado. O projeto vem sendo discutido desde 2007, quando a SEI deflagrou o debate sobre a urgência de rever a cartografia antiga, que data das décadas de 1970 e 1980. A implementação da proposta colocará a Bahia em posição de vanguarda no país, com uma base construída a partir de imagens de alta resolução e cobertura de todo o território estadual.

A cartografia, pela primeira vez, está sendo tratada como uma política de estado, com um projeto de longo prazo, apesar dos resultados palpáveis "já no próximo ano", diz o diretor geral da SEI, José Geraldo Reis. A proposta foi aprovada na última reunião plenária da Cecar, em fevereiro, e pela Secretaria do Planejamento.

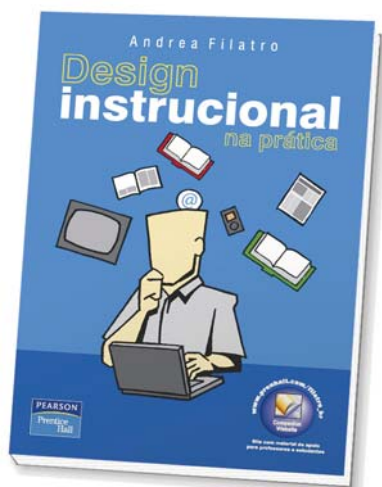
Representantes da Cecar estiveram em Brasília, em abril, para discutir a proposta de Serviço Geográfico



Exemplo de imagens de satélite utilizadas para a nova cartografia

O mais novo informativo da SEI deixa você por dentro das novidades da pesquisa e estatística na Bahia. O Jornal da SEI traz notícias sobre a conjuntura econômica, social, municípios, informes da instituição, lançamentos e dicas, em edição bimensal. A distribuição é gratuita e dirigida a órgãos públicos e faculdades.

www.sei.ba.gov.br



DESIGN INSTRUCIONAL

Com o propósito de ser um verdadeiro facilitador, este livro aborda, passo a passo, todos os aspectos do design instrucional relacionados a um curso on-line, como a construção de roteiros e storyboards, design de conteúdos multimídia, de interface e interação.

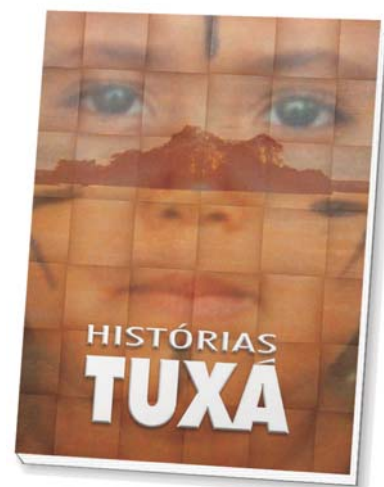
Dirigido a todos os profissionais envolvidos com a educação a distância que buscam a capacitação em desenvolvimento e produção de conteúdo on-line, *Design Instrucional* apresenta seu conteúdo por meio de dicas e exemplos baseados na vasta experiência da autora, que fazem desta uma obra indispensável.



HISTÓRIA DAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

Essa publicação narra a trajetória da atividade estatística do país, desde a Independência. Seu autor, Nelson Senra, vem se dedicando ao estudo dessa trajetória, tomando as estatísticas como objeto de estudo, e não como meio de análise. Este é o terceiro volume da série, e abrange o período de 1936-1972, quando se deu a definitiva afirmação do sistema estatístico brasileiro, tendo o IBGE como sustentáculo.

Disponível na Biblioteca da SEI



HISTÓRIAS TUXÁ

Símbolo da resistência para preservação de seu povo, cultura e tradições, a comunidade indígena Tuxá reúne suas memórias no livro *Histórias Tuxá*, dedicado às crianças da aldeia e a todos que tiverem a curiosidade de conhecer um pouco do universo Tuxá, através de uma leitura leve, divertida e permeada de valores. O livro organizado pelas professoras Tuxá "Aldenora Almeida e Maria do Socorro Araújo" reúne uma coletânea de 22 histórias contadas pelos mais velhos, catalogando assim para as gerações futuras, a memória e a tradição do povo Tuxá.



MATRIZ ENERGÉTICA: CENÁRIOS, OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Editada pela Confederação Nacional das Indústrias – CNI, a publicação tem como objetivo expor cenários de diversificação da matriz energética nacional. São apresentadas oportunidades e desafios para o futuro da energia no Brasil com base no panorama energético mundial.

Disponível na Biblioteca da SEI.



PARA ENTENDER A CONJUNTURA ECONÔMICA

Saber interpretar adequadamente os acontecimentos do dia-a-dia em economia é um desafio permanente para profissionais da área. A ciência econômica oferece instrumentos de modelagem bastante sofisticados para servir a esse propósito. Porém, para que esse ferramental seja empregado adequadamente, é necessário saber usar a informação estatística disponível. O livro oferece ao leitor, em uma linguagem simples e direta, os principais conceitos econômicos medidos nas estatísticas de conjuntura, tornando-se, assim, referência indispensável aos cursos de economia e ciências sociais.



RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL 2007

O Instituto Sangari, a Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana – RITLA - e o Ministério da Ciência e Tecnologia divulgaram esse relatório com o propósito de verificar a evolução da situação da juventude brasileira nos últimos anos. Essa publicação permite distinguir avanços, realizações, limitações e problemas da juventude brasileira, no sentido de tornar possível um Brasil mais equilibrado e justo para as próximas gerações.

Disponível na Biblioteca da SEI.

Conjuntura Econômica Baiana



Nos primeiros meses de 2008, todos os setores agregados da atividade econômica baiana registraram expansão, mantendo assim as expectativas do início do ano. Comércio varejista, atividade econômica de Salvador, produção industrial, mercado de trabalho e comércio exterior são alguns dos indicadores que apontam o momento de expansão da economia. Por outro lado, a elevação dos preços emerge como uma potencial restrição para o crescimento estável.

A produção da indústria baiana de transformação registrou, segundo a PIM-IBGE, crescimento de 3,7% no primeiro trimestre de 2008, na comparação com o mesmo período de 2007. Os segmentos que registraram as maiores altas foram: *borracha e plástico* (14,8%), *minerais não-metálicos* (8,0%) e *alimentos e bebidas* (7,9%). Por outro lado, o setor de refino de petróleo e álcool, com forte peso na indústria baiana, registrou queda de 0,6%.

A balança comercial baiana registrou, nos primeiros quatro meses de 2008, expansão tanto das exportações quanto das importações. Entre janeiro e abril de 2008, as exportações registraram crescimento de 22,0%, com valor total exportado de US\$ 2,6 bilhões, enquanto as importações cresceram 25,9%, totalizando US\$ 2,1

bilhões. No período, o saldo comercial fechou com *superávit* de US\$ 484 milhões.

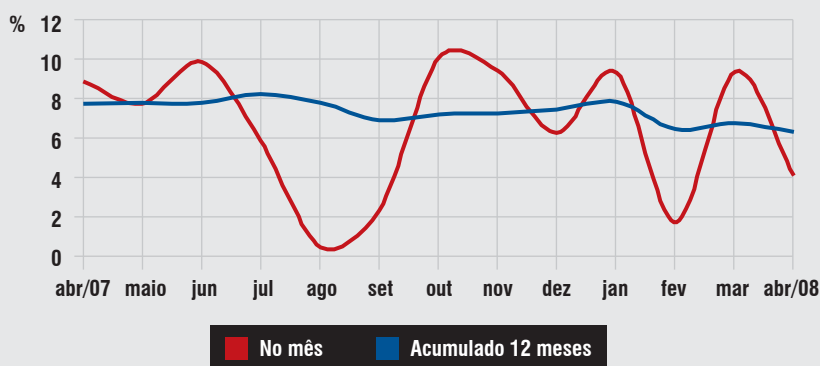
O comércio varejista mantém a tendência de crescimento verificada nos últimos anos. Nos três primeiros meses de 2008, a atividade comercial cresceu 8,8% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os segmentos que evidenciaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *outros artigos de uso pessoal e doméstico* (25,2%), *livros, jornais e papelaria* (23,9%) e *móveis e eletrodomésticos* (21,6%). As vendas de veículos, motos e peças registraram crescimento de 21,1% no mesmo período.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou alta de 2,5% entre janeiro e abril de 2008. Se compararmos com o mesmo período do ano anterior, esta taxa é 1,0 p.p maior do que a verificada entre janeiro e abril de 2007.

No mercado de trabalho, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa média de desemprego em 2008 está em 20,6%, enquanto o rendimento médio dos trabalhadores apresenta crescimento de 8,4% comparando-se o primeiro trimestre de 2008 ao primeiro trimestre de 2007.

O Índice de Movimentação Econômica (IMEC), que mede a atividade econômica no município de Salvador, registrou em abril de 2008, crescimento de 4,1% na comparação com o mesmo mês de 2007. Esse resultado corresponde à metade do resultado do mês de março. Em decorrência dessa queda registrada em abril, o índice no acumulado dos doze meses também apresentou redução, ao passar de 6,7% em março para 6,3% no mês atual.

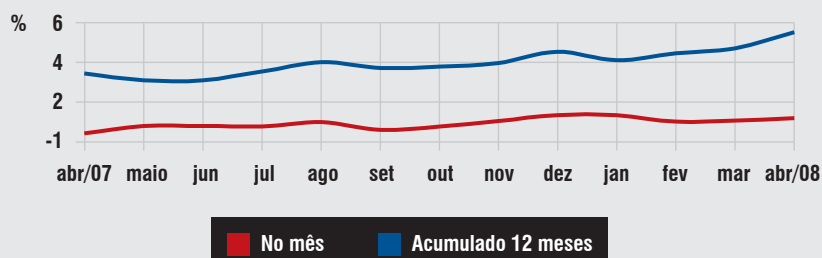
Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

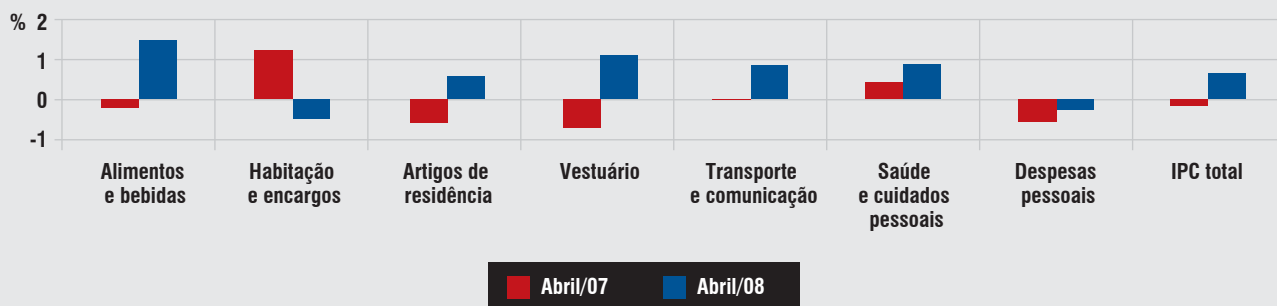
No mês de abril de 2008, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou variação positiva de 0,6%, taxa muito superior à registrada no mesmo mês do ano passado, quando houve queda de 0,16%. No acumulado dos doze meses a tendência de elevação dos preços foi mantida, uma vez que verifica-se acréscimo de 0,9 p.p., passando de 4,3% para 5,2%. *Alimentos e bebidas* (12,1%) e *despesas pessoais* (6,1%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

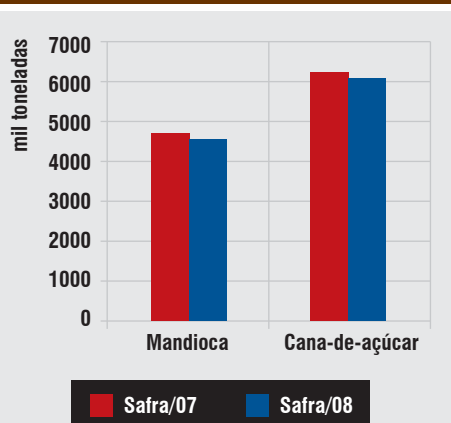
Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador



Fonte: SEI. Elaboração: CAC - SEI

Os grupos *alimentos e bebidas* (1,5%) e *vestuário* (1,1%) apresentaram, no mês de abril, as maiores contribuições para a elevação da inflação em Salvador. Com relação a esses grupos, os subgrupos *alimentação no domicílio* (2,0%) e *calçados e outros apetrechos* (1,4%) foram os que apresentaram as maiores variações no período, determinadas pelo aumento de alguns produtos, tais como: *tomate* (23,7%), *pão francês* (9,5%), *cinto feminino* (19,8%) e *mochila* (14,8%). Os grupos de *despesas pessoais* (-0,2%) e *habitação e encargos* (-0,6%) registraram variação negativa no referido mês.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia

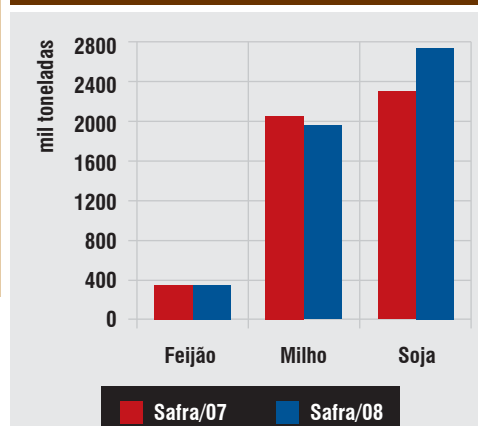


Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Os resultados para a safra baiana de maio de 2008, divulgados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, apresentam previsões de queda de 3,0% para a produção de mandioca no estado. A cana-de-açúcar também segue a mesma tendência, com queda de produção em torno de 2,3% em relação à safra anterior, que foi influenciada positivamente pelos preços do álcool e do açúcar nos mercados interno e externo.

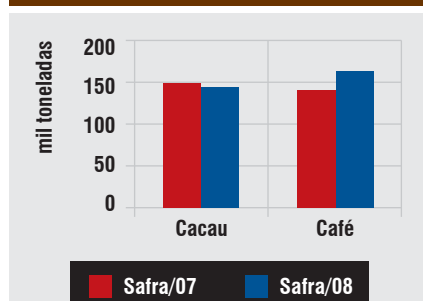
As estimativas de maio de 2008 para a safra de feijão apresentam estabilidade em relação ao ano anterior, chegando a aproximadamente 350 mil toneladas. O milho apresenta queda em relação à safra 2007, com variação de 4,4% na produção. Tal desempenho do milho é fruto, em especial, do desaquecimento da produção em relação ao ano anterior, que foi motivado pelos mercados internacionais. A produção de soja apresenta crescimento de 19,6%, mantendo comportamento positivo em relação à safra anterior. As boas condições climáticas favorecem o cultivo no Oeste.

Estimativa da produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

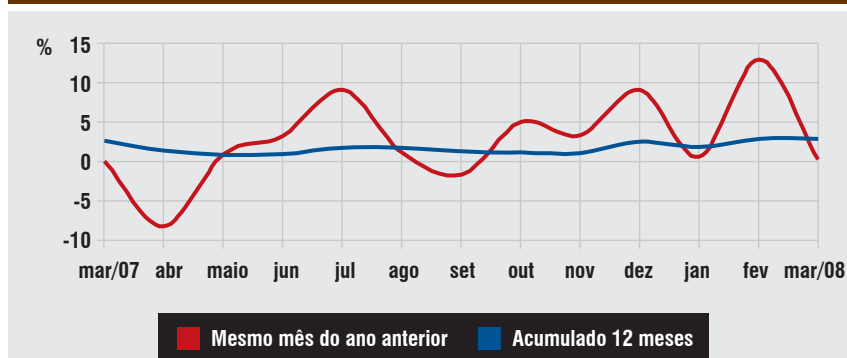
Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



Fonte: LSPA/IBGE. Elaboração: CAC - SEI

As estimativas para a produção de cacau em maio de 2008 são de queda (3,9%) em relação ao desempenho do ano passado, ficando em torno de 143 mil toneladas. Já a safra de café este ano apresenta crescimento de 16,2%. Esse crescimento pode ser explicado, principalmente, pela superação da fase de baixa no ano passado, na qual os produtores enfrentaram a prática de podas drásticas (recepta), aliadas ao menor índice de ocorrência de floradas na região do planalto (tradicional), ao baixo uso de insumos, à substituição do café pelo eucalipto e à biennialidade negativa.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia

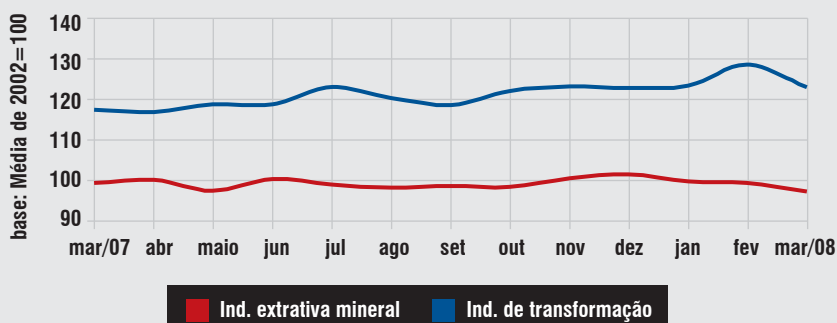


Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

A indústria de transformação baiana fechou o primeiro trimestre de 2008 com crescimento de (3,8%). Esta taxa é 1,4 p.p. superior a apurada no mesmo período de 2007. Em termos mensais, o índice de março de 2008 apresentou estabilidade na comparação com março de 2007. No acumulado dos doze meses, a produção também apresentou estabilidade na passagem entre fevereiro e março de 2008, uma vez que o índice manteve o crescimento de 2,4%. Os segmentos que apresentaram as maiores altas no acumulado dos doze meses foram: *borracha e plástico* (13,6%), *minerais não-metálicos* (9,4%) e *papel e celulose* (5,4%).

A série livre de influências sazonais da indústria de transformação apresenta queda em março de 4,5% quando comparada com o mês imediatamente anterior; os segmentos da indústria que apresentaram as maiores retrações foram: *celulose, papel e produtos de papel* (-12,5%) e *minerais não-metálicos* (-7,9%). Por outro lado, *borracha e plástico* (9,4%) e *metalurgia básica* (5,0%) foram os únicos setores que apresentaram crescimento. A indústria extrativa apresentou queda de 2,3%.

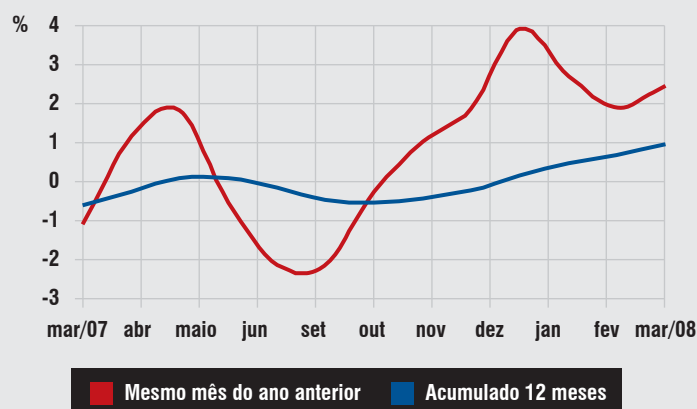
Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

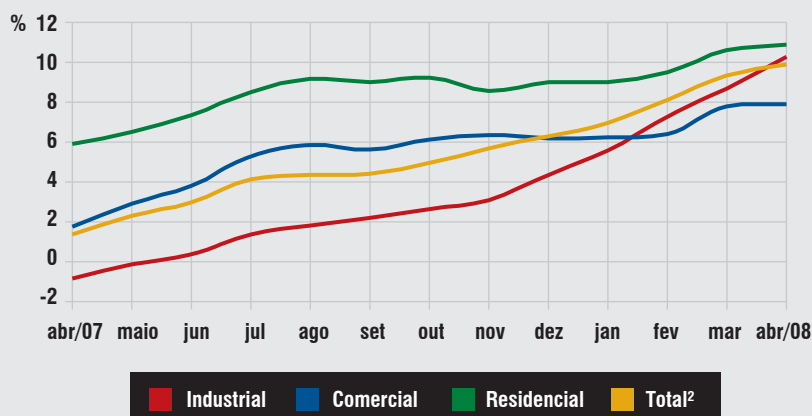
O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em março de 2008, crescimento de 2,2% em relação ao mesmo mês de 2007. No acumulado dos doze meses, a taxa fechou com crescimento de 0,8%, mantendo assim a tendência de crescimento na geração de empregos na indústria. Com relação ao acumulado dos doze meses, cabe destacar o crescimento nos segmentos de: *máquinas e equipamentos, exclusive elétrico-eletrônicos, de precisão e de comunicações* (19,9%); *vestuário* (8,3%) e *calçados e couros* (4,7%), que apresentaram as maiores taxas de crescimento na expansão dos postos de trabalho.

Taxa de variação do pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia



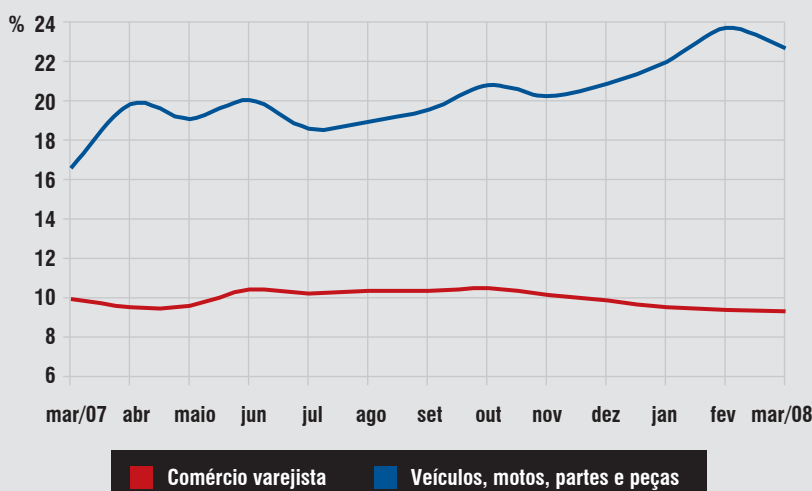
Fonte: COELBA/CO/CGM Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária
O consumo industrial corresponde a COELBA

O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de abril de 2008, acréscimo de 162,68% em relação ao mesmo mês de 2007, fechando o primeiro quadrimestre com crescimento de 14,06%. No acumulado dos doze meses, todos os setores analisados registraram expansão no consumo de energia, a saber: *residencial* (11,2%), *industrial* (10,67%), e *comercial* (8,20%). Vale salientar que o consumo industrial refere-se a COELBA e CHESF.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia

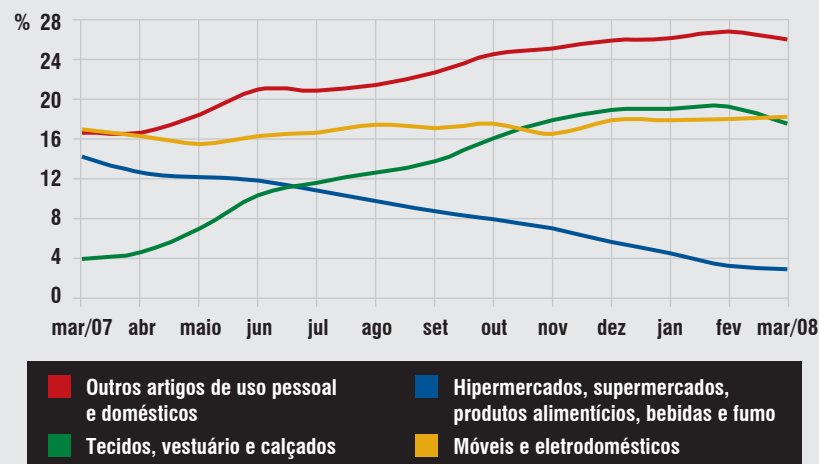


Fonte: PMC-IBGE Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE), em março de 2008 o volume de vendas do varejo baiano cresceu 8,5%, comparado a março de 2007. No primeiro trimestre o incremento foi de 8,8%. Essa variação positiva foi percebida em sete dos oito ramos que compõem o Indicador do Comércio. No segmento de veículos, motos, que não faz parte do setor, constatou-se, no período, um crescimento de 21,1%. Para os últimos 12 meses a expansão nas vendas desse setor foi de 22,8%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



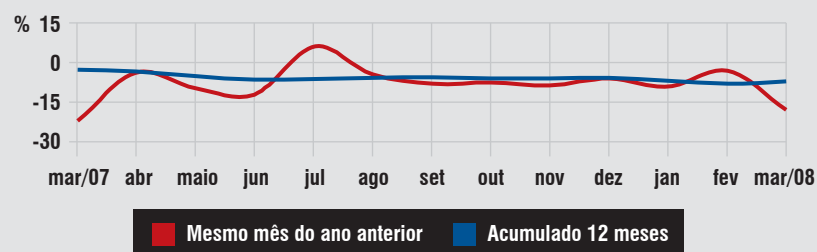
Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado nos últimos 12 meses

No primeiro trimestre de 2008, em comparação com o mesmo período do ano passado, identifica-se que o segmento hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo foi, dos oito ramos que compõem o Indicador, o único a apresentar taxa negativa (-0,3%). Este comportamento está relacionado à base comparativa elevada e ao aumento dos preços dos produtos alimentícios. Apesar disso, no acumulado dos 12 meses, esse segmento apresenta taxa positiva de 2,6%.

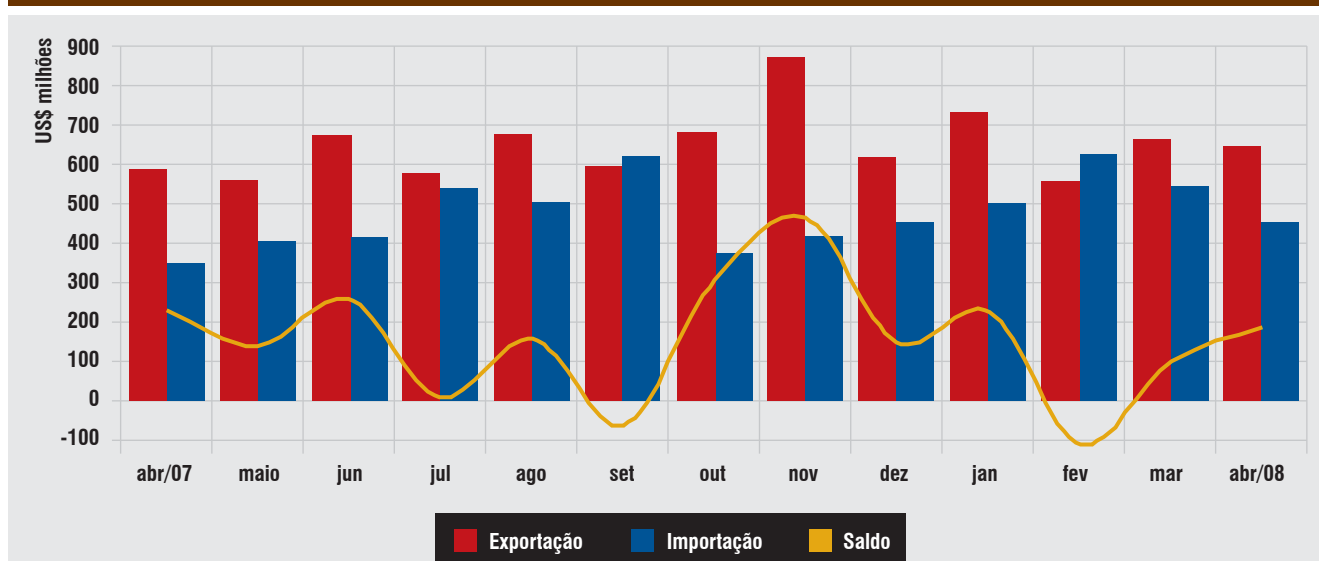
Em março de 2008 foram emitidos 336,6 mil cheques sem fundos na Bahia, implicando em queda de 17,6% na comparação com o mesmo mês de 2007. As sucessivas taxas negativas registradas no decorrer de 2007 determinaram a trajetória de queda também no acumulado dos doze meses. Desde o mês de março de 2007 têm-se verificado taxas negativas no acumulado dos doze meses, culminando com taxa de 6,9% no mês de março de 2008.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia



Fonte: Bacen. Elaboração: CAC - SEI

Balança comercial - Bahia



Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

As exportações baianas somaram, em abril de 2008, US\$ 650,4 milhões, e as importações, US\$ 452,5 milhões, determinando superávit mensal de US\$ 197,9 milhões. Confrontando abril de 2008 com o mesmo mês do ano anterior, as exportações baianas apresentaram acréscimo de 10,3%. No que se refere à balança comercial baiana, após um período de tendência declinante – entre novembro/2007 e fevereiro/2008 – verifica-se uma nova tendência de expansão, com a mesma alcançando, até o mês de abril, superávit de US\$ 485,0 milhões.

As exportações por fator agregado, na comparação entre abril de 2008 e abril de 2007, registraram queda nas vendas de produtos básicos (12,6%) e crescimento nas vendas de produtos industrializados (25,8%). Já no acumulado dos 12 meses, tanto as exportações dos básicos como os industrializados registraram variações positivas de 25,7% e 11,6%, respectivamente.

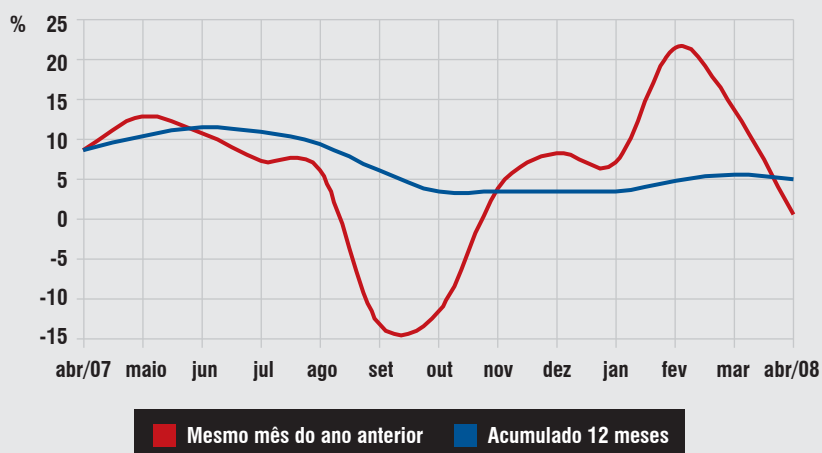
Taxa de variação das exportações baianas por fator agregado¹ - Bahia



Fonte: SECEX. Elaboração: CAC - SEI

¹ Acumulado 12 meses

Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes - Bahia

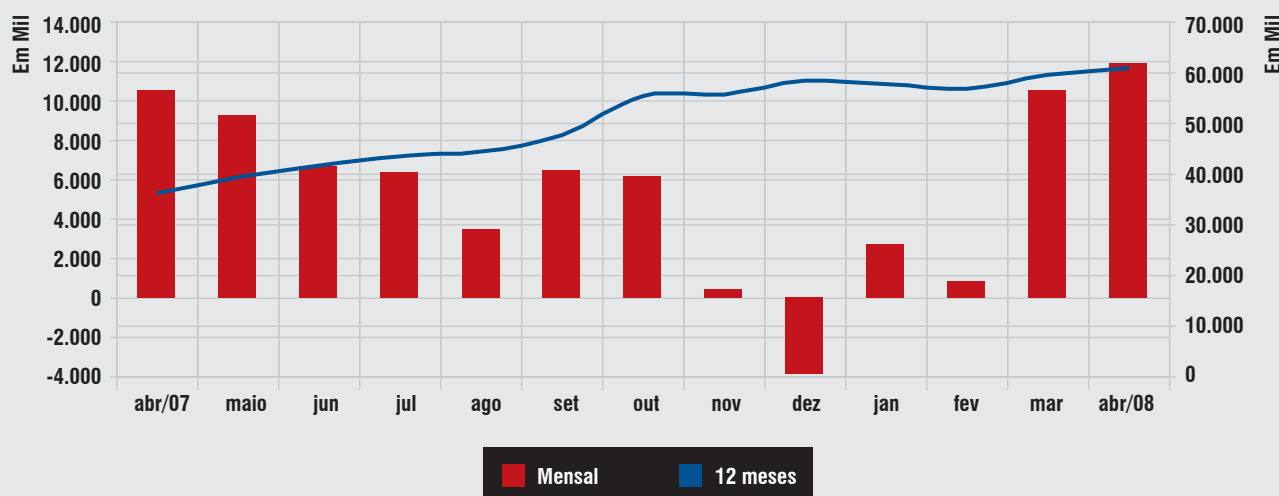


Fonte: SEFAZ/SAF/DICOP. Elaboração: CAC - SEI
Deflator IGP-DI

A arrecadação de ICMS no Estado da Bahia registrou, em abril de 2008, acréscimo de 0,6% na comparação com o mesmo mês de 2007, arrecadando, somente neste mês, aproximadamente R\$ 760 milhões. No quadrimestre, foram arrecadados aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, com crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, apontando uma trajetória de crescimento.

A geração de emprego na Bahia continua mantendo trajetória de crescimento, conforme os dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). Em abril, registrou-se um saldo positivo de 11.990 postos de trabalho. Na série histórica que se iniciou em janeiro de 2002, esse foi o melhor resultado para um único mês. Com o resultado do mês de abril, o saldo de empregos gerados nos doze meses chegou a 61.192 vagas.

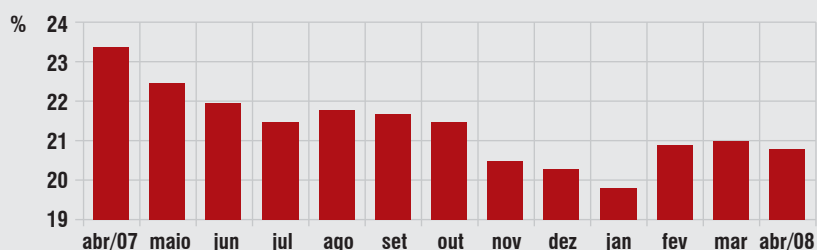
Geração de empregos celetistas na Bahia



Fonte: CAGED. Elaboração: CAC - SEI

Uma ligeira redução na Taxa de Desemprego foi captada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no mês de abril/2008, que passou de 21,0% em março de 2008 para os atuais 20,8%. A saída de 12 mil pessoas da população ocupada justifica esse resultado, assim como a redução da População Economicamente Ativa (PEA) em 20 mil pessoas; o contingente de desempregados foi estimado em 379 mil pessoas. Em relação a abril de 2007, houve redução de 11,1% no total de pessoas desempregadas.

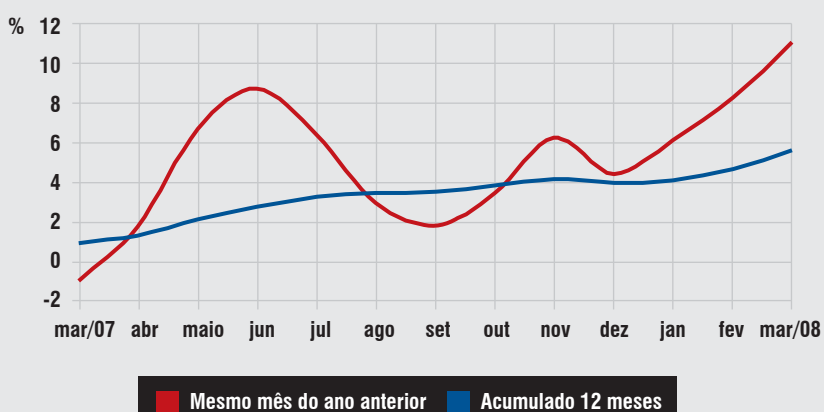
Taxa de desemprego total - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

O rendimento médio real dos Ocupados no mês de março de 2008, em comparação ao mesmo mês de 2007, apresentou alta de 11,0%, conforme a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para a Região Metropolitana de Salvador (RMS); nos doze meses, verifica-se crescimento de 5,7% nesse rendimento. Entretanto, no que se refere à massa de rendimentos, verificou-se uma queda de 1,5%, segundo a mesma pesquisa. O rendimento real médio dos ocupados foi estimado em R\$ 887,00 para o mês de março de 2008.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS



Fonte: PED-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Ocupados no trabalho principal

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Abr./2008						
Grandes Grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	abril/07	abril/08	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Jun/07 = 100	Jun/94 = 100
Alimentos e bebidas	-0,22	1,47	4,68	12,07	112,27	274,89
Habitação e encargos	1,22	-0,49	0,38	4,21	103,59	710,23
Artigos de residência	-0,59	0,55	-2,84	-4,57	94,97	218,53
Vestuário	-0,73	1,09	-0,44	0,15	99,49	178,43
Transporte e comunicação	-0,02	0,85	1,17	1,21	101,42	727,19
Saúde e cuidados pessoais	0,42	0,87	5,50	8,17	108,10	362,27
Despesas pessoais	-0,56	-0,28	3,57	6,06	105,09	414,54
Geral	-0,16	0,64	2,46	5,18	104,94	352,77

Fonte: SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentos e domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Mar./2008					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variação acumulada (%)		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	12 meses ³	
Aracaju	168,22	1,74	-1,72	12,3	44,06
Belém	190,41	-0,53	0,21	13,2	49,87
Belo Horizonte	213,48	3,42	4,24	12,3	55,91
Brasília	200,83	-3,79	3,93	11,4	52,60
Curitiba	196,98	0,24	5,21	8,1	51,59
Florianópolis	202,46	4,38	6,09	14,8	53,03
Fortaleza	175,11	1,84	10,58	12,0	45,86
Goiânia	189,94	2,64	0,32	21,3	49,75
João Pessoa	169,85	-0,02	9,52	15,1	44,49
Natal	180,48	2,12	7,49	19,2	47,27
Porto Alegre	216,12	0,68	1,50	12,0	56,61
Recife	166,13	-3,43	6,90	8,7	43,51
Rio de Janeiro	214,66	5,32	10,39	11,7	56,22
Salvador	171,37	2,15	7,98	14,6	44,88
São Paulo	223,94	-1,00	4,34	16,1	58,65
Vitória	206,80	4,50	9,12	18,8	54,16

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2007 / 2008						
Produtos do LSPA¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2007²	2008³	Variação (%)	2007²	2008³	Variação (%)
Lavouras temporárias						
Abacaxi⁴	195.188	164.482	-15,7	21.513	24.948	16,0
Algodão herbáceo	1.045.240	1.194.526	14,3	3.480	3.785	8,8
Alho	5.583	4.382	-21,5	6.953	6.836	-1,7
Amendoim	8.719	7.077	-18,8	1.101	1.083	-1,6
Arroz total	41.547	41.157	-0,9	1.810	1.602	-11,5
Arroz sequeiro	35.709	35.650	-0,2	1.810	1.489	-17,7
Arroz irrigado	5.838	5.507	-5,7	3.139	3.145	0,2
Batata-inglesa	274.495	271.820	-1,0	39.130	39.751	1,6
Cana-de-açúcar	6.275.410	6.133.558	-2,3	57.369	57.682	0,5
Cebola	234.675	214.101	-8,8	23.087	22.649	-1,9
Feijão total	350.944	350.285	-0,2	636	702	10,3
Feijão 1ª safra	134.926	111.327	-17,5	602	602	0,0
Sequeiro	57.521	31.417	-45,4	625	469	-25,0
Irrigado	11.280	14.601	29,4	3.592	2.926	-18,5
Caupi	66.125	65.309	-1,2	512	578	12,9
Feijão 2ª safra	216.018	238.958	10,6	660	760	15,2
Sequeiro	189.311	188.204	-0,6	635	717	12,9
Irrigado	15.448	32.458	110,1	2.391	2.495	4,3
Caupi	11.259	16.651	47,9	495	631	27,5
Fumo	12.603	9.250	-26,6	1.011	1.005	-0,6
Mamona	73.777	111.384	51,0	611	902	47,6
Mandioca	4.710.015	4.570.064	-3,0	12.840	13.260	3,3
Milho total	2.045.598	1.954.884	-4,4	2.859	2.685	-6,1
Milho 1ª safra	1.525.923	1.466.165	-3,9	3.249	3.703	14,0
Sequeiro	1.072.312	1.293.650	20,6	3.118	3.443	10,4
Irrigado	80.611	172.515	114,0	7.364	8.557	16,2
Milho 2ª safra	519.675	488.719	-6,0	1.441	1.472	2,2
Sequeiro	518.570	483.766	-6,7	1.439	1.462	1,6
Irrigado	1.105	4.953	348,2	2.908	3.840	32,0
Soja	2.298.000	2.747.634	19,6	2.700	3.036	12,4
Sorgo granífero	81.967	105.675	28,9	1.739	1.678	-3,5
Tomate	219.735	204.689	-6,8	39.908	41.135	3,1
Lavouras permanentes						
Banana⁵	1.289.463	1.415.988	9,8	15.020	15.417	2,6
Cacau	148.703	142.913	-3,9	275	254	-7,6
Café	140.565	163.355	16,2	955	1.069	11,9
Castanha-de-cajú	6.345	5.976	-5,8	236	221	-6,4
Coco-da-baía⁴	628.888	567.623	-9,7	7.712	6.888	-10,7
Guaraná	1.885	2.064	9,5	295	316	7,1
Laranja⁵	804.247	948.706	18,0	14.992	17.499	16,7
Mamão⁵	890.317	890.317	0,0	54.951	54.988	0,1
Pimenta-do-reino	3.597	4.256	18,3	2.257	2.392	6,0
Sisal	236.947	242.852	2,5	896	866	-3,3
Uva	120.654	99.800	-17,3	29.681	23.129	-22,1

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2007 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2008 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare

⁵ Produção física em tonelada e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2007/ 2008

Produtos do LSPA¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha)⁴	
	2007²	2008³	Variação (%)	2007²	2008³	Variação (%)	2007²	2008³
Lavouras temporárias								
Abacaxi	10.636	6.593	-38,0	9.073	6.593	-27,3	1.563	0
Algodão herbáceo	300.376	315.583	5,1	300.376	315.593	5,1	0	-10
Alho	803	641	-20,2	803	641	-20,2	0	0
Amendoim	7.919	6.532	-17,5	7.919	6.532	-17,5	0	0
Arroz total	21.592	25.699	19,0	21.592	25.699	19,0	0	0
Arroz sequeiro	19.732	23.948	21,4	19.732	23.948	21,4	0	0
Arroz irrigado	1.860	1.751	-5,9	1.860	1.751	-5,9	0	0
Batata-inglesa	7.015	6.838	-2,5	7.015	6.838	-2,5	0	0
Cana-de-açúcar	111.046	107.585	-3,1	109.386	106.334	-2,8	1.660	1.251
Cebola	10.165	9.453	-7,0	10.165	9.453	-7,0	0	0
Feijão total	625.790	581.050	-7,1	551.540	499.270	-9,5	74.250	81.780
Feijão 1ª safra	298.547	266.765	-10,6	224.297	184.985	-17,5	74.250	81.780
Sequeiro	165.927	138.718	-16,4	92.038	66.953	-27,3	73.889	71.765
Irrigado	3.140	4.990	58,9	3.140	4.990	58,9	0	0
Caupi	129.480	123.057	-5,0	129.119	113.042	-12,5	361	10.015
Feijão 2ª safra	327.243	314.285	-4,0	327.243	314.285	-4,0	0	0
Sequeiro	298.048	262.390	-12,0	298.048	262.390	-12,0	0	0
Irrigado	6.460	13.010	101,4	6.460	13.010	101,4	0	0
Caupi	22.735	27.425	20,6	22.735	27.425	20,6	0	0
Fumo	12.465	9.206	-26,1	12.465	9.206	-26,1	0	0
Mamona	120.780	126.167	4,5	120.780	123.422	2,2	0	2.745
Mandioca	397.922	372.726	-6,3	366.833	344.654	-6,0	31.089	28.072
Milho total	808.364	809.630	0,2	715.541	727.997	1,7	92.823	81.633
Milho 1ª safra	447.690	477.549	6,7	354.867	395.916	11,6	92.823	81.633
Sequeiro	436.744	457.389	4,7	343.921	357.756	4,0	92.823	99.633
Irrigado	10.946	20.160	84,2	10.946	20.160	84,2	0	0
Milho 2ª safra	360.674	332.081	-7,9	360.674	332.081	-7,9	0	0
Sequeiro	360.294	330.791	-8,2	360.294	330.791	-8,2	0	0
Irrigado	380	1.290	239,5	380	1.290	239,5	0	0
Soja	851.000	905.018	6,3	851.000	905.018	6,3	0	0
Sorgo granífero	47.135	63.048	33,8	47.135	62.988	33,6	0	60
Tomate	5.606	4.976	-11,2	5.606	4.976	-11,2	0	0
Lavouras permanentes								
Banana	85.741	91.848	7,1	85.566	91.848	7,3	175	0
Cacau	596.430	563.130	-5,6	540.046	563.130	4,3	56.384	0
Café	165.167	159.020	-3,7	151.792	152.830	0,7	13.375	6.190
Castanha-de-cajú	28.497	27.332	-4,1	28.370	27.093	-4,5	127	239
Coco-da-baía	81.565	82.409	1,0	81.487	82.409	1,1	78	0
Guaraná	6.399	6.526	2,0	6.399	6.526	2,0	0	0
Laranja	53.654	54.216	1,0	53.629	54.216	1,1	25	0
Mamão	16.217	16.217	0,0	16.191	16.191	0,0	26	26
Pimenta-do-reino	1.594	1.779	11,6	1.594	1.779	11,6	0	0
Sisal	284.571	279.844	-1,7	267.008	274.254	2,7	17.563	5.590
Uva	4.071	4.345	6,7	4.065	4.315	6,2	6	30

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA - Elaboração CAC/SEI

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto de produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996

² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2007 (dados sujeitos a retificação)

³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), maio/2008 (dados sujeitos a retificação)

⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia: Mar./2007

	%		
Classes e Gêneros	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Indústria Geral	-0,1	3,7	2,4
Extrativa Mineral	-2,1	3,6	2,3
Indústria de Transformação	0,0	3,8	2,4
Alimentos e bebidas	-3,1	-1,2	3,7
Celulose, papel e produtos de papel	5,9	22,3	5,3
Refino de petróleo e álcool	-5,9	0,2	0,2
Produtos químicos	0,3	1,4	1,8
Borracha e plástico	6,7	9,5	13,6
Minerais não metálicos	-2,4	6,3	9,4
Metalurgia básica	15,5	8,3	2,1
Veículos automotores	-10,8	1,6	-0,7

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Mar./2007 – Mar./2008

	%		
Períodos	Mensal ¹	Acumulado no ano ²	Acumulado 12 meses ³
Março 2007	-0,2	2,4	2,3
Abril	-7,8	-0,2	1,1
Mai	0,6	-0,1	0,6
Junho	2,7	0,4	0,7
Julho	8,2	1,5	1,4
Agosto	0,8	1,4	1,4
Setembro	-1,7	1,1	1,0
Outubro	4,4	1,4	0,9
Novembro	2,8	1,6	0,8
Dezembro	8,2	2,1	2,1
Janeiro	0,4	0,4	1,5
Fevereiro	11,7	5,7	2,4
Março 2008	0,0	3,8	2,4

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Abr./2008

	%			
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	-2,5	-29,9	3,0	18,7
Residencial	2,2	11,5	12,1	11,2
Industrial ¹	3,3	21,2	19,8	10,6
Comercial	1,0	8,0	8,8	8,2
Utilidades públicas ²	4,6	5,4	4,5	6,1
Setor público	5,9	7,5	4,0	2,1
Concessionária	5,5	4,8	-3,0	-2,2
Total	2,7	12,8	14,0	10,2

Fonte: COELBA/CO-CGM. Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA e CHESF

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Variação no volume de vendas no varejo¹ - Bahia: Mar./2008

Classes e Gêneros	Mensal ²	No ano ³	12 meses ⁴
Comércio Varejista	8,5	8,8	9,4
Combustíveis e lubrificantes	17,3	14,8	9,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	-0,3	2,6
Hipermercados e supermercados	2,3	0,5	4,6
Tecidos, vestuário e calçados	-4,1	6,3	17,9
Móveis e eletrodomésticos	19,0	21,6	18,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,8	12,0	12,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	26,5	23,9	22,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-10,3	2,7	-1,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	23,5	25,2	26,8
Veículos, motos e peças	5,7	21,1	22,8
Material de construção	0,5	9,4	6,7

Fonte: IBGE. Elaboração: CAC - SEI

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Total de cheques compensados – Bahia: Fev./2007 – Fev./2008

%

Períodos	Quantidade			Valor (R\$)		
	No mês ¹	Mensal ²	Acum. Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acum. Ano ³
Fevereiro 2007	-19,8	5,7	0,5	-19,5	12,0	9,1
Março	7,2	-17,5	-6,1	11,8	-4,5	4,1
Abril	-0,8	6,6	-3,3	-2,2	18,4	7,3
Maio	1,2	-8,6	-4,4	4,1	3,8	6,6
Junho	-8,6	-7,7	-4,9	-7,6	5,3	6,4
Julho	12,7	0,8	-4,1	8,9	11,8	7,1
Agosto	-4,4	-6,7	-4,5	-0,2	4,9	6,9
Setembro	-11,1	-9,9	-5,0	-11,0	2,0	6,3
Outubro	19,3	-3,9	-4,9	19,8	8,3	6,5
Novembro	-8,8	-8,6	-5,2	-7,8	0,8	6,0
Dezembro	-3,5	-10,4	-5,7	-0,3	-1,0	5,4
Janeiro	14,3	-9,3	-9,3	16,7	5,1	5,1
Fevereiro 2008	-16,4	-5,4	-7,6	-15,9	9,9	7,3

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED
Taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Salvador - Abr./2008

	%		
Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego total	20,8	19,6	25,6
Desemprego aberto	12,6	12,0	15,1
Desemprego oculto	8,2	7,6	10,5
Participação (PEA/PIA)	60,1	60,3	59,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Abr./2008

	%			
Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2007	13,9	13,5	60,8	61,6
Fevereiro	13,9	13,7	60,7	61,2
Março	14,7	14,5	60,8	61,7
Abril	15,1	14,8	60,6	61,7
Maio	14,5	14,2	61,2	62,1
Junho	14,0	13,5	61,5	62,2
Julho	13,4	12,9	61,5	62,0
Agosto	13,3	12,5	61,1	61,7
Setembro	13,2	12,6	61,1	62,0
Outubro	13,6	12,9	61,5	62,3
Novembro	13,5	12,9	61,5	62,3
Dezembro	13,1	12,5	61,5	62,1
Janeiro 2008	11,7	11,1	61,8	62,5
Fevereiro	11,9	11,1	61,4	61,7
Março	12,3	11,6	60,9	61,3
Abril	12,6	12,0	60,1	60,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Abr./2008**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de		Taxas		População total ¹	
	Total		Ocupados		Desempregados		10 Anos					
	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Números absolutos ¹	Índice ²	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)		
Janeiro 2007	1.783	135,9	1.389	132,8	394	148,1	1.150	125,5	60,8	22,1	3.433	
Fevereiro	1.785	136,1	1.387	132,6	398	149,6	1.155	126,1	60,7	22,3	3.439	
Março	1.791	136,5	1.381	132,0	410	154,1	1.155	126,1	60,8	22,9	3.445	
Abril	1.790	136,4	1.371	131,1	419	157,5	1.163	127,0	60,6	23,4	3.451	
Mai	1.811	138,0	1.403	134,1	408	153,4	1.148	125,3	61,2	22,5	3.457	
Junho	1.824	139,0	1.423	136,0	401	150,8	1.142	124,7	61,5	22,0	3.463	
Julho	1.828	139,3	1.435	137,2	393	147,7	1.145	125,0	61,5	21,5	3.469	
Agosto	1.821	138,8	1.424	136,1	397	149,2	1.158	126,4	61,1	21,8	3.475	
Setembro	1.825	139,1	1.429	136,6	396	148,9	1.162	126,9	61,1	21,7	3.482	
Outubro	1.841	140,3	1.445	138,1	396	148,9	1.152	125,8	61,5	21,5	3.488	
Novembro	1.845	140,6	1.467	140,2	378	142,1	1.155	126,1	61,5	20,5	3.494	
Dezembro	1.849	140,9	1.474	140,9	375	141,0	1.158	126,4	61,5	20,3	3.500	
Janeiro 2008	1.862	141,9	1.493	142,7	369	138,7	1.151	125,7	61,8	19,8	3.506	
Fevereiro	1.855	141,4	1.467	140,2	388	145,9	1.165	127,2	61,4	20,9	3.512	
Março	1.844	140,5	1.457	139,3	387	145,5	1.183	129,1	60,9	21,0	3.518	
Abril	1.824	139,0	1.445	138,1	379	142,5	1.210	132,1	60,1	20,8	3.524	
Variação mensal												
Abr-08/Mar-08		-1,1		-0,8		-2,1		2,3		-1,3		-1,0
Variação no ano												
Abr-08/Dez-07		-1,4		-2,0		1,1		4,5		-2,3		2,5
Variação anual												
Abr-08/Abr-07		1,9		5,4		-9,5		4,0		-0,8		-11,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

A partir de janeiro/2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Abr./2008

%

Períodos	Setores de Atividade Econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2007	8,8	5,6	16,3	31,8	28,3	8,2	1,0
Fevereiro	8,5	5,8	15,8	33,4	27,4	8,1	1,0
Março	8,7	5,7	16,1	33,2	27,1	8,1	1,1
Abril	8,5	5,6	16,6	33,0	26,8	8,5	1,0
Maio	8,9	5,4	17,0	32,0	26,9	9,0	0,8
Junho	9,2	5,5	16,9	32,6	26,1	8,8	0,9
Julho	9,4	5,4	17,0	32,1	26,3	8,8	1,0
Agosto	9,3	5,3	16,8	32,4	26,5	8,8	0,9
Setembro	9,2	5,0	16,3	32,2	27,3	9,1	0,9
Outubro	9,1	5,0	15,9	33,1	26,8	9,1	1,0
Novembro	9,1	5,5	15,8	32,6	27,1	9,1	0,8
Dezembro	9,3	5,7	16,6	32,2	26,6	8,8	0,8
Janeiro 2008	9,4	6,3	16,5	31,6	26,8	8,6	0,8
Fevereiro	9,5	6,0	17,0	31,6	26,5	8,4	1,0
Março	9,2	5,8	16,1	31,9	27,5	8,2	1,3
Abril	9,0	4,9	16,2	32,5	28,1	8,0	1,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças Armadas e polícia; Creditícios e financeiros: Comunicação; diversão, radiodifusão, e teledifusão; Comércio, administração de valores mobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza²Incluem Serviços pessoais diversos, alimentação, educação, saúde, serviços comunitários, oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Abr./2008

%

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos					
	Total	Assalariado priv. c/carteira	Assalariado priv. s/carteira	Assala- riado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/empresa	Empregador	Domésticos	Outros ¹
Janeiro 2007	63,8	39,0	10,6	14,1	22,3	19,0	3,3	3,3	8,2	2,4
Fevereiro	64,7	40,0	10,6	14,0	21,4	18,4	3,1	3,6	8,1	2,2
Março	64,4	40,1	10,7	13,5	21,6	18,7	2,9	3,3	8,1	2,6
Abril	64,8	40,4	10,8	13,5	21,2	18,2	2,9	3,5	8,5	2,0
Maio	64,8	40,1	10,7	13,9	20,2	17,4	2,9	3,7	9,0	2,3
Junho	64,6	40,1	10,5	14,0	20,3	17,4	2,9	4,0	8,8	2,3
Julho	64,4	39,7	10,8	14,0	20,1	17,3	2,8	4,2	8,8	2,5
Agosto	64,3	39,9	10,9	13,5	20,7	17,9	2,8	4,0	8,8	2,2
Setembro	64,1	40,1	10,9	13,0	20,7	17,9	2,8	3,8	9,1	2,3
Outubro	64,4	40,4	10,7	13,2	20,6	17,9	2,8	3,5	9,1	2,4
Novembro	64,2	39,9	10,3	13,9	20,8	18,1	2,7	3,5	9,1	2,4
Dezembro	63,3	39,7	9,8	13,8	22,1	18,7	3,4	3,0	8,8	2,8
Janeiro 2008	61,9	39,3	9,7	12,8	23,4	19,3	4,1	2,9	8,6	3,2
Fevereiro	61,2	39,1	9,3	12,8	23,8	19,1	4,7	3	8,4	3,6
Março	61,9	38,6	9,7	13,6	23,2	18,9	4,3	3,5	8,2	3,2
Abril	63,2	38,7	10,1	14,4	22,5	18,6	3,9	3,4	8,1	2,8

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Mar./2008

R\$

Períodos	Rendimento médio real					
	Ocupados¹			Assalariados²		
	Valor absoluto³		Índice⁴	Valor absoluto³		Índice⁴
	Média	Mediana		Média	Mediana	
Janeiro 2007	835,5	489,7	85,2	923,1	555,6	82,1
Fevereiro	813,1	483,0	82,9	898,4	544,7	79,9
Março	784,4	462,2	80,0	876,3	533,0	77,9
Abril	802,7	472,2	81,9	900,2	563,6	80,1
Maiο	828,5	491,6	84,5	929,0	576,6	82,6
Junho	853,6	491,5	87,1	938,1	564,1	83,4
Julho	838,6	491,5	85,5	924,4	562,9	82,2
Agosto	826,8	497,5	84,3	919,5	571,7	81,8
Setembro	813,8	507,6	83,0	906,1	598,4	80,6
Outubro	822,5	506,6	83,9	916,1	607,9	81,5
Novembro	847,9	506,1	86,5	945,6	606,9	84,1
Dezembro	868,0	504,0	88,5	981,0	604,0	87,2
Janeiro 2008	902,7	513,0	90,4	1022,6	610,0	89,3
Fevereiro	896,3	508,6	89,8	995,7	605,1	87,0
Março	886,6	504,0	88,8	993,3	605,0	86,8
Variação mensal						
Mar-08/Fev-08	-1,1	-0,9	-1,1	-0,2	0,0	-0,2
Variação no ano						
Mar-08/Dez-07	0,3	-1,8	0,3	-0,6	-1,6	-0,6
Variação anual						
Mar-08/Mar-07	11,0	7,1	11,0	11,3	11,5	11,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

¹Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

²Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

³Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de março - 2008

⁴Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Mar./2008

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2007	293	456	538	857	2.289
Fevereiro	275	451	554	836	2.177
Março	295	421	525	786	2.128
Abril	321	440	531	799	2.189
Maiο	363	448	505	833	2.257
Junho	368	448	518	862	2.322
Julho	355	436	545	849	2.267
Agosto	368	435	564	837	2.196
Setembro	403	450	574	823	2.099
Outubro	415	457	549	821	2.152
Novembro	355	467	560	851	2.238
Dezembro	360	480	553	891	2.272
Janeiro 2008	359	497	576	930	2.275
Fevereiro	398	488	574	900	2.298
Março	364	469	575	859	2.306

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de março - 2008**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador¹**
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Mar./2008

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2007	780	1.055	631	770	853	495
Fevereiro	761	1.008	641	750	833	481
Março	743	960	612	744	815	474
Abril	756	958	602	757	831	475
Maiο	774	1.015	591	777	847	490
Junho	776	1.056	593	765	857	472
Julho	765	1.062	587	753	840	487
Agosto	768	1.042	599	745	843	492
Setembro	762	962	608	756	824	520
Outubro	761	964	623	752	829	493
Novembro	785	965	624	793	844	535
Dezembro	828	1.051	636	818	899	522
Janeiro 2008	860	1.077	651	846	928	556
Fevereiro	836	1.036	647	812	918	496
Março	819	1.085	646	791	895	522

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de março - 2008

Nota: Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 - Mar./2008

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados²					Assalariados³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2007	185	360	490	907	1.874	360	396	556	1.029	1.879
Fevereiro	180	360	483	885	1.747	360	401	545	1.007	1.851
Março	168	359	462	823	1.644	359	391	533	951	1.846
Abril	164	359	472	871	1.742	358	410	564	1.025	1.848
Maiο	174	358	492	922	1.844	358	410	577	1.026	1.896
Junho	184	388	492	921	1.848	388	409	564	1.024	1.950
Julho	194	387	492	916	1.839	387	404	563	1.019	1.946
Agosto	194	386	498	897	1.828	386	406	572	1.015	1.928
Setembro	203	386	508	903	1.726	386	406	598	1.015	1.827
Outubro	203	385	507	912	1.725	385	405	608	1.014	1.827
Novembro	202	384	506	913	1.827	384	405	607	1.012	2.016
Dezembro	198	380	504	962	2.000	380	405	604	1.040	2.026
Janeiro 2008	202	387	513	1.010	2.036	384	414	610	1.119	2.112
Fevereiro	201	383	509	1.005	2.019	382	407	605	1.111	2.036
Março	200	383	504	999	1.918	381	415	605	1.100	2.010

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em reais de março - 2008

²Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego
Bahia: Jan./2007 – Abr./2008

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	58.720	10.432	9.499	14.699	19.580
Janeiro	3.473	491	564	508	702
Fevereiro	1.606	587	378	764	1.290
Março	7.966	1.556	926	197	2.134
Abril	10.592	3.536	1.787	1.037	1.679
Maió	9.326	1.456	1.193	1.828	966
Junho	6.678	762	1.468	1.429	737
Julho	6.387	376	1.427	868	822
Agosto	3.484	659	1.652	9	2.376
Setembro	6.542	1.633	1.514	1.421	2.803
Outubro	6.219	2.249	269	2.471	2.811
Novembro	391	-1.470	-302	2.686	2.594
Dezembro	-3.944	-1.403	-1.377	1.481	666
2008	26.109	3.781	9.023	1.523	6.377
Janeiro	2.714	691	1.564	154	-506
Fevereiro	810	-277	1.508	708	-764
Março	10.595	767	3.561	88	4.854
Abril	11.990	2.600	2.390	573	2.793
Maió/07 – Abr/08	61.192	8.043	14.867	13.716	20.152

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego
Região Metropolitana de Salvador: Jan./2007 – Abr./2008

Períodos	Saldo líquido (Admissões – desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2007	30.255	3.929	6.173	5.767	13.363
Janeiro	273	246	142	-5	-196
Fevereiro	825	-39	-39	230	703
Março	2.968	52	522	-28	2.251
Abril	3.482	289	1.243	406	1.523
Maio	3.236	769	708	878	725
Junho	2.690	99	1.424	552	298
Julho	2.232	247	1.151	-11	690
Agosto	1.936	402	1.013	-282	842
Setembro	4.893	859	1.456	534	2.071
Outubro	4.918	1.677	-249	1.113	2.197
Novembro	3.349	61	-166	1.584	1.829
Dezembro	-547	-733	-1.032	796	430
2008	11.538	537	6.263	147	4.413
Janeiro	67	121	1.378	-313	-1.122
Fevereiro	1.241	-58	925	366	-159
Março	6.943	55	2.495	87	4.250
Abril	3.287	419	1.465	7	1.444
Maio/07 – Abr/08	34.245	3.918	10.568	5.311	13.495

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹Incluem todos os setores. Dados preliminares

FINANÇAS PÚBLICAS

União

Governo Federal - Demonstrativo das Receitas
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro-Fevereiro /2008

R\$ 1.000

Receitas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-d)
			Jan-Fev/ 2008 (c)	% c/b	Até o Bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	0	0	155.910.091	0	155.910.091	0	(155.910.091)
Receitas Correntes	0	0	123.431.445	0	123.431.445	0	(123.431.445)
Receita Tributária	0	0	42.483.702	0	42.483.702	0	(42.483.702)
Receita de Contribuições	0	0	60.436.815	0	60.436.815	0	
Receita Patrimonial	0	0	6.263.626	0	6.263.626	0	(6.263.626)
Receita Agropecuária	0	0	3.860	0	3.860	0	(3.860)
Receita Industrial	0	0	74.460	0	74.460	0	(74.460)
Receita de Serviços	0	0	6.445.749	0	6.445.749	0	(6.445.749)
Transferências Correntes	0	0	23.652	0	23.652	0	(23.652)
Receitas Correntes A Classificar	0	0	5.338	0	5.338	0	(5.338)
Outras Receitas Correntes	0	0	7.694.244	0	7.694.244	0	(7.694.244)
Receitas de Capital	0	0	32.478.646	0	32.478.646	0	(32.478.646)
Operações de Crédito	0	0	24.700.063	0	24.700.063	0	(24.700.063)
Alienação de Bens	0	0	223.423	0	223.423	0	(223.423)
Amortizações de Empréstimos	0	0	3.334.089	0	3.334.089	0	(3.334.089)
Transferências de Capital	0	0	6.550	0	6.550	0	(6.550)
Outras Receitas de Capital	0	0	4.214.520	0	4.214.520	0	(4.214.520)

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Receitas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (b-d)
			Jan-Fev/ 2008 (c)	% c/b	Até o Bimestre (d)	% d/b	
Receitas (Intra-Orçamentárias) (II)	0	0	1.345.573	0	1.345.573	0	(1.345.573)
Receitas Correntes	0	0	1.345.573	0	1.345.573	0	(1.345.573)
Receita Tributária	0	0	8	0	8	0	(8)
Receita de Contribuições	0	0	1.327.022	0	1.327.022	0	(1.327.022)
Receita Patrimonial	0	0	170	0	170	0	(170)
Receita Industrial	0	0	12.955	0	12.955	0	(12.955)
Receita de Serviços	0	0	4.747	0	4.747	0	(4.747)
Outras Receitas Correntes	0	0	672	0	672	0	(672)
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	0	0	157.255.664	0	157.255.664	0	(157.250.326)
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0	0	63.308.619	0	63.308.619	0	(63.308.619)
Operações de Crédito Internas	0	0	63.308.619	0	63.308.619	0	(63.308.619)
Mobiliária	0	0	63.308.619	0	63.308.619	0	(63.308.619)
Operações de Crédito Externas	0	0	0	0	0	0	-
Mobiliária	0	0	0	0	0	0	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	0	0	220.564.283	0	220.564.283	0	220.558.946
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	0	0	220.564.283	0	220.564.283	0	220.558.946
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	25.904	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Governo Federal - Demonstrativo das Despesas
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro - Fevereiro /2008

Despesas	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c) = a + b	Despesas Empenhadas		Despesas Executadas		% h = (g/c)	Saldo a Executar j = c-(g+h)	R\$ 1.000
				Jan-Fev/ 2008 (d)	Até o Bimestre (e)	Liquidadas				
						Jan-Fev/ 2008 (f)	Até o Bimestre (g)			
Despesas (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	723.352.452	14.390.055	737.742.507	538.039.166	538.039.166	115.096.916	115.096.916	15,6	622.645.591	
Despesas Correntes	617.600.548	602.994	618.203.542	518.149.380	518.149.380	112.146.124	112.146.124	18,1	506.057.418	
Pessoal e Encargos Sociais	86.067.639	727	86.068.365	22.260.607	22.260.607	20.613.705	20.613.705	24,0	65.454.661	
Juros e Encargos da Dívida	152.189.855	-	152.189.855	146.421.803	146.421.803	30.872.500	30.872.500	20,3	121.317.355	
Outras Despesas Correntes	379.343.054	602.268	379.945.322	349.466.970	349.466.970	60.659.919	60.659.919	16,0	319.285.403	
Transf.a Estados, DF e Municípios	132.659.702	49.887	132.709.588	120.226.857	120.226.857	24.306.652	24.306.652	18,3	108.402.936	
Benefícios Previdenciários	182.106.103	-	182.106.103	181.761.380	181.761.380	24.146.548	24.146.548	13,3	157.959.555	
Demais Despesas Correntes	64.577.249	552.381	65.129.630	47.478.733	47.478.733	12.206.719	12.206.719	18,7	52.922.911	
Despesas de Capital	105.751.904	13.787.060	119.538.964	19.889.787	19.889.787	2.950.792	2.950.792	2,5	116.588.172	
Investimentos	425.711	1.253.617	1.679.328	81.491	81.491	175	175	0,0	1.679.153	
Inversões Financeiras	15.444.400	12.533.444	27.977.843	15.437.150	15.437.150	2.519.202	2.519.202	9,0	25.458.642	
Amortização da Dívida	89.881.793	-	89.881.793	4.371.146	4.371.146	431.416	431.416	0,5	89.450.377	
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	6.075.493	9	6.075.503	1.501.638	1.501.638	1.473.959	1.473.959	24,3	4.601.543	
Despesas Correntes	6.075.493	9	6.075.503	1.501.638	1.501.638	1.473.959	1.473.959	24,3	4.601.543	
Pessoal e Encargos Sociais	5.978.124	-	5.978.124	1.459.238	1.459.238	1.453.906	1.453.906	24,3	4.524.217	
Outras Despesas Correntes	97.370	9	97.379	42.400	42.400	20.053	20.053	20,6	77.326	
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal das Despesas (X) = (VIII + IX)	729.427.945	14.390.064	743.818.009	539.540.804	539.540.804	116.570.875	116.570.875	15,7	627.247.134	
Amortização da Dívida - Refinanciamento (XI)	411.290.702	0	411.290.702	393.398.067	393.398.067	81.046.636	81.046.636	19,7	330.244.066	
Amortização da Dívida Interna	388.256.597	0	388.256.597	388.256.597	388.256.597	80.224.444	80.224.444	20,7	308.032.153	
Dívida Mobiliária	388.255.524	0	388.255.524	388.255.524	388.255.524	80.224.287	80.224.287	20,7	308.031.237	
Outras Dívidas	1.073	0	1.073	1.073	1.073	157	157	14,6	916	
Amortização da Dívida Externa	23.034.105	0	23.034.105	5.141.470	5.141.470	822.192	822.192	3,6	22.211.913	
Dívida Mobiliária	20.861.747	0	20.861.747	2.969.112	2.969.112	635.980	635.980	3,0	20.225.767	
Outras Dívidas	2.172.358	0	2.172.358	2.172.358	2.172.358	186.212	186.212	8,6	1.986.146	
Subtotal com Refinanciamento (XII) = (X + XI)	1.140.718.647	14.390.064	1.155.108.711	932.938.870	932.938.870	197.617.512	197.617.512	17,1	957.491.199	
Superávit (XIII)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total XIV = (XII + XIII)	1.140.718.647	14.390.064	1.155.108.711	932.938.870	932.938.870	197.617.512	220.564.283	-	957.491.199	

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

Estado

Tabela 2 - Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro-Fevereiro /2008R\$ 1.000
(Continua)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas (Exceto Intra-orçamentárias) (I)	17.743.308	17.747.940	2.896.247	16,32	2.896.247	16,32	14.851.694
Receitas Correntes	16.719.232	16.723.864	2.869.525	17,16	2.869.525	17,16	13.854.339
Receita Tributária	9.475.152	9.475.152	1.858.645	19,62	1.858.645	19,62	7.616.508
Impostos	9.159.690	9.159.690	1.810.353	19,76	1.810.353	19,76	7.349.338
Taxas	315.462	315.462	48.292	15,31	48.292	15,31	267.170
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	950.510	950.510	150.806	15,87	150.806	15,87	799.704
Contribuições Sociais	950.510	950.510	150.806	15,87	150.806	15,87	799.704
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	304.548	304.548	23.868	7,84	23.868	7,84	280.680
Receitas Imobiliárias	11.444	11.444	2.208	19,29	2.208	19,29	9.236
Receitas de Valores Mobiliários	279.236	279.236	21.495	7,70	21.495	7,70	257.741
Receitas de Concessões e Permissões	9.565	9.565	124	1,29	124	1,29	9.441
Outras Receitas Patrimoniais	4.303	4.303	42	0,98	42	0,98	4.261
Receita Agropecuária	1.537	1.537	1		1	0,05	1.536
Receita da Produção Vegetal	12	12	1	6,20	1	6,20	11
Receita da Produção Animal e Derivados	1.210	1.210	-	-	-	-	1.210
Outras Receitas Agropecuárias	315	315	-	-	-	-	315
Receita Industrial	120	120	-	-	-	-	120
Receita da Indústria de Transformação	120	120	-	-	-	-	120
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	87.451	87.451	6.355	7,27	6.355	7,27	81.096
Receita de Serviços	87.451	87.451	6.355	7,27	6.355	7,27	81.096
Transferências Correntes	6.698.511	6.698.944	1.167.281	17,42	1.167.281	17,42	5.531.664
Transferências Intergovernamentais	6.468.385	6.468.385	1.135.144	17,55	1.135.144	17,55	5.333.241
Transferências de Instituições Privadas	-	-	23	-	23	-	(23)
Transferências do Exterior	3.210	3.210	-	-	-	-	3.210
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	226.916	227.350	32.114	14,13	32.114	14,13	195.236
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.114.208	1.118.407	72.773	6,51	72.773	6,51	1.045.633
Multas e Juros de Mora	145.709	145.709	20.911	14,35	20.911	14,35	124.798
Indenizações e Restituições	160.423	160.423	2.347	1,46	2.347	1,46	158.076
Receita da Dívida Ativa	8.356	8.356	1.109	13,27	1.109	13,27	7.247
Receitas Diversas	799.720	803.918	48.407	6,02	48.407	6,02	755.511
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.912.805)	(1.912.805)	(410.204)	21,45	(410.204)	21,45	(1.502.601)
Receitas de Capital	1.024.076	1.024.076	26.722	2,61	26.722	2,61	997.354
Operações de Crédito	325.911	325.911	21.374	6,56	21.374	6,56	304.537
Operações de Crédito Internas	185.998	185.998	16.286	8,76	16.286	8,76	169.712
Operações de Crédito Externas	139.913	139.913	5.088	3,64	5.088	3,64	134.825
Alienação de Bens	180.557	180.557	474	0,26	474	0,26	180.083

Tabela 2 - Balanço Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro-Fevereiro /2008

R\$ 1.000
(Conclusão)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Alienação de Bens Móveis	175.688	175.688	-	-	-	-	175.688
Alienação de Bens Imóveis	4.870	4.870	474	-	474	-	4.395
Amortização de Empréstimos	4.782	4.782	442	9,23	442	9,23	4.341
Amortização de Empréstimos	4.782	4.782	442	9,23	442	9,23	4.341
Transferências de Capital	512.816	512.816	4.432	0,86	4.432	0,86	508.383
Transferências Intergovernamentais	43.565	43.565	-	-	-	-	43.565
Transferências de Instituições Privadas	810	810	-	-	-	-	810
Transferências do Exterior	122	122	-	-	-	-	122
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	468.318	468.318	4.432	0,95	4.432	0,95	463.886
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	10	10	-	-	-	-	10
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	10	10	-	-	-	-	10
Receitas (Intra-orçamentárias) (II)	1.287.402	1.287.402	193.024	14,99	193.024	14,99	1.094.378
Subtotal das Receitas (III)=(I+II)	19.030.710	19.035.342	3.089.270	16,23	3.089.270	16,23	15.946.072
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (V)=(III+IV)	19.030.710	19.035.342	3.089.270	16,23	3.089.270	16,23	15.946.072
Déficit (VI)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V+VI)	19.030.710	19.035.342	3.089.270	16,23	3.089.270	16,23	15.946.072
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-	4.198	-	-

Receitas Intra-orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Jan/Fev (b)	% (b/a)	No exercício (c)	% (c/a)	
Receitas Correntes	1.287.402	1.287.402	193.024	14,99	193.024	14,99	1.094.378
Receita de Contribuições	1.287.402	1.287.402	193.024	14,99	193.024	14,99	1.094.378
Contribuições Sociais	1.287.402	1.287.402	193.024	14,99	193.024	14,99	1.094.378
Total	1.287.402	1.287.402	193.024	14,99	193.024	14,99	1.094.378

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP.

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Bahia: Janeiro-Fevereiro/2008										R\$ 1.000
Despesas	Dotação (d)	Créditos (e)	Dotação (f) = (d + e)	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas			Saldo a executar (f-i)	
				Bim. Jan/Fev (g)	No exercício (h)	Bim. Jan/Fev (i)	No exercício (j)	% (j/f)		
Despesas (Exceto intra-orçamentárias) (I)	18.161.877	4.165	18.166.042	2.560.919	2.560.919	2.393.998	2.393.998	13,18	15.772.044	
Despesas Correntes	15.376.500	(33.384)	15.343.116	2.266.442	2.266.442	2.121.917	2.121.917	13,83	13.221.199	
Pessoal e Encargos Sociais	8.156.240	16.548	8.172.788	1.268.894	1.268.894	1.263.305	1.263.305	15,46	6.909.483	
Juros e Encargos da Dívida	575.313	(30.351)	544.962	76.619	76.619	76.619	76.619	14,06	468.343	
Outras Despesas Correntes	6.644.947	(19.580)	6.625.366	920.929	920.929	781.993	781.993	11,80	5.843.373	
Transferências a Municípios	2.485.468	-	2.485.468	460.679	460.679	460.679	460.679	18,53	2.024.789	
Demais Despesas Correntes	4.159.478	(19.580)	4.139.898	460.250	460.250	321.314	321.314	7,76	3.818.584	
Despesas de Capital	2.760.537	37.569	2.798.106	294.478	294.478	272.081	272.081	9,72	2.526.025	
Investimentos	1.575.231	37.569	1.612.799	38.524	38.524	16.139	16.139	1,00	1.596.660	
Inversões Financeiras	115.066	-	115.066	13.110	13.110	13.098	13.098	11,38	101.968	
Amortização da Dívida	1.070.241	-	1.070.241	242.844	242.844	242.844	242.844	22,69	827.397	
Reserva de Contingência	24.840	(20)	24.820	-	-	-	-	-	24.820	
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	868.833	467	869.300	191.596	191.596	190.050	190.050	21,86	679.250	
Subtotal das Despesas (III) = (I + II)	19.030.710	4.632	19.035.342	2.752.515	2.752.515	2.584.048	2.584.048	13,58	16.451.294	
Amortização da Dívida/Refinanciamento (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)	19.030.710	4.632	19.035.342	2.752.515	2.752.515	2.584.048	2.584.048	13,58	16.451.294	
Superávit (VI)	-	-	-	-	-	-	505.222	-	-	
Total (VII) = (V + VI)	19.030.710	4.632	19.035.342	2.752.515	2.752.515	2.584.048	3.089.270	16,23	16.451.294	

Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo a Executar
				Bim. Jan/ Fev	No Exercício	Bim. Jan/ Fev	No Exercício	%	
			(f) = (d+e)	(g)	(h)	(i)	(j)	(j/i)	(f-i)
Despesas Correntes	868.833	467	869.300	191.596	191.596	190.050	190.050	21,86	679.250
Pessoal e Encargos Sociais	868.833	467	869.300	191.596	191.596	190.050	190.050	21,86	679.250
Total	868.833	467	869.300	191.596	191.596	190.050	190.050	21,86	679.250

Fonte: SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64

Receita tributária mensal
Bahia: janeiro de 2007 fevereiro de 2008
Orçamentos fiscal e da seguridade social

R\$ 1.000

Janeiro-Fevereiro /2008	ICMS		Outras		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Janeiro	686.829	799.172	54.915	80.784	741.744	879.956
Fevereiro	658.719	873.329	88.980	105.360	747.699	978.689
Março	613.636		73.067		686.703	
Abril	684.917		71.947		756.864	
Maió	652.214		120.539		772.753	
Junho	689.535		97.797		787.332	
Julho	678.286		102.972		781.258	
Agosto	712.421		111.949		824.370	
Setembro	722.414		105.617		828.031	
Outubro	720.888		92.445		813.333	
Novembro	732.449		67.094		799.543	
Dezembro	809.230		109.217		918.447	
Total	8.361.537		1.096.537		9.458.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI.

Arrecadação mensal da receita tributária¹
Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro-Fevereiro /2008

R\$ 1.000

Mês	ICMS		Outras		Total	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Janeiro	747.989	802.203	59.805	81.090	807.794	883.293
Fevereiro	715.712	873.329	96.679	105.360	812.390	978.689
Março	665.275		79.216		744.491	
Abril	741.546		77.896		819.442	
Maió	705.036		130.301		835.337	
Junho	743.438		105.442		848.880	
Julho	728.591		110.609		839.200	
Agosto	754.751		118.601		873.352	
Setembro	756.507		110.601		867.108	
Outubro	749.320		96.091		845.411	
Novembro	753.429		69.016		822.445	
Dezembro	820.311		110.712		931.023	
Total	8.881.905		1.164.969		10.046.873	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de Fevereiro/08 pelo IGP-DI/FGV

MUNICÍPIO

Balanço Orçamentário

Orçamentos fiscal e da seguridade social Janeiro-Fevereiro /2008 Período de Referência: Janeiro-Fevereiro/2008							R\$ 1.000 (Continua)
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Jan-Fev/ 2008 (B)	% B/A	Jan-Fev/ 2008 (C)	% C/A	
Receitas (exceto intra-orçamentárias) (I)	2.647.947	2.647.947	436.078	16,5	436.078	16,5	2.211.869
Receitas Correntes	2.604.339	2.604.339	441.467	17,0	441.467	17,0	2.162.872
Receita Tributária	803.523	803.523	171.248	21,3	171.248	21,3	632.275
Impostos	695.909	695.909	143.403	20,6	143.403	20,6	552.506
Taxas	104.936	104.936	27.578	26,3	27.578	26,3	77.358
Outras Receitas Tributárias	2.678	2.678	267	-	267	-	2.411
Receita de Contribuições	88.620	88.620	12.957	14,6	12.957	14,6	75.663
Contribuições Sociais	29.620	29.620	4.506	15,2	4.506	15,2	25.114
Contribuições Econômicas	59.000	59.000	8.452	14,3	8.452	14,3	50.548
Receita Patrimonial	47.764	47.764	8.013	16,8	8.013	16,8	39.751
Receitas Imobiliárias	2.434	2.434	205	8,4	205	8,4	2.229
Receitas de Valores Mobiliários	17.387	17.387	4.156	23,9	4.156	23,9	13.231
Receitas de Concessões e Permissões	27.443	27.443	3.652	13,3	3.652	13,3	23.791
Outras Receitas Patrimoniais	500	500	-	-	-	-	500
Receita Industrial	1.485	1.485	203	13,7	203	13,7	1.282
Receita da Indústria de Construção	1.485	1.485	203	13,7	203	13,7	1.282
Receita de Serviços	13.525	13.525	693	5,1	693	5,1	12.832
Receita de Serviços	13.525	13.525	693	5,1	693	5,1	12.832
Transferências Correntes	1.526.568	1.526.568	220.799	14,5	220.799	14,5	1.305.769
Transf. Intergovernamentais	1.400.489	1.400.489	215.432	15,4	215.432	15,4	1.185.057
Transf. de Instituições Privadas	3.819	3.819	3.190	-	3.190	83,5	629
Transf. de Pessoas	110	110	0	-	0	-	110
Transferências de Convênios	122.150	122.150	2.176	1,8	2.176	1,8	119.974
Outras Receitas Correntes	122.854	122.854	27.554	22,4	27.554	22,4	95.300
Multas e Juros de Mora	51.482	51.482	8.806	17,1	8.806	17,1	42.676
Indenizações e Restituições	6.760	6.760	150	2,2	150	2,2	6.610
Receita da Dívida Ativa	53.684	53.684	15.269	28,4	15.269	28,4	38.415
Receitas Diversas	10.928	10.928	3.329	30,5	3.329	30,5	7.599
Receitas de Capital	172.231	172.231	12.096	7,0	12.096	7,0	160.135
Operações de Crédito	10.642	10.642	-	-	-	-	10.642
Operações de Crédito Internas	10.642	10.642	-	-	-	-	10.642
Alienação de Bens	100	100	9	8,8	9	8,8	91
Alienação de Bens Móveis	100	100	9	8,8	9	8,8	91
Transferências de Capital	161.389	161.389	12.088	7,5	12.088	7,5	149.301
Transf. Intergovernamentais	3.500	3.500	-	-	-	-	3.500
Transferências de Convênios	157.889	157.889	12.088	7,7	12.088	7,7	145.801
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Dedução da Receita Corrente	(128.623)	(128.623)	(17.485)	13,6	(17.485)	13,6	(111.138)

Orçamentos fiscal e da seguridade social
Janeiro-Fevereiro /2008
Período de Referência: Janeiro-Fevereiro/2008
R\$ 1.000
(Conclusão)

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Jan-Fev/ 2008 (B)	% B/A	Jan-Fev/ 2008 (C)	% C/A	
Receitas Intra-Orçamentárias (II)	37.411	37.411	6.262	16,7	6.262	16,7	31.149
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2.685.358	2.685.358	442.340	16,5	442.340	16,5	2.243.018
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (VII) = (V + VI)	2.685.358	2.685.358	442.340	16,5	442.340	16,5	2.243.018
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

R\$ 1.000							
Receitas Intra-Orçamentárias	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Jan-Fev/ 2008 (b)	% b/a	Jan-Fev/ 2008 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	37.411	37.411	6.262	16,74	6.262	16,74	31.149
Receita de Contribuições	34.816	34.816	5.063	14,54	5.063	14,54	29.753
Receita de Serviços	2.595	2.595	1.199	46,21	1.199	46,21	1.396
Total	37.411	37.411	6.262	16,74	6.262	16,74	31.149

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social Município do Salvador Período de Referência: Janeiro-Fevereiro/2008										R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo i = (c-g)	
				Empenhadas		Liquidadas		% h = (g/c)		
				Jan-Fev/2008 (d)	Jan-Fev/2008 (e)	Jan-Fev/2008 (f)	Jan-Fev/2008 (g)			
Despesas (exceto intra-orçamentárias)(I)	2.647.947	(2.900)	2.645.047	1.563.872	1.563.872	302.101	302.101	11,4	2.342.946	
Despesas Correntes	2.255.155	(700)	2.254.455	1.422.462	1.422.462	271.757	271.757	12,1	1.982.698	
Pessoal e Encargos Sociais	708.935	600	709.535	630.741	630.741	122.853	122.853	17,3	586.682	
Juros e Encargos da Dívida	75.195	-	75.195	73.501	73.501	11.869	11.869	15,8	63.326	
Outras Despesas Correntes	1.471.025	(1.300)	1.469.725	718.220	718.220	137.035	137.035	9,3	1.332.690	
Despesas de Capital	386.093	(2.200)	383.893	141.409	141.409	30.344	30.344	7,9	353.549	
Investimentos	239.480	300	239.780	22.309	22.309	9.464	9.464	3,9	230.316	
Inversões Financeiras	3.900	-	3.900	3.824	3.824	500	500	12,8	3.400	
Amortização da Dívida	142.713	(2.500)	140.213	115.276	115.276	20.380	20.380	14,5	119.833	
Reserva de Contingência	6.699	-	6.699	-	-	-	-	-	6.699	
Despesas (Intra-orçamentárias) (II)	37.411	2.900	40.311	36.133	36.133	5.893	5.893	14,6	34.418	
Subtotal das Despesas (III)=(I+II)	2.685.358	-	2.685.358	1.600.005	1.600.005	307.993	307.993	11,5	2.377.365	
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	134.346	-	-	
Total (V) = (III+IV)	2.685.358	-	2.685.358	1.600.005	1.600.005	307.993	442.340	11,5	2.243.018	

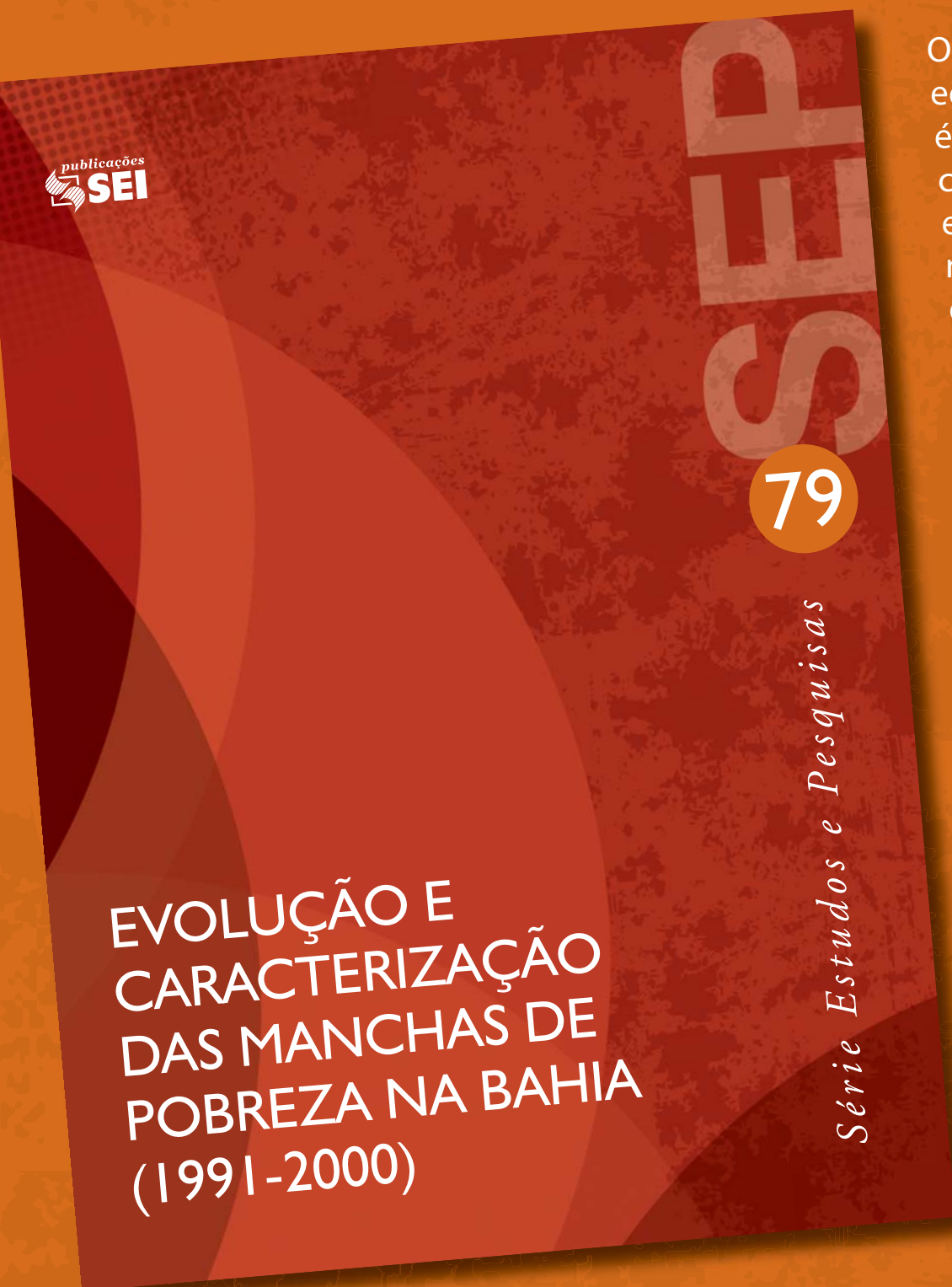
Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

R\$ 1.000									
Despesas Intra-orçamentárias	Dotação Inicial (a)	Créditos Adicionais (b)	Dotação Atualizada (c)	Despesas					Saldo i = (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas		% h = (g/c)	
				Jan-Fev/2008 (d)	Jan-Fev/2008 (e)	Jan-Fev/2008 (f)	Jan-Fev/2008 (g)		
Despesas Correntes	36.761	2.900	39.661	36.133	36.133	5.893	5.893	14,9	33.768
Pessoal e Encargos Sociais	34.816	(600)	34.216	31.735	31.735	5.893	5.893	17,2	28.323
Outras Despesas Correntes	1.945	3.500	5.445	4.398	4.398	-	-	-	5.445
Despesas de Capital	650	-	650	-	-	-	-	-	650
Investimentos	650	-	650	-	-	-	-	-	650
Total	37.411	2.900	40.311	36.133	36.133	5.893	5.893	14,6	34.418

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG - Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF)

Série Estudos e Pesquisas



O propósito da 79ª edição da revista SEP é identificar o comportamento dos extratos familiares de mais baixa renda na década de 1990. A publicação revela a lógica espacial das famílias e busca determinar fatores que sofreram alteração entre os anos de 1991 e 2000, tais como, renda, educação, saúde e infra-estrutura. Esta nova edição apresenta uma tipologia de municípios baianos resultante dos estudos das dimensões da pobreza, segundo os indicadores produzidos.